

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO**

GABRIEL DE MELO VIEIRA

HUMANIDADES DIGITAIS PARA JUSTIÇA SOCIAL:

UM OLHAR À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

FLORIANÓPOLIS

2024

GABRIEL DE MELO VIEIRA

HUMANIDADES DIGITAIS PARA JUSTIÇA SOCIAL:

UM OLHAR À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Dissertação apresentado ao Mestrado Profissional em Gestão da Informação, do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão da Informação, do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para o título de Mestre em Gestão da Informação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Priscila Machado Borges Sena

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva

FLORIANÓPOLIS

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Universitária Udesc,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Vieira, Gabriel de Melo
Humanidades Digitais para Justiça Social : um olhar à Ciência
da Informação / Gabriel de Melo Vieira. -- 2024.
154 p.

Orientadora: Priscila Machado Borges Sena
Coorientadora: Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação Profissional em Gestão de Unidades de Informação,
Florianópolis, 2024.

1. Humanidades Digitais. 2. Justiça Social. 3. Injustiça Social. 4.
Projetos. I. Machado Borges Sena , Priscila. II. Carneiro
Garcês-da-Silva, Franciéle. III. Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação Profissional em Gestão de Unidades de Informação.
IV. Título.

GABRIEL DE MELO VIEIRA

**HUMANIDADES DIGITAIS PARA JUSTIÇA SOCIAL: UM OLHAR À CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Gestão da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo), do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Priscila Machado Borges Sena
Orientadora
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Membros:

Prof. Dr. Jorge Moises Kroll do Prado
Membro interno
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Prof. Dr. Ricardo Medeiros Pimenta
Membro externo
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Florianópolis, 17 de julho de 2024

Dedico aos meus familiares, amigos e a todos
que lutam por uma sociedade equitativa

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, *Rita de Cássia*, e ao meu pai, *Odilon de Melo Vieira Filho*, por terem dedicado o seu melhor na minha criação, com carinho e amor. Sou grato por nunca me terem pressionado na minha caminhada de estudos, mas sempre por me apoiarem e incentivarem a estudar para ter um futuro promissor, repleto de oportunidades e realizações. Essa liberdade e apoio foram fundamentais para o meu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Agradeço também às minhas irmãs, *Rafaela de Melo Vieira* e *Francine Peres*, por fazerem parte da minha formação e crescimento, pelos constantes aprendizados que compartilhamos, momentos de alegria, risadas, brincadeiras, por cuidarem de mim desde a minha infância e por estarem sempre presentes em todos os momentos da minha vida.

Aos mais jovens, meus sobrinhos *Kauã Vieira*, *David Vieira*, *Winnie Vieira Niches Nazário* e *Dereck Vieira Niches Nazário*, agradeço por todo o carinho e por encherem minha vida de felicidade desde os seus nascimentos, quando me despertaram um amor indescritível. Espero transmitir para vocês a mensagem de que, independentemente de onde nossa família venha, se desejarem, é possível alcançar a vida acadêmica ou qualquer outro espaço onde queiram estar. Tenho certeza de que vocês terão um futuro de muito sucesso. Deixo meus agradecimentos também aos meus cunhados *Márcio Eduardo Niches Nazário* e *Jeferson Vieira*, por todos os momentos de risadas e descontração compartilhados. Todos vocês merecem o meu melhor. Amo todos e todas vocês!

Ao meu mano *Leonardo Antônio da Silva*, não há palavras para descrever o quão importante você é na minha vida. Nos encontramos de forma aleatória e, desde então, você se tornou meu grande irmão. Só tenho a agradecer por todas as risadas, jogatinas, viagens e conversas que se estenderam até de madrugada. Sempre queremos ser inspiração para os outros, e você foi uma das minhas. Qualquer pessoa que te conheça, dificilmente não se encantará pela pessoa que você é. Deixo aqui minha imensa gratidão por ter você na minha existência. Afinal, quem tem um amigo tem tudo! Te amo, meu mano.

Agradeço imensamente à minha namorada, companheira e amiga, Dra. *Dirnéle Carneiro Garcez*, por toda compreensão, carinho e apoio em todas as situações. Seu amor e suporte têm sido fundamentais para minha jornada, e sua presença constante ilumina minha vida. Obrigado por todo o companheirismo desde quando nos encontramos nesse universo. Você foi, é, e sempre será a parte fundamental que me ajuda a ser uma pessoa melhor, tanto no âmbito acadêmico quanto no pessoal. Além de me encher de orgulho, você ainda é um exemplo

para todos de possibilidades. Afinal, de onde você veio, chegar aonde chegou, só mostra o quão inteligente e guerreira você é. Sou muito grato por todas as palavras de conforto, apoio e abraços! Você inspira para qualquer um que te conhece. Mas, e aí, vamos decolonizar juntos? Te amo, meu amor!

Agradeço à minha amiga *Júlia Cardoso* por todo o apoio, conversas e risadas. Seus memes serão sempre atualizados com carinho! Expresso meus agradecimentos à dona *Iara Maria Carneiro Garcês*, ao seu *Eloi Vargas Garcês*, à *Franciéle Carneiro Garcês da Silva* e ao *Pedro Giovâni da Silva* por todo o apoio e carinho.

Ao meu amigo *Gustavo João Maria* e aos meus primos *Rafael Lima Kons* e *Raniere Lima Kons*, crescemos juntos e criamos memórias que carregarei para sempre. Sou grato por todo o suporte e pelas lembranças compartilhadas ao longo dos anos desde a nossa infância. Vocês são parte essencial do meu desenvolvimento pessoal. Eu amo todos vocês!

Registro aqui minha gratidão à minha orientadora, Professora *Priscila Machado Borges Sena*, e à minha coorientadora, Professora *Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva*, por aceitarem me orientar e por termos estabelecido essa parceria de maneira excepcional, contribuindo imensamente para minha formação e para que esta dissertação tenha fluído da melhor maneira possível. Vocês foram essenciais para o meu desenvolvimento como pesquisador, resultando em parcerias durante esses dois anos de mestrado. Agradeço por transmitirem confiança, carinho, seriedade e também por proporcionarem momentos de risadas durante as orientações, trazendo leveza a este ciclo de parceria. Além disso, ter um trio de pessoas negras foi muito importante, não apenas pela representatividade acadêmica, mas também por compreendermos questões que trazem diversas reflexões sociais.

Expresso também a minha gratidão aos avaliadores da banca, Professor *Jorge Moisés Kroll do Prado* e ao Professor *Ricardo Medeiros Pimenta*. Vocês foram direcionadores do melhor caminho para a minha dissertação. Agradeço também aos suplentes, Professor *Lourival José Martins Filho* e a Professora *Ana Claudia Borges Campos* pela prontidão em apoiar e participar.

Por fim, meus agradecimentos aos demais familiares, amigos, ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI), meus colegas de turma, ao Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo), seus professores, técnicos e colaboradores, e a todos aqueles e aquelas que, de algum modo, contribuíram para a minha formação pessoal e acadêmica.

Preconceito racial mais profundo que o Pré-Sal
Tira os “pobre” do centro, faz um cartão postal
É o governo “trampando”, *Photoshop* social.
Eu só peço a Deus – Inquérito, 2014.

RESUMO

Esta dissertação enfoca as Humanidades Digitais como instrumento de combate às injustiças sociais que afetam grupos informacionalmente vulneráveis. Por isso, possui como pergunta direcionadora: Como contribuir para o desenvolvimento de projetos em Humanidades Digitais voltados para a Justiça Social com enfoque em raça, gênero, classe e meio ambiente, a partir das abordagens teórico-práticas do Brasil e dos Estados Unidos da América? Nesse sentido, seu **objetivo** foi analisar projetos de Humanidades Digitais voltados à Justiça Social, a partir do olhar do campo informacional, nos países do Brasil e dos Estados Unidos da América. Este objetivo geral desdobrou-se nos objetivos específicos: (i) conhecer as abordagens de Humanidades Digitais para Justiça Social, a partir do campo informacional; (ii) mapear os projetos em Humanidades Digitais para Justiça Social no Brasil e Estados Unidos da América; (iii) identificar elementos similares nos projetos em Humanidades Digitais voltados para a Justiça Social com enfoque em raça, gênero, classe e meio ambiente, de ambos países; e, por fim, (iv) estabelecer diretrizes para projetos em Humanidades Digitais voltados para a Justiça Social, a partir do campo informacional. Quanto aos aspectos metodológicos, trata-se de uma pesquisa aplicada, descritiva de natureza exploratória, a qual utiliza de procedimentos documentais e bibliográficos, com abordagem qualitativa. Os resultados obtidos apresentam as diretrizes dispostas em uma ficha de análise para projetos em Humanidades Digitais com enfoque na Justiça Social, bem como os 13 projetos-referência em Humanidades Digitais que atenderam à maioria dos critérios estabelecidos na ficha de análise, intencionando a Justiça social e suas dimensões. Tanto a ficha de análise quanto os projetos-referência em Humanidades digitais, separados pelas dimensões de justiça social, foram disponibilizados em site, elaborado pelo autor do projeto, com vistas a seu uso pela comunidade. Espera-se que a pesquisa sirva de recurso para novas pesquisas, políticas públicas e projetos que integrem informação, tecnologia, inovação e demandas sociais, a partir de uma perspectiva diversa e informacionalmente justa para todas as pessoas.

Palavras-chaves: Humanidades Digitais. Justiça Social. Injustiça Social. Projetos. Brasil. Estados Unidos da América.

ABSTRACT

This dissertation focuses on Digital Humanities as an instrument to combat social injustices that affect informationally vulnerable groups. Therefore, the guiding question is: How can we contribute to the development of Digital Humanities projects focused on Social Justice with a focus on race, gender, class, and the environment, based on the theoretical-practical approaches of Brazil and the United States of America? In this sense, the main objective was to analyze Digital Humanities projects focused on Social Justice, from the information field perspective, in Brazil and the United States of America. This general objective was broken down into the following specific objectives: (i) to understand the approaches of Digital Humanities to Social Justice, from the information field; (ii) to map the projects in Digital Humanities for Social Justice in Brazil and the United States of America; (iii) to identify similar elements in Digital Humanities projects focused on Social Justice with a focus on race, gender, class and the environment, in both countries; and, finally, (iv) to establish guidelines for Digital Humanities projects focused on Social Justice, from the information field. Regarding the methodological aspects, this is an applied, descriptive, and exploratory research, which uses documentary and bibliographic procedures, with a qualitative approach. The results obtained present the guidelines arranged in an analysis form for Digital Humanities projects focusing on Social Justice, as well as the 13 reference-projects in Digital Humanities that met most of the criteria established in the analysis form, aiming at social justice and its dimensions. Both the analysis form and the reference-projects in digital humanities, separated by the dimensions of social justice, were made available on a website, developed by the project author, with a view to their use by the community. We expected that the research will serve as a resource for new research, public policies, and projects that integrate information, technology, innovation, and social demands, from a diverse and informationally fair perspective for all people.

Keywords: Digital Humanities. Social Justice. Social Injustice. Projects. Brazil. United States of America.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Diagrama das etapas da pesquisa.....	42
Figura 2 - Mystic River Watershed Association (MyRWA).....	52
Figura 3 - <i>The LGBTQ Religious Archives Network</i> (LGBTQ-RAN).....	55
Figura 4 - <i>Slave Voyages</i>	58
Figura 5 - <i>NAMATI</i>	61
Figura 6 - <i>Colored Conventions Project</i>	64
Figura 7 - <i>Mapping Prejudice</i>	67
Figura 8 - <i>Environmental Data & Governance Initiative (EDGI)</i>	69
Figura 9 - <i>Digital Transgender Archive</i>	72
Figura 10 - <i>IDA B. WELLS Just Data Lab</i>	74
Figura 11 - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT).	76
Figura 12 - Museu da Pessoa.....	79
Figura 13 - Dicionário de Favelas Marielle Franco.....	82
Figura 14 - Biblioteca do Ailton Krenak.	85
Figura 15 - Pagina inicial do site Humanidades Digitais por Justiça Social, parte 1.	108
Figura 16 - Pagina inicial do site Humanidades Digitais por Justiça Social, parte 2.	109
Figura 17 - Item “O que somos” do site Humanidades Digitais por Justiça Social, submenu “Sobre”, parte 1.	110
Figura 18 - Item “O que somos” do site Humanidades Digitais por Justiça Social, submenu “Sobre”, parte 2.	110
Figura 19 - Item “O que somos” do site Humanidades Digitais por Justiça Social, submenu “Humanidades Digitais e Justiça Social”.	111
Figura 20 - Item “Equipe” do site Humanidades Digitais por Justiça Social.....	111
Figura 21 - Item “Projetos” do site Humanidades Digitais por Justiça Social.....	112
Figura 22 - Item “Projetos” do site Humanidades Digitais por Justiça Social, submenu “Justiça Racial”, parte 1.	112
Figura 23 - Item “Projetos” do site Humanidades Digitais por Justiça Social, submenu “Justiça Racial”, parte 2.	113
Figura 24 - <i>Projeto Mapping Prejudice</i>	113
Figura 25 - <i>Projeto IDA B. WELLS Just Data Lab</i>	114
Figura 26 – <i>Projeto Slave Voyage</i>	114
Figura 27 – <i>Colored Conventions Project</i>	115
Figura 28 - Item “Projetos” do site Humanidades Digitais por Justiça Social, submenu “Justiça de Gênero”, parte 1.	115
Figura 29 - Item “Projetos” do site Humanidades Digitais por Justiça Social, submenu “Justiça de Gênero”, parte 2.	116
Figura 30 - <i>Projeto Digital Transgender Archive</i>	116
Figura 31 – <i>Projeto The LGBTQ Religious Archives Network</i> (LGBTQ-RAN).....	117
Figura 32 – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis – ABGLT.....	117
Figura 33 - Item “Projetos” do site Humanidades Digitais por Justiça Social, submenu “Justiça Informacional”, projetos-referência.....	118
Figura 34 - Item “Projetos” do site Humanidades Digitais por Justiça Social, submenu “Justiça Informacional”, outros projetos em Humanidades Digitais.	118
Figura 35 - <i>Projeto Dicionário de Favelas Marielle Franco</i>	119
Figura 36 - <i>Projeto NAMATI</i>	119
Figura 37 - <i>Projeto Museu da Pessoa</i>	120

Figura 38 - Item “Projetos” do site Humanidades Digitais por Justiça Social, submenu “Justiça Ecológica”	120
Figura 39 - Item “Projetos” do site Humanidades Digitais por Justiça Social, submenu “Justiça Ecológica”, outros projetos em Humanidades Digitais.	121
Figura 40 - Projeto Biblioteca do Ailton Krenak (BAK).	121
Figura 41 – Projeto <i>Mystic River Watershed Association</i> (MyRWA).....	122
Figura 42 – Projeto <i>Environmental Data & Governance Initiative</i> (EDGI).	122
Figura 43 - Item “Diretrizes” parte 1.....	123
Figura 44 - Item “Diretrizes” parte 2.....	123
Figura 45 - Submenu do item “Instruções de uso”, composto por “Manual do usuário”, parte 1.....	124
Figura 46 - Submenu do item “Instruções de uso”, composto por “Manual do usuário”, parte 2.....	125
Figura 47 - Submenu do item “Instruções de uso”, composto por “Requisitos Mínimos”....	125
Figura 48 - Submenu do item “Instruções de uso”, composto por “Como nos referenciar”..	125
Figura 49 - Submenu do item “Instruções de uso”, aba “Divulgar projeto”.	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceituação da Justiça Social e suas dimensões por autorias.	36
Quadro 2 - Objetivos, métodos e técnicas utilizadas para obter os dados da pesquisa.	44
Quadro 3 - Estratégias de buscas utilizadas na WoS para a pesquisa.	45
Quadro 4 - Estratégias de buscas utilizadas na JSTOR para a pesquisa.....	46
Quadro 5 - Ficha de análise de projetos em Justiça Social e Humanidades Digitais.	50

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGBLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
BAK	Biblioteca do Ailton Krenak
BCI	Biblioteconomia e Ciência da informação
BENANCIB	Bases de Dados do ENANCIB
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CDH	Centro de Humanidades Digitais de Princeton
CI	Ciência da Informação
CEO	Chief Executive Officer
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COVID-19	Corona Virus Disease
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
EDGI	Environmental Data & Governance Initiative
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPA	Agência de Proteção Ambiental
EUA	Estados Unidos da América
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
HD	Humanidades Digitais
IA	Inteligência Artificial
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBM	International Business Machine
ICICT	Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
JSTOR	Journal Storage
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e Demais Orientações Sexuais e Identidades de Gênero

LGBQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Interssexuais, Assexuais, Pansexuais e Demais Orientações Sexuais e Identidades de Gênero
LGBTQ-RAN	The LGBTQ Religious Archives Network
MyRWA	Mystic River Watershed Association
NEH	National Endowment for the Humanities
NERSI	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práticas Informacionais
ONG	Organização Não Governamental
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PDF	Portable Document Format
PPGInfo	Pós-Graduação em Gestão da Informação
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SciELO CI	SciELO Citation Index
WCAG	Web Content Accessibility Guidelines
WOS	Web of Science

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	HUMANIDADES DIGITAIS PARA JUSTIÇA SOCIAL: O QUE SÃO?.....	23
3	(RE)CONHECENDO A JUSTIÇA RACIAL, JUSTIÇA DE GÊNERO, JUSTIÇA INFORMACIONAL E JUSTIÇA ECOLÓGICA NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	29
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
5	PROJETOS EM HD PARA JUSTIÇA SOCIAL: RESULTADOS E DISCUSSÕES 47	
5.1	CONSTRUINDO DIRETRIZES PARA PROJETOS EM HD PARA JUSTIÇA SOCIAL	47
5.2	<i>MYSTIC RIVER WATERSHED ASSOCIATION (MYRWA)</i>	51
5.3	<i>THE LGBTQ RELIGIOUS ARCHIVES NETWORK (LGBTQ-RAN)</i>	55
5.4	<i>SLAVE VOYAGES</i>	57
5.5	<i>NAMATI</i>	60
5.6	<i>COLORED CONVENTIONS PROJECT</i>	63
5.7	<i>MAPPING PREJUDICE</i>	66
5.8	<i>ENVIRONMENTAL DATA & GOVERNANCE INITIATIVE (EDGI)</i>	69
5.9	<i>DIGITAL TRANSGENDER ARCHIVE</i>	71
5.10	<i>IDA B. WELLS JUST DATA LAB</i>	74
5.11	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS E TRAVESTIS – ABGLT	76
5.12	MUSEU DA PESSOA	79
5.13	DICIONÁRIO DE FAVELAS MARIELLE FRANCO	82
5.14	BIBLIOTECA DO AILTON KRENAK – BAK	84
5.15	EXPLORANDO AS ESSÊNCIAS: PROJETOS EM HUMANIDADES DIGITAIS RUMO À JUSTIÇA SOCIAL	87
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
	REFERÊNCIAS.....	97
	APÊNCIDES	108

APÊNDICE A – PRODUTO: SITE “HUMANIDADES DIGITAIS POR JUSTIÇA SOCIAL”	108
APÊNDICE B - FICHAS DE ANÁLISE DOS PROJETOS ANALISADOS	127
APÊNDICE C - FICHAS DE ANÁLISE DOS PROJETOS NO IDIOMA INGLÊS	153

1 INTRODUÇÃO

A ciência possui uma dimensão social fundamentalmente expressa pela busca de aproximar o conhecimento produzido às demandas da sociedade. A união entre as Ciências Sociais Aplicadas, as tecnologias digitais e as Humanidades deram origem a um novo campo de estudos, chamado de Humanidades Digitais (HD). Este campo, que possui suas próprias ortodoxias, desafia a forma de produzir ciência, uma vez que estuda as influências, as possibilidades e as composições do digital nas humanidades (Oliveira; Martins, 2017; Moura, 2019).

As Humanidades Digitais se constituem como um campo interdisciplinar, intersetorial e de domínio híbrido por natureza, tendo como seu âmago a reprodução do conhecimento já produzido (Flanders; Piez; Terras, 2007; Sample, 2013; Edmond, 2016). Embora seja um campo relativamente novo, as Humanidades Digitais cativaram o imaginário público ao longo dos anos, por ter como visão de mundo uma rede interativa de existência entre o digital e o físico (Jones, 2014; Moura, 2019). Entretanto, esse campo se edifica para além da tradição da computação em humanidades e das associações que essa reproduz, uma vez que estabelecem limitações disciplinares e entraves entre teoria, prática e a implantação tecnológica (Svensson, 2016).

Historicamente, as HD originaram-se na computação digital com o avanço tecnológico a partir da criação dos transistores em 1947 nos laboratórios da Bell Telephone, nos Estados Unidos da América. O estudo pioneiro a unir Humanidades com computação é datado de 1949, desenvolvido pelo teólogo Roberto Busa, que por meio da colaboração do fundador da IBM, Thomas J. Watson, deu início à indexação dos trabalhos de Tomás de Aquino (Martire; Pina, 2019). As HD têm buscado “se aproximar do conceito original de Humanidades, usando [...] habilidades de comunicação moderna a fim de interpretar o que é ser humano e o que é ser um cidadão responsável na Era Digital” (Martire; Pina, 2019, p. 7). Nesse sentido, atuam como um espectro em que todo pesquisador faz uso de práticas e conceitos digitais mesmo que não se identifiquem como humanistas digitais.

Como área de estudo, as Humanidades Digitais se concentram na análise dos sistemas de representação que transformam os elementos da pesquisa em informações que podem ser usadas, bem como nas ferramentas empregadas para manipular e interpretar essas informações (Flanders; Jannidis, 2019). Desta forma, ter responsabilidade na era digital, em um mundo em que todas as esferas estão conectadas em diversas áreas, não se faz possível se atrelada a uma ideia de centralidade. É necessário trabalho árduo para que estejamos conscientes de que a cada

alcance de domínio conquistado, mais transparência devemos ter em prol da visibilidade que nossas ideias terão para que, assim, sejam consideradas úteis para os agentes de fora da nossa comunidade (Flanders; Piez; Terras, 2007).

Quando relacionamos as Humanidades Digitais e a Ciência da Informação torna-se evidente o interesse de ambas as áreas no uso das diversas tecnologias de informação e comunicação com vistas à mediação, uso e acesso da informação. Neste sentido, entendemos que ambas são complementares, haja vista que, por um lado, as Humanidades Digitais são compreendidas como um “conjunto de práticas, metodologia, uma abordagem geral, uma comunidade e a aplicação de ferramentas computacionais à investigação humanística” (Robinson; Priego; Bawden, 2015, p. 4); por outro lado, a Ciência da Informação (C.I.) como uma ciência social cuja a responsabilidade e a oportunidade está em utilizar a informação para promover um devir da inclusão e da desconstrução de estruturas nocivas e preconceituosas, no que concerne aos problemas de comunicação e registro do conhecimento, o uso e as necessidades informacionais (Araújo, 2003; Mostafa, 2013).

Enquanto ciência, possui a informação como objeto de estudo, e tem como meta minimizar os rumos de incerteza e insegurança na sociedade informacional (Borko, 1968). Procura entender as características e o comportamento da informação, seus fluxos e significados do seu processamento, tendo em vista o acesso e uso da informação. Ainda, a C.I. tem como propósito compilar bibliografias acerca do seu objeto, possibilitando melhorias nos processos de organização, preservação e disseminação do conhecimento (Borko, 1968).

Assumindo a importância dos paradigmas epistemológicos de Rafael Capurro (2003), para esta pesquisa a base é o paradigma social, pois ele enfoca na perspectiva social da informação, a qual inclui o sistema de recuperação da informação, a própria informação e a pessoa usuária dela (Capurro, 2003; Tobias; Correa, 2019). Em consonância com este paradigma, as demandas em informação de grupos sociais e étnico-raciais marginalizados são algumas das emergentes inquietações da Ciência da Informação (Oliveira; Aquino, 2012). Assim, a pesquisa científica no campo informacional vinculada a grupos historicamente vulneráveis (tanto cultural quanto informacionalmente) permite que se produza conhecimentos que proporcionarão o desenvolvimento pessoal dos sujeitos desses grupos, de seus aprendizados e de suas relações em sociedade.

Com base no supra-apresentado, a pergunta que direciona esta pesquisa é: **como contribuir para o desenvolvimento de projetos em Humanidades Digitais voltados para a Justiça Social com enfoque em raça, gênero, classe e meio ambiente, a partir das abordagens teórico-práticas do Brasil e dos Estados Unidos da América?**

Ante esse questionamento, o **objetivo geral**, almejado é: Analisar o desenvolvimento de projetos de Humanidades Digitais voltados para a Justiça Social a partir do campo informacional do Brasil e dos Estados Unidos da América.

Quanto aos **objetivos específicos**, pretende-se:

- a) Conhecer as abordagens de Humanidades Digitais para Justiça Social, a partir do campo informacional;
- b) Mapear no Brasil e Estados Unidos da América os projetos em Humanidades Digitais para Justiça Social;
- c) Identificar elementos similares nos projetos em Humanidades Digitais voltados para a Justiça Social com enfoque em raça, gênero, classe e meio ambiente, do Brasil e dos Estados Unidos da América;
- d) Estabelecer diretrizes para projetos em Humanidades Digitais voltados para a Justiça Social, a partir do campo informacional.

No que concerne às justificativas pessoal, social e científica desta dissertação, a escolha do Brasil e dos Estados Unidos como foco de pesquisa para projetos de Humanidades Digitais voltados para a Justiça Social, com ênfase em raça, gênero, classe e meio ambiente é fundamentada pela minha conexão pessoal, uma vez que sou um homem negro brasileiro. Essa ligação me proporciona compreensão dos contextos históricos, sociais e culturais do país, os quais interferem nas realidades sociais de populações colocadas às margens da sociedade e, conseqüentemente, do acesso à informação para transformação de suas vidas. Tal compreensão facilita a aplicação de uma análise que se propõe a ser mais abrangente na interpretação e contextualização dos dados, especialmente em temas sensíveis como os propostos pelos estudos críticos da Justiça Social em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Quanto à escolha dos Estados Unidos, além de servirem como referência global em pesquisas acadêmicas relacionadas às Humanidades Digitais, existe o entendimento de este país desempenhou um papel pioneiro na origem do termo, no desenvolvimento conceitual e em suas primeiras iniciativas, notadamente por meio dos laboratórios da *Bell Telephone* (Alves, 2016; Martire; Pina, 2019).

Além disso, a escolha destes países possibilita uma comparação e contraste das abordagens adotadas nas duas nações acerca dos projetos de Humanidades Digitais. Apesar de existirem divisões entre aqueles que defendem laços mais estreitos com os Estados Unidos e aqueles que questionam sua influência na política, economia e cultura do Brasil, ambas as

nações compartilham desafios sociais comparáveis. Elas têm uma história vinculada à escravidão de povos africanos e de discriminação racial que resultou em disparidades socioeconômicas persistentes entre as populações branca e negra, apesar das diferenças em fatores contextuais, estruturas institucionais e nuances culturais (Hanchard, 1996; Pecequilo, 2018; Costa, 2021).

Além disso, ambos os países compartilham um histórico de colonização e violência que, para além da operacionalização da raça e do racismo como instrumentos de poder racial e hierarquização dos sujeitos negros, resultou no domínio e exclusão de pessoas negras e não brancas. Em ambos os contextos, houve e há injustiças de todas as ordens, inclusive a epistêmica. Tal injustiça ocorre quando conhecimentos produzidos por pessoas colocadas às margens, especialmente aquelas oriundas de populações negras e indígenas, são “mortos”, excluídos e invisibilizados nos ambientes informacionais e de aprendizagem. Esses contextos enfrentam desafios semelhantes, como o racismo e a invisibilização e rejeição dos saberes dessas populações por desconsiderar seus status de conhecedores e promotores de conhecimento (Garcês-da-Silva; Garcez; Silva, 2022).

A organização das informações dos projetos em grupos temáticos torna possível identificar padrões e tendências específicas relacionadas a essas esferas em cada país. Isso permitirá uma análise comparativa mais estruturada, evidenciando as diferentes abordagens adotadas, bem como os pontos em comum entre os projetos. Ao final da pesquisa, a análise dos projetos servirá de base para o estabelecimento de diretrizes para auxiliar na criação e análise dos projetos em Humanidades Digitais com foco na Justiça Social. Dessa forma, os projetos mapeados nos Estados Unidos e Brasil podem fornecer insights para a formulação de estratégias políticas, tecnológicas, sociais, econômicas e ecológicas eficazes em outras partes do mundo, contribuindo assim para a promoção global da Justiça Social.

Com bacharelado em Administração, sendo um homem negro e defensor de ações afirmativas, o meu foco já se voltava para pautas sociais. Este interesse se refletiu no meu Trabalho de Conclusão de Curso, no qual realizei uma análise das políticas de inclusão de estudantes negros na Universidade Federal de Santa Catarina. O objetivo era compreender como a universidade enfrentava o desafio do racismo institucional dentro de sua própria estrutura (Vieira, 2020). Motivado por essa consciência social, e também por meu entusiasmo pela tecnologia, percebi a lacuna existente em pesquisas que explorassem o potencial das Humanidades Digitais para minimizar as injustiças sociais. Foi assim que surgiu a ideia para o projeto. Diante dessa conjuntura, a escolha do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) foi uma decisão baseada no escopo do programa em promover um

conhecimento científico e técnico voltado para a inovação, sendo uma ótima oportunidade para impulsionar o desenvolvimento desse projeto.

No contexto da sua escolha pela Linha 1 - Gestão de Unidades de Informação, visualizei a possibilidade de receber orientação da Professora Priscila Machado Borges Sena. Como colaboradora nesta instituição e pesquisadora atuante no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), a Professora possui um histórico de pesquisas relacionadas à tecnologia e à inovação. Sua experiência e conhecimento nesse campo reforçaram a capacidade para avançar nas investigações sobre as potencialidades das Humanidades Digitais na abordagem das desigualdades sociais. A escolha e a necessidade de uma coorientação ocorreu a partir da expertise, domínio de conhecimentos e das contribuições realizadas pela Professora Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva à Ciência da Informação brasileira por intermédio de seus estudos da Teoria Crítica Racial, Epistemologia negro-africanas e da construção de uma Biblioteconomia Negra Brasileira, mas, sobretudo, por seu enfoque em pesquisas com direcionamento para a Justiça Social e suas esferas nos estudos biblioteconômico-informacionais.

Com relação à Justiça Social, embora ainda seja um campo de estudos em desenvolvimento no Brasil, este enfoque de pesquisa é algo consolidado nas pesquisas informacionais dos Estados Unidos, sobretudo por pesquisadores como Bharat Mehra, Nicole Cooke, Kimberly Black, Kendra S. Albright, Kevin Rioux, entre outros. No Brasil, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI), da Universidade Federal de Minas Gerais, liderado pelas professoras Ana Paula Meneses Alves e Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva (esta última, coorientadora da dissertação aqui apresentada), tem desenvolvido desde 2020 pesquisas acerca dos estudos críticos da Justiça Social e suas facetas (justiça racial, justiça informacional, justiça de gênero e sexualidade, justiça ecológica) em Biblioteconomia e Ciência da Informação, na linha de pesquisa intitulada “Informação e Emancipação social”. Como integrante do NERSI e da linha de pesquisa supracitada desde sua criação, tenho participado dos debates e produções científicas sobre o conceito de Justiça Social, discutido sobre as colaborações desta abordagem teórica para o desenvolvimento das ações em Biblioteconomia e Ciência da Informação, bem como a aplicação da Justiça Social em bibliotecas e outras unidades de informação com vistas a um tratamento, representatividade e participação justa da comunidade de usuários desses ambientes informacionais.

Posto isso, a estrutura desta dissertação consiste na Seção 1 com a *Introdução*, a qual discorre sobre as Humanidades Digitais, um breve histórico e sua conexão com a Ciência da

Informação. Além disso, são enunciadas a pergunta de pesquisa, os objetivos da pesquisa e as justificativas pessoais e científicas para esta pesquisa.

A seção 2, *Humanidades Digitais para Justiça Social: o que são?*, explora o conceito e as características das Humanidades Digitais voltadas para a Justiça Social. Também analisa suas inter-relações, ressaltando as ações dos movimentos sociais e a busca por projetos em Humanidades Digitais voltados para as questões de Justiça Social. Dentro disso, abrangem subdivisões que aprofundam o entendimento sobre as dimensões da Justiça Social, tais como justiça informacional, racial, de gênero e ecológica.

Na seção 3, *(Re)conhecendo a Justiça Informacional, Justiça Racial, Justiça de Gênero e Justiça Ecológica no campo da Ciência da Informação*, são explorados os conceitos de justiça informacional, racial, de gênero e ecológica no âmbito da Ciência da Informação. Compila diversas abordagens conceituais dessas dimensões de justiça, oferecendo uma compreensão dos conceitos e na discussão da interseccionalidade, um conceito-chave que articula o somatório de marcadores sociais de opressão, a saber: pertencimento étnico-racial, gênero, deficiência, sexualidade, localização geográfica, classe social e pertencimento religioso.

Na seção 4, são apresentados os *Procedimentos metodológicos* da pesquisa, com o delineamento das etapas fundamentais, a organização dos dados e a síntese dos métodos empregados.

Seção 5, *Projetos em HD para Justiça Social: Resultados e discussões* são apresentados os dados coletados projetos nacionais e internacionais. Na seção secundária 5.1 *Construindo diretrizes para projetos em HD para a Justiça Social* é apresentado o processo de construção da Ficha de Análises de projetos em Justiça Social e Humanidades Digitais, a partir das diretrizes estabelecidas. Nas seções subsequentes, são apresentadas as descrições dos 13 projetos-referência da pesquisa, destacando as principais características observadas. A subseção 5.17 intitulada *Explorando as essências: projetos em humanidades digitais rumo à Justiça Social* é a seção secundária que encerra os resultados discutindo sobre as principais características observadas nos projetos identificados. Por fim, a Seção 6 apresenta as considerações finais desta dissertação, enquanto o produto informacional encontra-se descrito no Apêndice A.

2 HUMANIDADES DIGITAIS PARA JUSTIÇA SOCIAL: O QUE SÃO?

Atualmente, é amplamente aceito que o início das Humanidades Digitais pode ser atribuído aos esforços do padre jesuíta Roberto Busa, que direcionou seus esforços à análise da obra de São Tomás de Aquino e à elaboração do *Index Thomisticus*, iniciando esses trabalhos em 1949. Essas atividades foram impulsionadas pelo desenvolvimento das grandes máquinas de processamento informático, que surgiram no período após a Segunda Guerra Mundial (Alves, 2016; Martire; Pina, 2019).

As Humanidades Digitais constituem um campo interdisciplinar que busca integrar diferentes áreas e tópicos, aliando ferramentas digitais e tecnologias avançadas com estudos humanísticos, a fim de criar maneiras inovadoras e inclusivas de disseminar pesquisas e possibilitar acesso a essas descobertas (Geraldo; Bisset-Alvarez; Pinto, 2023).

A transdisciplinaridade das HD reúne questões e objetos de estudo relacionados a diversas disciplinas das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas. Ao incorporar recursos computacionais, torna possível a exploração de novos desdobramentos na produção do conhecimento nas Humanidades. Essa interseção possibilita o encontro de ideias e a aplicação de abordagens inovadoras, impulsionando a evolução das Humanidades no contexto digital (Pimenta, 2020). Por se tratar de um campo tecnologicamente incorporado, essas tecnologias epistêmicas têm como propósito desenvolver um papel social significativo na sociedade (Svensson, 2016).

As Humanidades Digitais representam um campo emergente de estudo científico que tem sido objeto de discussões recentes e dinâmicas. Compreendido como um “campo híbrido não apenas de estudo e pesquisa, mas de ensino e, principalmente de acesso à informação e inovação” não existe um consenso estabelecido sobre sua definição precisa, havendo uma diversidade de entendimentos em relação à sua origem e delimitação conceitual, bem como sua interseção com a Ciência da Informação. Essa área de pesquisa se caracteriza pelo uso das tecnologias digitais no contexto das atividades humanísticas (Pimenta, 2016, p. 22; Andrade; Dal'avedove, 2020).

Possuí como propósito principal aplicar as tecnologias digitais para a investigação, análise e divulgação de informações pertinentes às áreas das ciências humanas, abarcando disciplinas como história, literatura, filosofia, entre outras (Andrade; Dal'avedove, 2020; Miranda; Jacob, 2022). Essas práticas tecnológicas têm o intuito de enriquecer e aprimorar a pesquisa e a compreensão dos fenômenos culturais e humanos, além de ampliar as possibilidades de divulgação e disseminação do conhecimento produzido nas ciências humanas.

A disparidade de velocidade na chegada da informação e a habilidade da sociedade em lidar adequadamente com ela resultam em uma multiplicidade de dados, apresentando novos desafios. A presença de diversas fontes de informação contraditórias acarreta um enredamento de ideias e opiniões, que acabam dificultando a obtenção de uma perspectiva unificada e coerente sobre determinados temas. Entretanto, o encanto das Humanidades Digitais reside em sua abordagem inclusiva, que considera essa diversidade de informações como um recurso valioso (Narikawa; Rodrigues, 2022).

A integração da computação e dos variados recursos de coleta, armazenamento, processamento e análise de dados nas disciplinas das ciências humanas ressalta a inflexão multidisciplinar inerente às Humanidades Digitais. Esse fenômeno potencialmente demanda uma discussão mais aprofundada no âmbito da Ciência da Informação, uma vez que o domínio da informação em suas múltiplas dimensões, incluindo o acesso a ela, os meios de suporte, os sistemas envolvidos e os usuários implicados emergem como elementos centrais para uma compreensão aprofundada do que é comumente referido como o domínio das Humanidades Digitais (Pimenta, 2016).

As Humanidades Digitais, como mencionado anteriormente, devido à sua essência multidisciplinar, diversificada e abrangente, têm o potencial de desempenhar um papel significativo no fortalecimento e ampliação das ideias e práticas, especialmente no que se refere a comunidades epistêmicas diversas, favorecendo a integração de várias culturas epistêmicas e práticas de produção do conhecimento (Ferreira; Borges, 2022). Dessa forma, as HD se apresentam como uma estrutura não somente teórica, mas humanística, para abordar as novas maneiras de aprender.

A tecnologia não exclui a dimensão humana, e esta, por sua vez, não exclui a tecnologia. Ambas coexistem como elementos integrantes de um todo maior, complexo e convergente (Narikawa; Rodrigues, 2022). Dessa forma, a Justiça Social nas Humanidades Digitais atua fazendo reivindicações de propriedades, de materiais comunitários e documentando, através da inter-relação entre povos e a exploração de dados, materiais para a posteridade (Losh; Wernimont, 2018).

Quando analisamos o histórico da humanidade, é possível compreender que os grupos dominantes têm exercido influência sobre a evolução das sociedades, frequentemente utilizando ferramentas de controle para subjugar nações e territórios, com o objetivo de explorar e expropriar recursos que possam gerar riqueza. Essas ferramentas de controle, como o colonialismo, a religião, o gênero, a classe social e a raça, foram gradualmente moldadas ao longo dos anos e, em alguns casos, foram complementadas por outras, resultando em estruturas

hierárquicas discriminatórias que conferem valor desigual às pessoas, nações e regiões (Silva *et al.*, 2022a). Por outro lado, tais populações, grupos e nações colocadas em lugares de subordinação e injustiças, sempre estiveram em luta por seu livre arbítrio, liberdade, emancipação, direitos e Justiça Social.

O termo Justiça Social é atribuído a estruturas sociais, por ter seu enfoque voltado ao poder, para referenciar um princípio orientador da ordem, e não a pessoas específicas (Miller, 1979). É frequentemente empregado no âmbito jurídico, utilizado para denotar a administração e a preservação de regulamentos imparciais destinados a todos os indivíduos na coletividade (Silva *et al.*, 2021).

A Justiça Social pode ser compreendida como um princípio fundamentado na prudência racional, aplicado em um contexto de bem-estar coletivo (Rawls, 1999). Essa concepção é influenciada pelas condições sociais e históricas locais, estabelecendo uma relação intrínseca entre o cidadão e a comunidade. Nesse sentido, a Justiça Social proporciona mecanismos para a atribuição de direitos e deveres às instituições essenciais da sociedade. Sua função primordial é assegurar uma distribuição apropriada dos benefícios e ônus da cooperação social, tendo em vista que a comunidade só adquire existência e coesão a partir da participação e constituição dos sujeitos individuais (Barzotto, 2003; Gamarnikow, 2013). A Justiça Social abarca uma predisposição para identificar e eliminar todas as manifestações de opressão e tratamento diferenciado presentes nas práticas e políticas institucionais, ao mesmo tempo em que defende a adesão à democracia participativa como o meio para efetuar essa ação (Murrell, 2006).

A expressão "Justiça Social" está associada às tradições religiosas, tendo sua primeira menção em escritos católicos, defendendo a ética personalista, a família humana e filosofias comunitárias. Foi inicialmente introduzida em 1840 por Luigi Taparelli d'Azeglio, um sacerdote siciliano, e ganhou relevância por meio da obra de Antonio Rosmini-Serbati, intitulada "*La Costituzione Civile Secondo la Giustizia Sociale*" publicada em 1848 (Miller, 1979; Buettner-Schmidt; Lobo, 2012; Silva, *et al.* 2021).

Com relação à teoria da Justiça Social, esta se refere a um conjunto de princípios e conceitos que visam uma distribuição equitativa de recursos e oportunidades sociais, incluindo bens tangíveis e intangíveis. Ademais, busca reduzir as disparidades sociais e assegurar igualdade de oportunidades, para que cada indivíduo possa acessar os recursos necessários e desenvolver plenamente seus talentos, contribuindo de maneira positiva para o bem-estar coletivo (Reisch, 2002; Silva *et al.* 2022).

Nesse sentido, a Justiça Social pode ser entendida a partir de dois pontos de vista distintos, sendo eles: olhar para uma distribuição justa e visar o reconhecimento mútuo. Cada

um desses pontos de vista foca em uma parte importante da Justiça Social, mas nenhum deles é completo sozinho. Para uma melhor compreensão do conceito de Justiça Social, é preciso unificar esses pontos, para assim ter uma visão de justiça em duas dimensões. Dessa forma é possível considerar tanto como as coisas são distribuídas quanto como as pessoas são reconhecidas e valorizadas (Fraser, 2002).

Sua base estrutural ideológica e epistemológica foi originada na Nova Esquerda, incorporada de noções teóricas pós-modernas, tendo entre seus principais teóricos, Axel Honneth, Nancy Fraser e Charles Taylor, atuantes na luta por reconhecimento ou, como no caso de Iris M. Young e Willian Conolly, da política de identidade/diferença. No campo informacional, podemos citar Bharat Mehra, Kendra S. Albright, Kevin Rioux, David Miller, John Vincent, John Pateman, dentre outros, os quais se preocupam em relacionar a Justiça Social e justiça informacional com diversidade étnico-racial, cultural e de gênero em bibliotecas e unidades de informação (Rectenwald, 2019).

As áreas da Biblioteconomia e Ciência da informação (BCI) têm suas origens históricas fundamentadas na ética e na filosofia com foco no serviço (Froehlich, 1992; Shera, 1976). Entretanto, raramente são considerados os impactos e resultados das ações bibliotecárias e informacionais no contexto da equidade social e da transformação das vidas das pessoas em situação de marginalização (Durrance; Fisher, 2005). Uma das causas para a ausência de ênfase em pesquisas anteriores em BCI foi a inexistência de um conjunto consolidado de recursos práticos para orientar a implementação da Justiça Social (Mehra; Albright; Rioux, 2007).

Visando a adoção de diversas abordagens em direção a uma agenda de Justiça Social, Bharat Mehra, Kendra S. Albright e Kevin Rioux (2007) inferem sobre a necessidade de um esforço por parte de profissionais da Biblioteconomia e e da informação em geral para que, com vistas a atingir a Justiça Social, seja possível proporcionar os seguintes benefícios:

- i. Incorporar as ações, produtos e serviços realizados em BCI nas vivências diárias das pessoas marginalizadas, contribuindo de maneira significativa para suas realidades socioeconômicas e sociopolíticas de marginalização (Mehra; Albright; Rioux, 2007);
- ii. Reconhecer a amplitude das possibilidades do trabalho, serviços e produtos em BCI para efetivar mudanças tangíveis na vida das pessoas (Mehra; Albright; Rioux, 2007);
- iii. Iniciar uma reavaliação da pesquisa, prática e pertinência da BCI nos contextos sociais emergentes do século 21 (Mehra; Albright; Rioux, 2007);
- iv. Identificar e explorar várias abordagens e métodos práticos em BCI que possam ampliar os efeitos e impactos da Justiça Social, mesmo diante das medidas existentes e possivelmente limitadas (Mehra; Albright; Rioux, 2007), dentre as quais é possível citar

o contexto pandêmico da COVID-19 e o rompimento de barragem em Brumadinho, Minas Gerais.

No que concerne à base da teoria de Justiça Social no âmbito da BCI, essa provém de doutrinas filosóficas que buscam equidade social. É caracterizada pela sua natureza multidimensional, proveniente de uma abordagem institucional que utiliza valores éticos de atenção, cooperação e respeito, juntamente com os três componentes essenciais da Justiça Social: alocação equitativa, participação inclusiva e atribuição de mérito (Mathiesen, 2015; Silva *et al.*, 2021, 2022).

Em um cenário ideal, e a partir da implementação da Justiça Social de forma efetiva, uma série de desdobramentos significativos poderiam ocorrer, dentre eles, a equidade de direitos, a promoção da paz, a garantia da liberdade individual, uma ordem social justa, a segurança e a proteção abrangente para todos os membros da comunidade (Buettner-Schmidt; Lobo, 2012).

Entretanto, a interconexão global, a adoção do neoliberalismo e a persistência do capitalismo racial (Robinson, 2000) têm gerado barreiras à efetivação da Justiça Social, em especial para as comunidades negras. Esses fenômenos contribuem intencionalmente para a marginalização dessas populações, tornando-as vulneráveis em aspectos sociais, econômicos, políticos e educacionais, com o objetivo primordial de favorecer o crescimento financeiro das elites dominantes (Silva *et al.*, 2022).

É pertinente promover a interação e o respeito entre as diferenças para alcançar a Justiça Social, para que a objetificação de identidades coletivas não torne a ameaçar a Justiça Social na globalização, uma vez que isso ocorre por promover a segregação e a criação de grupos isolados, além de alimentar atitudes intolerantes, fortalecendo estruturas patriarcais e autoritárias (Fraser, 2002). Essa dinâmica pode resultar em falta de interação e compreensão entre as diversas diferenças presentes em ambientes cada vez mais multiculturais, o que configuraria um desafio para que a Justiça Social seja alcançada.

Na contemporaneidade, os movimentos sociais têm buscado corrigir e impedir a continuação de injustiças informacionais e históricas sofridas por grupos classificados pela cultura hegemônica como “inferiores” ou indignos de respeito e equidade. Nas HD, existem abordagens voltadas para os estudos pós-coloniais, as quais abordam um vocabulário crítico de poder, genealogia, discurso, gênero e de globalização (Svensson, 2016). Além disso, mesmo que o universo das Humanidades Digitais seja composto de textos e de objetos informacionais, as demais fontes de informações acerca de cultura e a história são também relevantes para o campo (Eide; Ore, 2019). Desta forma, entende-se que a busca por projetos em HD que possuem

seu foco na Justiça Social, com recorte para aspectos étnico-raciais, de classe e de gênero, permitirá ampliar as pesquisas em informação com enfoque nesses grupos dentro do campo informacional brasileiro.

A seguir, são apresentadas as dimensões da Justiça Social, sendo estas: justiça informacional, justiça racial, justiça de gênero e justiça ecológica.

3 (RE)CONHECENDO A JUSTIÇA RACIAL, JUSTIÇA DE GÊNERO, JUSTIÇA INFORMACIONAL E JUSTIÇA ECOLÓGICA NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O termo exclusão social foi cunhado por René Lenoir, em 1974, e abrange uma ampla gama de questões sociais, econômicas, culturais e políticas dentro das sociedades (Sen, 2000). A exclusão social transcende a mera insuficiência de recursos materiais, sendo reforçada pela maneira pela qual os indivíduos excluídos são marginalizados pela sociedade. Essa marginalização abrange diversas esferas e compromete os direitos fundamentais dos cidadãos, como é o caso do acesso à informação, bibliotecas e literatura para a transformação de suas realidades sociais. Isso implica que a ausência de uma distribuição equitativa de informações entre grupos sociais e étnico-raciais distintos tem consequências nos processos de tomada de decisões, comportamentos, acesso a direitos, bens e serviços, e conseqüentemente, afeta o bem-estar e a qualidade de vida desses sujeitos (Medeiros; Presser, 2020).

A exclusão social pode também ser percebida como um processo em que os membros de uma sociedade são incapazes de compartilhar aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais de maneira equitativa, o que resulta em injustiças sociais (Nascimento, 2016). Isso acontece quando um indivíduo ou um conjunto de pessoas trata outra pessoa ou grupo étnico-racial e social na sociedade de maneira injusta, o que leva a desvantagens para o indivíduo ou o grupo afetado. Isso pode levar a oportunidades perdidas em termos de educação, emprego, moradia, cuidados de saúde e diversas outras áreas (Stone; Evans, 2022).

Quando alguém enfrenta um acesso desigual em apenas um desses aspectos, isso pode desencadear uma série de desafios em outras áreas como consequência. Assim, estas desigualdades se caracterizam por um conjunto de fenômenos que representam as relações sociais contemporâneas: a precarização do trabalho, a desqualificação social, a desumanização do outro, a fome, a violência, a falta de acesso a bens e serviços, à segurança, à justiça e à cidadania, entre outras (Lopes, 2006).

A justiça é a maior iminência de reparação (Connell, 2014), sendo responsável por desempenhar o papel de legitimação fundamental, sua função seria tratar as desigualdades através de uma perspectiva que reduza o desacordo social, uma vez que, ao uniformizar as convicções heterogêneas resultará em injustiças (Ramos; Oliveira, 2016). Desta forma, em uma sociedade considerada justa, os direitos garantidos pela justiça não estão sujeitos à barganha política ou a interesses sociais, mas sim a uma consciência que trata iguais de forma igual e desiguais de forma desigual, buscando equiparar as realidades (Rawls, 1999).

Quando pensamos em justiça, esta possui algumas ramificações, dentre as quais estão: a Justiça racial, que oferece um senso de propósito e realização para aqueles que se envolvem no esforço com vistas a erradicar a exploração, marginalização, subordinação e privação direcionadas a grupos étnico-raciais específicos, tais como negros etc. (Fraser, 2001; Desmond; Emirbayer, 2012). Conceitualmente, a justiça racial visa a reparação de injustiças epistêmicas, políticas, econômicas, educacionais e sociais racializadoras e colonizadoras no ensino, epistemologia, bibliotecas e Unidades de informação (Silva *et al.*, 2021; Black, 2022).

Os movimentos sociais de grupos étnico-raciais colocados em lugares de marginalização e exploração são os grandes responsáveis pelas reivindicações por justiça racial em sociedades em que a desigualdade é pautada principalmente por hierarquização racial e social dos sujeitos. No Brasil, país construído sob a violência da escravidão africana e sob o extermínio dos povos indígenas, a justiça racial é pauta principal do movimento negro brasileiro. Durante toda a era republicana, o movimento negro adotou de forma ativa uma série de táticas de combate em benefício da comunidade negra. Conceitualmente, o movimento negro envolve os esforços dos indivíduos de ascendência africana para abordar suas questões na sociedade em geral, especialmente as resultantes de preconceitos e discriminações raciais que os excluem dos setores de emprego, educação, política, social e cultural (Domingues, 2007).

Dentro do movimento negro, a ideia de *raça* e, conseqüentemente, a identidade étnico-racial, são empregadas não apenas como meio de unificação, mas também como intermediárias nas demandas políticas e sociais. Assim, para o movimento negro, a *raça* representa o principal elemento na formação de uma coesão entre os indivíduos de ascendência africana em torno de um propósito coletivo de atuação (Domingues, 2007). Devido à sua evolução histórica, o conceito de *raça* se manifesta através de duas dimensões fundamentais que se interligam e se somam: a) como *característica biológica* - a identidade étnico-racial é determinada por traços físicos, como a tonalidade da pele, por exemplo; b) como *traço étnico-cultural* - a identidade é relacionada à origem geográfica, crenças religiosas, idioma ou outros costumes (Almeida, 2019).

Atualmente, a comunidade negra brasileira é representada por pessoas autodeclaradas negras e pardas, conforme a classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a qual representa aproximadamente 54% da população brasileira. Apesar dos avanços com produção científica e intelectual sobre os debates étnico-raciais, das legislações com enfoque na educação para relações étnico-raciais e para ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena e das diretrizes curriculares para a promoção da equidade étnico-racial no país, a justiça racial nunca foi tão necessária, sobretudo nos últimos

anos, com o aumento do genocídio da população negra periférica (Assumpção, 2017; Gomes; Laborne, 2018; Souza, 2022), do alto índice de pessoas negras no cárcere (Carvalho, 2015; Carvalho, 2018; Santos *et. al.*, 2016), e aumento dos níveis de feminicídio de mulheres negras (Monteiro, 2021; Santos; Stempniewski, 2020; Reis; Leite; Matos, 2019).

Enquanto isso, nos Estados Unidos dos 1960, com a aceitação crescente dos princípios do antirracismo, o movimento negro estadunidense buscou extinguir as disparidades raciais, incluindo a erradicação da pobreza entre grupos étnico-raciais, o reconhecimento de direitos para promover equidade racial e a ação coletiva para superar desigualdades históricas causadas, sobretudo pelo histórico da escravidão e pelo genocídio de povos indígenas (Desmond; Emirbayer, 2012).

Na atualidade, o país está situado em um momento histórico singular. De um lado, nunca na história dos Estados Unidos houve tanta rejeição ao racismo. Apenas uma geração atrás, a segregação racial era institucionalizada e seguida por milhões; hoje, nada poderia ser mais contrário aos princípios norte-americanos. Por outro lado, embora a dominação racial continue a infligir grande sofrimento e a desafiar a democracia norte-americana, muitos movimentos em prol da justiça racial têm perdido força. Nunca a valorização da igualdade racial foi tão proeminente ao mesmo tempo em que o impulso pelo avanço da justiça racial se encontra tão enfraquecido (Winant, 2001; Desmond; Emirbayer, 2012).

Um dos demarcadores desse enfraquecimento está no aumento da censura a livros com os debates sobre o racismo, raça e questões de gênero nas escolas, assim como a criação de legislações para fundamentar tais restrições, o que tem sido pauta do movimento negro e de ativistas pela justiça racial nos últimos anos. A recente regulamentação de legislação que censura debates sobre raça, racismo e gênero em salas de aulas tem como alvo restringir a discussão de noções como racismo sistêmico, a crença de que a discriminação é inerente ao sistema social e tem o propósito de manter a desigualdade entre pessoas brancas e negras (Ratier, 2023). Além disso, somente em 2022, 2.571 títulos foram objeto de censura em bibliotecas e escolas, sobretudo obras escritas *pela* ou *sobre* a comunidade LGBTQIA+ e *de* ou *sobre* pessoas não brancas. Cerca de 58% das queixas foram dirigidas a livros encontrados nas bibliotecas escolares e currículos escolares, enquanto o restante foi direcionado a títulos em bibliotecas públicas (Presse, 2023).

Tanto em nível individual quanto no coletivo, a justiça racial é fomentada através do uso de informações historicamente precisas. Por isso, os bibliotecários podem promover essas informações que evidenciam tanto o histórico e contexto que promoveu as hierarquias raciais presentes em sociedades racializadas (como o Brasil e os EUA), como o entendimento das

disparidades raciais as quais perduram na sociedade até a atualidade. Assim, tais profissionais podem promover a informação étnico-racial (Oliveira; Aquino, 2012) com o intuito de que os jovens ativistas compreendam o contexto integral e possam estruturar suas ações visando a redução das injustiças raciais. Além disso, para promover o avanço da justiça racial nas comunidades, seus membros precisam elaborar políticas que estimulem a implementação de medidas eficazes (Black, 2022).

No campo biblioteconômico-informacional, o surgimento dos estudos de gênero está enraizado nos anos 2000, mas só ganhou uma proeminência mais significativa na última década. Um fator contribuinte para essa situação pode ser o aumento da acessibilidade das mulheres, pessoas não brancas e da comunidade LGBTQIAP+ às universidades públicas devido à reestruturação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e à implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Esses investimentos na educação pública superior, além de diversificar os corpos discente e docente das universidades, também têm promovido extensas discussões sobre diversidade de gênero, raça e classe, tanto no âmbito acadêmico quanto em contextos sociais mais amplos. No nível de pós-graduação, por exemplo, observa-se um notável aumento na pesquisa sob várias perspectivas, incluindo o aspecto informacional, explorando os efeitos desses investimentos em grupos específicos, como a população LGBTQIAP+, mulheres e homens negros, entre outros. (Romeiro; Silveira, 2022).

Como um reflexo da sociedade, os locais educacionais - como as salas de aula e as instituições de ensino, assim como as bibliotecas e outros ambientes de informação - tendem a reproduzir e espelhar os preconceitos e exclusões relacionados a gênero, sexualidade e pertença étnico-racial que historicamente têm afetado grupos em situação de marginalização, como pessoas negras, indígenas, mulheres e a comunidade LGBTQIAP+ (Lucca, 2023; Silva *et al.*, 2023; Silva; Andrade, 2023; Vasconcelos, 2023). Esses padrões, muitas vezes, se manifestam de maneira inconsciente nas ações e na visão de mundo de educadores e bibliotecários trazendo como consequências microagressões de gênero e sexualidade que acabam ser violências cotidianas contra pessoas LGBTQIAP+, mulheres e meninas, assim como macro violências, representadas pela homofobia, lesbofobia e transfobia (Silva; Andrade, 2023; Sue, 2010).

Nesse sentido, a Justiça de gênero visa a representatividade justa de todas as pessoas em suas identidades de gênero e sexualidades nos ambientes informacionais, na literatura, currículos e espaços sociais (Silva *et al.*, 2021). Ademais, evidencia as informações sobre direitos e pautas de grupos socialmente vulneráveis e colocados em lugares de subordinação por suas identidades de gênero e sexualidade, além de buscar “avaliar o acesso e os obstáculos

ao gozo desses direitos para mulheres, homens, meninas e meninos [visando] adotar estratégias com perspectiva de gênero para protegê-los e promovê-los” (Spees, 2004, p. 4).

Dessa forma, o gênero é compreendido como uma construção social responsável pela estrutura das relações entre as pessoas, em que o movimento feminista surge como uma demanda pela Justiça Social (Connell, 2014). Como resultado, busca a “proteção e promoção dos direitos civis, políticos, econômicos e sociais com base na igualdade de gênero” para mulheres, crianças e comunidade LGBTQIAP+ nos sistemas de justiça e político e nos campos de estudos de diversas áreas de conhecimento. Através de projetos de sensibilização e capacitação, é possível construir uma justiça que promova a inclusão das mulheres e defenda seus direitos humanos. Isso envolve políticas de valorização das mulheres no campo jurídico e a garantia de proteção contra violações de direitos (Spees, 2004; Silva; Wright, 2016).

No que concerne à Justiça informacional, a informação está relacionada com as transformações nas distribuições de recursos materiais, intangíveis e conhecimento, assim como no rearranjo do poder social e político que o acesso e a utilização da informação confeririam aos diferentes grupos sociais (Johnson, 2018). Neste sentido, a justiça informacional diz respeito a um arcabouço de Justiça Social destinado a equipar os profissionais da Biblioteconomia e Ciência da Informação com ferramentas que os capacitem a identificar os principais aspectos de equidade social nos serviços de Informação (Silva *et al.*, 2022). Ademais, a justiça informacional visa fornecer informações corretas com integridade (Kernan; Hanges, 2002; Lee, 2021), bem como é um conceito multifacetado que compreende as pessoas como buscadoras, fontes de informação e sujeitos informacionais (Mathiesen, 2015).

Nesse contexto, estabelecida como uma noção de equidade para indivíduos e grupos em suas capacidades de busca, oferta e envolvimento com informações, a justiça informacional poderia desempenhar um papel substitutivo em relação à Justiça Social em âmbito amplo. Isso ocorre porque as oportunidades de acesso e disseminação de informações desempenham um papel fundamental na melhoria de todos os aspectos da vida das pessoas (Mathiesen, 2015; Silva *et al.*, 2022b). Dessa forma, aspectos que se articulam com a justiça informacional são: a) busca equitativa por informação, que se refere à justiça distributiva; b) oportunidades iguais na produção de conhecimento, as quais representam a justiça participativa; e c) a representação e representatividade adequada das pessoas em suas especificidades e diversidades, as quais constituem a justiça de reconhecimento no amplo panorama de informações relevantes para a transformação social (Mathiesen, 2015; Silva *et al.*, 2021; Silva *et al.*, 2022b).

Em diversas situações, a justiça informacional pode ajudar a minimizar a sensação de incerteza, oferecendo informações e divulgando dados que justificam e aumentam o controle

sobre determinadas situações e escolhas (Rego; Souto, 2004; Schumacher *et al.* 2021). Pode inclusive, contribuir para a pluralidade e diversidade dos sujeitos em ciência, tecnologia e inovação de um país (Sena, 2023). Logo, esta dissertação corresponde diretamente aos seguintes princípios da justiça informacional delineados por Silva e colaboradoras (2022b):

- ao princípio 1, o qual se refere ao uso da justiça informacional “para o combate às injustiças sociais, econômicas, políticas, educacionais, representacionais, etc., bem como para capacitar e emancipar comunidades vulneráveis em informação” (Silva *et al.*, 2022b, p. 8);

- ao princípio 3, o qual se refere ao entendimento da justiça informacional para concretizar “a atuação e formação bibliotecárias críticas e conscientes da existência e operacionalização de sistemas de opressão, exclusão e desigualdades de populações em situação de vulnerabilidades” (Silva *et al.*, 2022b, p. 8);

- ao princípio 4, cujo entendimento se vincula à criação de produtos, programas e serviços em BCI, orientados para uma agenda de Justiça Social consciente “das injustiças sociais e informacionais embutidas em sistemas institucionais, organizações culturais, bibliotecas e unidades de informação” (Silva *et al.*, 2022b, p. 8);

- ao princípio 5, o qual enfoca nas justiças “distributiva, de reconhecimento e participativa para estabelecer estruturas comuns de distribuição, recepção e comunicação da informação, na qual as pessoas integrantes das sociedades interagem entre si como pares, sem hierarquias ou castas que as separem, visando criar sociedades social e racialmente justas”. (Silva *et al.*, 2022b, p. 9); e

- ao princípio 6, refere ao “o direito de acesso à informação, assim como o direito à privacidade, a segurança e a confidencialidade da informação como direitos humanos”.

No que concerne à justiça ambiental e a emergência de direitos da natureza, essa conta com duas abordagens: uma que vinculada aos direitos humanos e outra mais voltada para os direitos da natureza, denominada justiça ecológica (Gudynas, 2010). A Justiça ecológica surgiu nos Estados Unidos em meados dos anos 1980 visando contribuir e se solidarizar para além da proteção dos seres humanos e o bem-estar de todas as formas de vida, reconhecendo a natureza por seus próprios valores, evoluindo dos valores intrínsecos para os direitos da natureza (Gudynas, 2010; Peralta, 2014).

O conceito de “justiça ecológica” foi inicialmente defendido como uma “justiça verde” emergente por Claudette Lafaye e Laurent Thévenot ao proporem essa abordagem como uma nova forma de avaliação e justificação, explorando como o debate ecológico pode contribuir para estabelecer critérios de julgamento na tomada de decisões ambientais (Retière; Marques, 2019). Através das inferências de Sachs e Santarius (2007), a justiça ecológica possui três

dimensões, sendo elas: a justiça intrageracional; a justiça intergeracional; justiça interespécies (Peralta, 2014). Essas dimensões buscam “garantir os direitos das gerações presentes em condições de igualdade, de garantir as possibilidades de desenvolvimento e a qualidade de vida das futuras gerações e de respeitar a vida dos seres vivos não humanos” (Peralta, 2014, p. 19).

No Quadro 1 estão apresentadas a conceituação da Justiça Social e suas dimensões por autorias, que explora os elementos de conceito, autoria e definição relevantes para esta pesquisa. Nesse quadro, são expostas as perspectivas de pesquisadores e pesquisadoras que abordam os conceitos de Justiça Social, Justiça de Gênero, Justiça Informacional, Justiça Ecológica e Justiça Racial. Esse quadro fornecerá uma compreensão abrangente das diferentes facetas desses conceitos, essenciais no contexto desta pesquisa.

Quadro 1 - Conceituação da Justiça Social e suas dimensões por autorias.

	Conceito	Autoria	Definição para a pesquisa
Justiça Social	A Justiça Social “inclui uma visão da sociedade na qual a distribuição de recursos é equitativa e todos os membros estão fisicamente e psicologicamente seguros e protegidos”. (p. 1)	BELL, Lee. Theoretical foundations for social justice education. <i>In</i> : M. ADAMS, M.; BELL, A; GRIFFIN, P. (Ed.). Teaching for diversity and social justice : A sourcebook. New York: Routledge, 1997. (p. 3-15)	A Justiça Social busca uma sociedade com distribuição equitativa de recursos e onde todos as pessoas estejam seguras e protegidas física e psicologicamente. Uma vez que a justiça legal se converte em Justiça Social, todos os atores da sociedade têm o mesmo valor, e, portanto, suas ações devem ser em conformidade com a lei beneficiando igualmente a todos. No âmbito educacional, a Justiça Social envolve ao analisar, por exemplo, as razões e os meios pelos quais os alguns ambientes escolares agem de forma injustas com estudantes de um grupo social.
	No contexto da educacional “a Justiça Social significa examinar por que e como as escolas são injustas para alguns estudantes” (p. 200).	WIEDEMAN, Claudia Ramirez. Teacher preparation, social justice, equity: A review of the literature. Equity & Excellence in Education , v. 35, n. 3, p. 200-211, 2002.	
	Uma vez que a lei estabelece direitos e responsabilidades equânimes para todos, “a justiça legal torna-se Justiça Social, aquela em que todo membro da sociedade vale tanto como qualquer outro, e todo ato em conformidade com a lei redundante, beneficia igualmente a todos” (p. 04).	BARZOTTO, Luis Fernando. Justiça Social-Gênese, estrutura e aplicação de um conceito. Revista Jurídica da Presidência , v. 5, n. 48, 2003.	
Justiça Racial	A justiça racial é o tratamento justo sistemático de pessoas de todos os grupos étnico-raciais, resultando em oportunidades e resultados equitativos para todos. A justiça racial – ou equidade racial – vai além do “anti-racismo”. Não é apenas a ausência de discriminação e desigualdades, mas também a presença de sistemas e apoios deliberados para alcançar e sustentar a equidade racial por meio de medidas proativas e preventivas.	HUMAN AND CIVIL RIGHTS. Racial justice in education : resource guide. Pensilvânia: NEA, 2018.	A Justiça Racial busca o tratamento justo para todos os grupos racializados nas sociedades e também a reparação de injustiças sociais, epistêmicas, políticas, educacionais racializadoras e colonizadoras de grupos étnico-raciais (negros, africanos) historicamente colocados às margens das sociedades ocidentais. Envolve garantir igualdade para grupos racializados, reparando injustiças históricas, sociais e políticas. Isso inclui combater o racismo estrutural em políticas públicas e direitos socioassistenciais, reconhecendo que vai
	Trata de uma abordagem que enfatiza o impacto do “racismo estrutural” nas políticas públicas e na execução dos direitos socioassistenciais. Ela reconhece que o racismo vai além de atitudes	GOMES, Daiane de Oliveiva; BRANDÃO, Wanessa Nhayara Maria Pereira; MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. Justiça racial e direitos	

	Conceito	Autoria	Definição para a pesquisa
	<p>individuais e está arraigado nas estruturas e sistemas sociais. Além disso, a justiça racial não ignora a “desigualdade econômica”, considerando-a um reflexo da profunda disparidade nas estruturas de poder que governam a sociedade.</p> <p>A busca pela justiça racial demanda a abordagem concomitante do racismo sistêmico e das disparidades econômicas, contemplando de maneira abrangente suas inter-relações.</p>	<p>humanos dos povos e comunidades tradicionais. Revista Katálysis, [s.l.], v. 23, p. 317-326, 2020.</p>	<p>além de atitudes individuais. Aborda a desigualdade econômica como resultado das disparidades de poder na sociedade. A busca por justiça racial requer abordar simultaneamente o racismo sistêmico e as desigualdades econômicas, considerando suas interconexões.</p>
<p>Justiça de Gênero</p>	<p>“Processos legais que são equitativos, não privilegiados por e para homens, e que distinguem as formas nefastas de injustiça que as mulheres enfrentam durante e após conflitos” (p. 561).</p>	<p>MCKAY, Susan. Gender justice and reconciliation. Women’s Studies International Forum, [s.l.], v. 23, n. 5, p. 561–570, 2000.</p>	<p>A Justiça de Gênero conecta gênero, direito e justiça, favorecendo as contribuições da teoria crítica feminista para diversos campos do conhecimento, especialmente no entendimento da igualdade e da Justiça Social. Pode ser definida como processos legais equitativos que não privilegiam os homens e reconhecem as formas de injustiça que as mulheres enfrentam. Pensando em um ideal de sociedade, este deveria ser sem distinção de gênero, apoiado nos valores essenciais da justiça liberal e igualitária: igualdade de oportunidades e a importância da escolha individual de cada pessoa.</p>
	<p>“Em um mundo com justiça de gênero, um estilo de vida neutro em relação ao gênero seria a opção de menor custo tanto para mulheres quanto para homens”. “Esse princípio se baseia nos valores fundamentais da justiça liberal e igualitária: igualdade de acesso e o bem da escolha individual.” (p. 2)</p>	<p>GHEAUS, Anea. Gender justice. Journal of Ethics & Social Philosophy, [s.l.], v. 6, n. 1, p. 1-28. 2011.</p>	
	<p>A Justiça de gênero “faz a ligação entre gênero, direito e justiça, enriquecendo as contribuições epistemológicas da teoria crítica feminista para vários campos do conhecimento, em particular sobre o entendimento da noção de igualdade e Justiça Social” (p. 102)</p>	<p>SOUSA, Maria Eliane A. Justiça de Gênero: uma possível interpretação à luz das esferas de justiça de Michael Walzer. Revista Direitos Democráticos & Estado Moderno, [s.l.], n. 3, p. 97-111, 2021.</p>	
	<p>A justiça informacional “reflete o fornecimento de informações e a explicação/justificativa das decisões” (p.156)</p>	<p>REGO, Arménio; SOUTO, Solange. A percepção de justiça como antecedente do comprometimento organizacional: um estudo luso-brasileiro. Revista de administração contemporânea, [s.l.], v. 8, p. 151-177, 2004.</p>	<p>A Justiça Informacional reflete as três maneiras pelas quais as pessoas se relacionam com a informação, além de ser responsável por fornecer informações e justificativas para as tomadas de decisões. Para alcançar a justiça informacional, é</p>

	Conceito	Autoria	Definição para a pesquisa
Justiça Informacional	“É um conceito multifacetado que reflete as três maneiras pelas quais as pessoas podem se relacionar com a informação - como buscadoras, como fontes e como sujeitos” (p. 207)	MATHIESEN, Kay. Informational Justice: a conceptual framework for social justice in library and information services. Library Trends , Illinois, v. 64, n. 2, 2015.	necessário tratar as pessoas como fontes e sujeitos informativos, além da distribuição de informações de forma justa e igualitária.
	Para que haja a Justiça informacional a “distribuição justa de informações também requer o tratamento justo de pessoas e comunidades como fontes e sujeitos de informações” (p. 220)		
Justiça Ecológica	A justiça ecológica é compreendida como a “justiça entre seres humanos e o restante do mundo natural” (p. 75)	BARRY, John. Rethinking Green Politics, London; Greening Liberal Democracy: Practice, Theory and Political Economy, <i>In</i> : J. Brian Barry/M. Wissenburg (ed.). Sustaining Liberal Democracy: Ecological Challenges and Opportunities . Basingstoke, 2001. p. 59–80	A Justiça Ecológica envolve a busca por justiça entre os humanos e o mundo natural. Ela busca garantir proteção e consideração para todos os seres integrantes do nosso sistema ecológico. Busca dar garantias legais ao mundo não humano e o reconhecimento dos direitos ecológicos, onde membros da comunidade podem agir como protetores da lei e porta-vozes da natureza não humana.
	A Justiça Ecológica pode ser entendida como uma “concepção ambientalista construtiva e protecionista objetivando que a estima e consideração esperada pelo Homem venha a tornar-se uma extensão para os outros indivíduos integrantes do nosso mesmo sistema ecológico” (p. 7)	BORILE, Giovani Orso; CALGARO, Cleide. Fundamentos da justiça ecológica. Revista Pensamento Jurídico , São Paulo, v. 14, n. 3, 2020.	
	Se volta para “assegurar as garantias legais ao mundo não humano, bem como o reconhecimento dos direitos ecológicos, nos quais os membros da comunidade podem agir como guardiões da lei, sendo procuradores e porta-vozes da Natureza não Humana” (p. 18)	ARIZIO, Silvia Helena. Reflexões sobre a justiça ecológica e sua importância acerca dos direitos das águas . 2016. 211 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade Meridional, Passo Fundo, 2016.	

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Nesse sentido, a interseccionalidade entre informação, gênero, classe, raça e meio ambiente atuam para minimizar as injustiças nas sociedades por intermédio do antirracismo, antissexismo, anti-LGBTQIAfobia e demais ações combativas às discriminações (Fraser; Honneth, 2003).

Termo cunhado em 1989 pela teórica Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade se vincula à maneira como o racismo, a opressão de classe, o patriarcalismo e demais formas de exclusão e discriminação criam desigualdades que irão determinar posições para mulheres, grupos étnico-raciais, classes e outros. Ademais, “trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (Crenshaw, 2002, p. 177).

Para Carla Akotirene (2019, p. 23), a “interseccionalidade sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica”. Além disso, auxilia a identificar os impactos causados pela colonialidade moderna contra os grupos oprimidos (Akotirene, 2019). Enquanto isso, Marcia Bernardes (2020, p. 12) infere que a interseccionalidade é “uma ferramenta analítica que permite compreender e dar visibilidade ao modo como diferentes aspectos das identidades políticas de indivíduos [...] podem se combinar para criarem formas de opressão”.

No âmbito científico, a interseccionalidade evidencia sua utilidade ao questionar a prevalência hegemônica como alvo de investigação. Isso pode levar ao agravamento das disparidades sociais, afetando diretamente os grupos em situação de marginalização. Assim, a interseccionalidade emerge como um recurso que revela a falta de compromisso da ciência com a abrangência e diversidade (Kuch *et al.*, 2023). Pesquisas evidenciam que mulheres negras estão empenhadas em construir uma sociedade equitativa, ao reconhecer e compreender as múltiplas barreiras impostas pela opressão relacionada à raça, gênero, classe e cultura, por meio do conceito de interseccionalidade.

Dessa forma, a interseccionalidade viabiliza que mulheres negras compreendam a interligação e os impactos que as atingem tanto pelo racismo quanto pelo sexismo. Essa compreensão possibilita uma visão teórico-metodológica da existência das exclusões e desigualdades que atingem mulheres e a população negra, possibilitando articulações políticas no combate a esses impactos na tentativa de minimizar seus efeitos opressivos (Moraes; Silva 2017; Ferreira, 2023). Por isso, para que se alcance um ideal de justiça que abrace a sociedade colocada em lugar de subalternização dentro da CI, é necessário que existam projetos de HD para Justiça Social, em especial, vinculados a aspectos étnico-raciais, classe e de gênero, o que é abordado na próxima seção.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Entendendo que a metodologia se refere à apresentação dos procedimentos, instrumentos e técnicas adotados para coleta, tratamento e análise dos dados da pesquisa (Prodanov; Freitas, 2013), em relação aos objetivos, esta trata-se de uma pesquisa descritiva de cunho exploratório, haja vista que foram utilizados estudos científicos (livros, artigos, capítulos, entre outros) já publicados do campo informacional, das ciências humanas, sociais e computacional, recuperados via base de dados nacionais (Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação - BRAPCI, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD; e o repositório BENANCIB), e internacional, (*Web of Science – WOS* e o *Journal Storage - JSTOR*).

A identificação dos projetos foi realizada através da consulta a materiais recuperados na literatura compilada, além dos disponíveis em bancos de dados e listas técnicas¹ sobre Justiça Racial, Justiça de Gênero, Justiça Informacional e Justiça Ecológica. Complementarmente, coletamos as informações em sites institucionais e sites de projetos *de e voltados para* as HD visando responder aos objetivos estipulados no início desta pesquisa. Esta é uma pesquisa de natureza aplicada, uma vez que poderão ser aplicadas a diversas instituições e organizações, incluindo aquelas envolvidas no desenvolvimento de projetos e arquivos digitais, iniciativas comunitárias, organizações voltadas para a inclusão digital, plataformas educativas, currículos escolares, programas de formação de educadores e profissionais em Humanidades Digitais (HD), bem como empresas de tecnologia e startups focadas em inovação com ênfase na Justiça Social.

Além disso, trata-se de uma abordagem qualitativa, haja vista que “aprofunda no mundo dos significados das ações e relações humanas” (Minayo, 2002, p. 22). A pesquisa aplicada se volta para “à aplicação, e utilização da pesquisa, postulando possíveis consequências práticas do seu conhecimento em problemas e questões individuais e coletivas”, buscando identificar as consequências práticas desse conhecimento para resolução de problemas e questões individuais e coletivas, com foco em Justiça Social nos projetos de Humanidades Digitais (Almeida, 2021, p.30). Neste caso, em relação aos procedimentos de uma pesquisa documental, dispõem de documentos e materiais disponibilizados em sites dos projetos, como por exemplo: ofícios, relatórios, editoriais, etc. E bibliográfica, por utilizar materiais fidedignos, já publicados, como

¹ Listas disponível em: <https://abrir.link/CVzxl>. Acesso em: 20 nov. 2023; <https://abrir.link/arVTo>. Acesso em: 17 dez. 2023; <https://dig-eh.org/deh-landscape-full/>. Acesso em: 22 jan. 2024; <https://digitalhumanities.duke.edu/projects>. Acesso em: 30 jan. 2024.

por exemplo, jornais, artigos científicos, teses, dissertações e outros (Almeida, 2021). Assim, é possível aprofundar o estado da arte das HD no campo informacional vinculadas à Justiça Social, seus desdobramentos e enfoques, bem como irá realizar o mapeamento, a caracterização e descrição dos projetos em HD para Justiça Social no Brasil e EUA.

Enquanto etapas básicas da pesquisa, a organização dos dados se deu da seguinte forma:

- Etapa 1 – realização do levantamento bibliográfico referente aos conceitos, histórico, autorias e demais elementos das Humanidades Digitais, Justiça Social, justiça informacional, justiça de gênero, justiça racial e justiça ecológica sem delimitação temporal com termos em inglês e português para escrita do referencial teórico e conceitual da pesquisa;
- Etapa 2 – Mapeamento de projetos em HD no Brasil e nos Estados Unidos da América. Tal mapeamento ocorreu via a revisão bibliográfica e consulta em bancos de dados e listas técnicas que continham projetos de HD, cujo universo da pesquisa foi de 856 projetos encontrados.
- Etapa 3 – Seleção e análise dos projetos em HD, nos países anteriormente citados, voltados para Justiça Social, Justiça Informacional, Justiça de Gênero, Justiça Racial e Justiça Ecológica. Para realizar a seleção, foi atribuída numeração sequencial ao total de 856 projetos mapeados, após as duplicatas serem removidas. Por intermédio da ferramenta “Sorteador²” foi realizada uma amostra aleatória simples para selecionar 120 projetos a serem analisados. A partir das similaridades dos itens encontrados, foi desenvolvida a ficha de análise para os projetos em HD, conforme detalhado na Seção 5.1, e disponível no Apêndice B. Para a aplicação da ficha de análise, um novo sorteio foi realizado, desta vez, com a seleção de 73 projetos. Dentre esses, os 13 projetos que mais atenderam aos critérios estabelecidos na ficha de análise foram disponibilizados como “Projetos-Referência” para acesso no site-produto desta pesquisa, conforme o enfoque da justiça selecionado. Os 60 projetos restantes, que apresentaram menor conformidade com os critérios, também estão acessíveis no site, abaixo dos projetos-referência, sob o título “Outros Projetos”.
- Etapa 4 – Constituição de portfólio após a aplicação da ficha de análise, com 13 projetos selecionados, considerados como referências, foram apresentados e descritos detalhadamente com as informações relevantes, tais como localização,

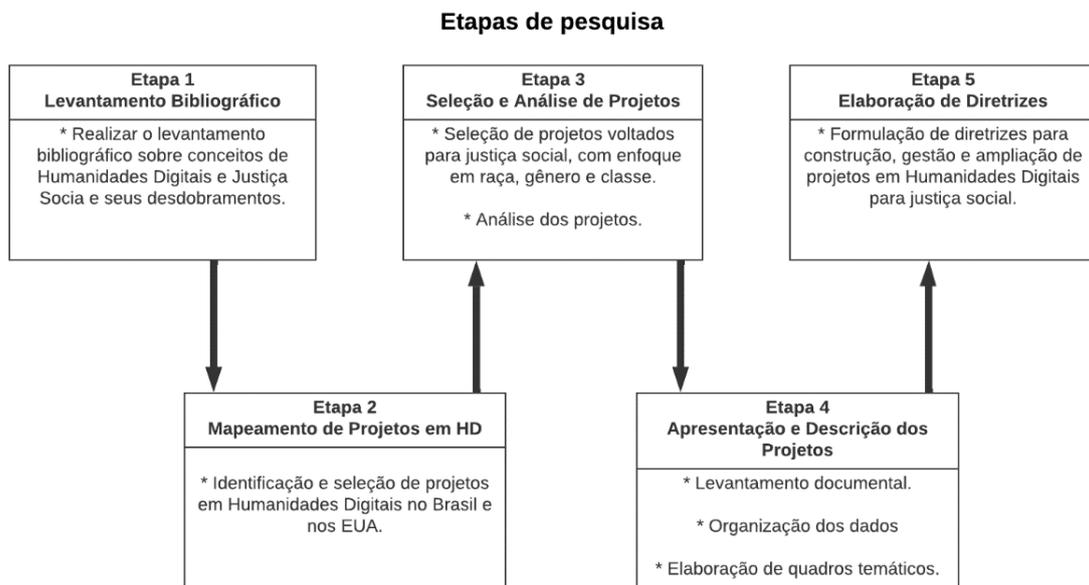
² Sorteador: <https://sorteador.com.br/>

instituição promotora, descrição do projeto, ano de criação, público-alvo, participantes e ações, entre outras.

- Etapa 5 – Elaboração das diretrizes para auxiliar na construção e análise de projetos com enfoque em Humanidades Digitais para a Justiça Social disponibilizadas no site.

As informações organizadas foram disponibilizadas em *Dataset*³ e indexados no repositório *Zenodo*. No diagrama da Figura 1 constam sintetizadas as etapas acima mencionadas.

Figura 1 - Diagrama das etapas da pesquisa.



Fonte: Elaborado pelo autor no Lucid (2023).

Conforme elencam Bharat Mehra, Kendra S. Albright e Kevin Rioux (2007), existem elementos-chave a serem incorporados para a realização de qualquer estrutura prática proposta para a investigação sobre Justiça Social nas profissões de informação, as quais devem introduzir na discussão acadêmica a consideração dos seguintes componentes fundamentais:

- População em vulnerabilidade: Especifica o grupo (ou indivíduos) com o qual estamos trabalhando (Mehra; Albright; Rioux, 2007). No caso do estudo em questão, os grupos enfocados são aqueles historicamente colocados em lugares de subordinação e

³ Dataset disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.12630202>

exploração por forças hegemônicas, as quais retiram o acesso à história e memória de povos negros, indígenas, mulheres e outros. Tais grupos constantemente estão em situação de vulnerabilidade informacional, e acabam por ser subjugados às estruturas raciais e sociais estabelecidas. Por isso, a importância de serem apresentados projetos que buscam a Justiça Social para tais grupos e comunidades;

- **Necessidade de informação:** Aborda a questão a partir de uma perspectiva de ativos, reconhecendo as capacidades de várias partes interessadas (inclusive aquelas identificadas como “marginalizadas”). Isso transcende a abordagem do diagnóstico tradicionalmente adotada em pesquisas de BCI e contribui para o desenvolvimento de um plano de serviço que valoriza as capacidades já presentes nos projetos realizados, produtos criados e ações feitas em unidades de informação (Mehra; Albright; Rioux, 2007). No caso desta pesquisa, os projetos com enfoque na Justiça Social servem como subsídio para suprir as necessidades desses sujeitos pertencentes às comunidades e populações informacionalmente vulneráveis, como também são espaços de preservação da história, memória, cultura e sociabilidades desses grupos étnico-raciais e sociais;
- **Metodologias:** Analisa as abordagens de pesquisa empregadas no processo de envolvimento com a população do estudo (Mehra; Albright; Rioux, 2007). Neste caso, a metodologia aplicada – conforme descrita nos procedimentos metodológicos - permitirá a análise e categorização dos projetos, bem como entender os elementos essenciais para a replicação de projetos dessa ordem em diferentes contextos e com diferentes grupos informacionalmente vulneráveis;
- **Resultados:** Quais mudanças concretas e intangíveis ocorreram na vida dos indivíduos em foco antes e após seu envolvimento no projeto? (Mehra; Albright; Rioux, 2007). Referente ao projeto aqui evidenciado, entende-se que as mudanças ocorrerão como consequência do conhecimento da existência desses projetos, assim como o uso das HD para promoção da Justiça Social em ambientes digitais;
- **Avaliação e análise:** Foram atendidas as necessidades originais que motivaram a interação? Quão eficazes foram as estratégias adotadas para resolver o problema inicial? (Mehra; Albright; Rioux, 2007).

A proposta aqui apresentada será monitorada através de estatísticas de acesso, bem como de downloads das diretrizes, para fins de mapear a interação entre interagentes e a concretização da dissertação em forma de site, contendo a relação dos projetos com enfoque

em Justiça Social. Além disso, tal mapeamento e análises serão divulgadas em produções posteriores para a comunidade da BCI.

No Quadro 2 é possível visualizar os métodos adotados, dados utilizados e resultados, relacionados aos objetivos específicos deste projeto de dissertação.

Quadro 2 - Objetivos, métodos e técnicas utilizadas para obter os dados da pesquisa.

Objetivos	Métodos	Dados	Resultados
a) conhecer as abordagens de Humanidades Digitais para Justiça Social, a partir do campo informacional;	Levantamento bibliográfico abrangendo os conceitos, histórico, autoria e outros elementos das HD, bem como as temáticas de Justiça Social, justiça informacional, justiça de gênero, justiça racial e justiça ecológica	Produção científica do campo.	Revisão de literatura sobre Humanidades Digitais para Justiça Social, a partir do campo informacional.
b) mapear os projetos em Humanidades Digitais para Justiça Social no Brasil e Estados Unidos da América;	Serão empregados estudos científicos obtidos por meio de bases de dados e periódicos científicos, bem como informações provenientes de sites institucionais e projetos relacionados às Humanidades Digitais.	Projetos em HD relacionados à Justiça Social no Brasil e EUA.	Lista de Projetos em HD relacionados à Justiça Social no Brasil e EUA.
c) identificar elementos similares nos projetos em Humanidades Digitais voltados para a Justiça Social com enfoque em raça, gênero e classe, no Brasil e nos Estados Unidos da América	Após a seleção, análise, apresentação e descrição dos projetos, diretrizes serão elaboradas para a construção, gestão e ampliação de projetos com enfoque em HD para a Justiça Social.	Características dos projetos em Humanidades Digitais voltados para a Justiça Social com enfoque em raça, gênero e classe, no Brasil e nos Estados Unidos da América	Elementos para a Ficha de análise.
d) elaborar diretrizes para projetos em Humanidades Digitais voltados para a Justiça Social a partir do campo informacional	Através da revisão de literatura, análise dos dados identificados nos projetos e de suas características	Ficha de análise	Apresentado na subseção 5.1 Construindo Diretrizes Para Projetos Em HD Para Justiça Social

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Para elaborar a revisão de literatura desta pesquisa, foi conduzida uma busca das principais publicações científicas que abordassem as HD e a Justiça Social. Para a coleta de dados, utilizou-se da base *Scielo Citation Index (Web of Science - WoS)*, sendo esta uma base de dados que disponibiliza critérios de qualidade como índice de citações, revisão por pares, e

a indexação dos periódicos mais citados em diversas áreas de conhecimento (Garcez, 2020). Na base, foram utilizadas as estratégias de buscas elencadas no Quadro 3, tendo TS como campo “Tópico” que abrange os campos de “Título; Resumo; Palavras-chave de autor; *Keywords Plus*”. Foi selecionada a opção “*all languages*” para que retornassem produções em todos os idiomas, aplicando o filtro para Inglês e Português posteriormente, sem recorte temporal estipulado. A coleta dos dados foi realizada em maio de 2023 totalizando 45 materiais recuperados, extraídos e armazenados em uma planilha eletrônica do *MS Excel*.

Quadro 3 - Estratégias de buscas utilizadas na WoS para a pesquisa.

WOS	Total
(TS=(Justiça Social)) AND TS=(humanidades digitais)	NC
(TS=(Social justice)) AND TS=(digital humanities)	23
(TS=(Justiça informacional)) AND TS=(humanidades digitais)	NC
(TS=(Information justice)) AND TS=(digital humanities)	3
(TS=(Justiça racial)) AND TS=(humanidades digitais)	NC
(TS=(Race Justice)) AND TS=(digital humanities)	7
(TS=(Racial Justice)) AND TS=(digital humanities)	4
(TS=(Justiça de genero)) AND TS=(humanidades digitais)	NC
(TS=(gender justice)) AND TS=(digital humanities)	5
(TS=(Justiça ecologica)) AND TS=(humanidades digitais)	NC
(TS=(ecological justice)) AND TS=(digital humanities)	3
	45

Fonte: Dados da pesquisa (2023). *NC – Nada Consta

Foi selecionado para coleta de dados bibliográficos a bibliografia digital *Journal Storage* (JSTOR), por se tratar de um banco de dados pertencente a uma organização sem fins lucrativos que se dedica a promover e preservar o conhecimento por meio das tecnologias digitais, permitindo identificar as necessidades específicas, desenvolver estratégias de preservação, promover o acesso ao conhecimento histórico, voltado para as demandas da comunidade academia (JSTOR, 2024). Dessa forma, foram empregadas as estratégias de busca listadas no quadro 4, utilizando aspas (“”) para obter apenas os artigos que continham as expressões exatas mencionadas nas buscas. Além disso, foram aplicados filtros para incluir apenas materiais provenientes da área de “*Library Science*”, nos idiomas inglês e português,

sem restrição temporal. A coleta dos dados foi realizada em maio de 2023, resultou em um total de 16 materiais recuperados, extraídos e armazenados em uma planilha eletrônica.

Quadro 4 - Estratégias de buscas utilizadas na JSTOR para a pesquisa.

JSTOR	Total
"Justiça Social" AND "Humanidades digitais"	NC
"social justice" AND "digital humanities"	9
"Justiça informacional" AND "Humanidades digitais"	NC
"information justice" AND "digital humanities"	3
"Justiça racial" AND "Humanidades digitais"	NC
"race justice" AND "digital humanities"	1
"racial justice" AND "digital humanities"	1
"Justiça de genero AND "Humanidades digitais"	NC
"gender justice" AND "digital humanities"	NC
"Justiça ecologica" AND "Humanidades digitais"	NC
"Ecological Justice AND "digital humanities"	2
	16

Fonte: Dados da pesquisa (2023). *NC – Nada Consta.

Foram conduzidas buscas na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). No entanto, apesar dos esforços e da utilização de diferentes estratégias, não foi possível obter resultado. Quanto ao repositório BENANCIB, devido à fase de teste, a aplicação dos filtros apresentou falhas, causando a recuperação de materiais que estavam fora do escopo definido para esta pesquisa. Assim sendo, para esta pesquisa, após excluídas as duplicatas, consideramos os 34 resultados obtidos nas coletas realizadas no JSTOR e WoS.

5 PROJETOS EM HD PARA JUSTIÇA SOCIAL: RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das seções anteriores, compreendemos que as Humanidades Digitais são um espaço de interação entre as ciências da computação, da informação e das humanidades, e como tal não seria um de seus objetivos se sobressair às humanidades tradicionais, mas sim complementá-las, buscando colaborações entre elas.

As HD surgem com a ideia a dar “guarida às reflexões e às práticas suscitadas pelas mudanças decorrentes da introdução das tecnologias digitais nos universos da cultura e das Unidades de Informação” (Damian *et al.*, 2015, p. 79). Desta forma, os humanistas digitais oriundos de estudos de gênero ou pós-coloniais “podem se opor ao paradigma computacional e às estruturas de codificação porque veem pouco reconhecimento das estruturas de poder e opressão embutidas nos esquemas de codificação” (Svensson, 2016, p. 484).

Dado esse contexto, foi elaborada uma ficha de análise contendo 31 itens de avaliação de projetos, a qual foi construída a partir do comparativo entre os projetos em Humanidades Digitais coletados durante a pesquisa, apresentada na seção secundária 5.1. Posteriormente, são expostos 13 projetos que possuem características de HD, resultados desta pesquisa, os quais obtiveram o maior número de itens atendidos da ficha de análise. Tais projetos evidenciados são recorte de como as Humanidades Digitais, Ciência da Informação e Justiça Social andam lado a lado e podem ser potentes para reparar injustiças informacionais, raciais, ecológicas e de gênero e sexualidade, além de históricas realizadas ao longo do tempo.

Em momento posterior, desenvolvemos um site voltado para Humanidades Digitais com foco em Justiça Social, utilizando como base a ficha de análise. O site reúne projetos encontrados na pesquisa que atendem às características identificadas na ficha, além de outros aspectos detalhados no Apêndice A da pesquisa. O link para acessar o site também está disponível.

5.1 CONSTRUINDO DIRETRIZES PARA PROJETOS EM HD PARA JUSTIÇA SOCIAL

Nesta seção, apresentamos o processo de construção da Ficha de Análise de Projetos em Justiça Social e Humanidades Digitais. Essa ficha foi desenvolvida para incluir todos os itens essenciais na criação de sites de Humanidades Digitais com um enfoque específico na Justiça Social. O desenvolvimento deste instrumento foi organizado em quatro categorias principais: Perfilamento do Projeto, Conteúdo do Projeto, Relação com a Justiça Social e suas esferas, e

Acesso à Informação. Em cada categoria, listamos os critérios necessários para a composição desses sites, conforme apresentado na Quadro 5.

A começar pela categoria “**Perfilamento do projeto**” que conta com nove itens. Primeiramente, a *Data de Início* se refere ao ano de criação do projeto, um dado crucial para contextualizar o tempo de existência e a evolução da iniciativa. Em seguida, o *Título do Projeto* e *Link de Acesso* são fornecidos, permitindo a identificação e o acesso direto ao projeto analisado. A *Instituição de Vínculo* é um item importante, especialmente se o projeto não for uma iniciativa independente, visto que o item indica a associação do projeto a uma instituição de ensino, uma organização filantrópica ou outra entidade.

A *Localização do projeto* é especificada em termos de cidade e país, proporcionando uma compreensão geográfica do contexto em que o projeto opera. Além disso, identifica-se o *Principal Responsável pela Iniciativa*, que pode ser o criador, fundador, diretor ou outro indivíduo central na condução do projeto. A análise também verifica se o projeto se *identifica como Projeto de Justiça Social*. Isso envolve determinar se a Justiça Social é um objetivo explícito ou implícito da iniciativa. Da mesma forma, avalia-se se o projeto se *identifica como Projeto em Humanidades Digitais*, classificando-o dentro deste campo específico. E por fim, a *Forma de Financiamento* do projeto é examinada nos revelando se o financiamento provém de universidades, instituições, grupos comunitários, doações públicas e privadas ou outras fontes, oferecendo uma visão clara sobre a sustentabilidade financeira da iniciativa.

No que se refere ao “**Conteúdo do projeto**”, os itens de dez a dezessete foram desenvolvidos para abranger aspectos fundamentais como o *Histórico* e o *Objetivo do projeto*, proporcionando uma melhor compreensão de sua trajetória e metas. A *Missão* da iniciativa e a *Visão* apresentada são também elementos essenciais, delineando o propósito e as perspectivas futuras do projeto. Além disso, o conteúdo inclui a descrição de *Programas/ações desenvolvidos*, oferecendo uma visão das atividades e do impacto do projeto.

Outro aspecto crucial é o *Idioma* em que o site é disponibilizado, crucial para entender o alcance e a acessibilidade do projeto em diferentes públicos. A *Forma de Recuperação da Informação* é igualmente importante, especificando se o site oferece uma busca Simples, permitindo consultas por título, autor ou palavra-chave, ou uma busca avançada, que possibilita a combinação de termos e a usabilidade de operadores booleanos para uma recuperação mais precisa e eficiente das informações.

No que compete a seção de “**Relação da Justiça Social e suas esferas**”, abrange os itens dezoito a vinte e um, abordando aspectos cruciais do projeto relacionados à Justiça Social. Inicialmente, busca a descrição do *Tema Abordado* em que apresenta o tema central do projeto,

permitindo uma compreensão direta de seu foco principal. Em seguida, o *Escopo da Justiça Social* é detalhado, destacando como o projeto se enquadra nas esferas da Justiça Social, incluindo Justiça de Gênero, Justiça Racial, Justiça Informacional e Justiça Ecológica. Além disso, a *Esfera Complementar* é um item que visa reconhecer a possibilidade de o projeto abranger múltiplas esferas de Justiça Social, oferecendo uma visão mais holística de seu impacto.

Por fim, o *Envolvimento da Comunidade* é abordado destacando se a comunidade participa do projeto de forma direta ou indireta, o que é fundamental para avaliar o nível de engajamento e a efetividade das iniciativas em promover a Justiça Social em suas diversas dimensões.

Por fim, é apresentado na última seção, intitulada “**Acesso à informação**” que abrange os itens de 22 a 31, visando descrever detalhadamente como os documentos são disponibilizados pelo projeto. Inicialmente, a *Forma de Acesso*, indicando se os documentos estão disponíveis na íntegra ou de forma parcial. A *Modalidade de Acesso* é outro aspecto importante, descrevendo se o projeto oferece acesso aberto, acesso restrito (requerendo login e senha fornecidos pela coordenação) ou acesso pago, quando exige o pagamento de uma taxa ou anuidade.

A *quantidade de itens disponíveis* deve ser descrita para oferecer uma noção da amplitude do acervo do projeto. O *Tipo de Fonte de Informação* é identificado, categorizando os materiais hospedados, que podem incluir cartas, correspondências, livros, artigos, fotografias, vídeos, textos, resenhas, entre outros.

Além disso, a seção avalia se o projeto *informa a existência de um Manual de Uso ou Instruções do Projeto*, facilitando a navegação e utilização dos recursos disponíveis no site. Ou se *Informa Termos de Uso*, determinando se há regras e termos claros para os usuários. Adicionalmente, é observado se o site *Apresenta requisitos mínimos para acesso ao conteúdo* para acesso, indicando a necessidade de programas específicos, navegadores, linguagens de programação ou outros requisitos técnicos.

Apresenta Política de Acessibilidade é um item importante, verificando se o projeto disponibiliza diretrizes e práticas para garantir a acessibilidade dos conteúdos. A seção também avalia se *apresenta tradução em Língua de Sinais*, ampliando a acessibilidade para usuários com deficiência auditiva, e se há constam indicações orientadoras sobre *informação de como referenciar* os materiais disponíveis, promovendo o uso adequado e ético dos recursos oferecidos.

Quadro 5 - Ficha de análise de projetos em Justiça Social e Humanidades Digitais.

FICHA DE ANÁLISE DE PROJETOS EM JUSTIÇA SOCIAL E HUMANIDADES DIGITAIS			
Categorias	Itens		Requisitos
Perfilamento do projeto	1	Data de início	Defina a data em que o projeto foi oficialmente iniciado.
	2	Título do projeto	Escolha um título conciso e descritivo que reflita o objetivo e a área de atuação do projeto. O título deve ser formal e fácil de identificar.
	3	Link de acesso	Forneça um link direto ao conteúdo do projeto que explora o tema.
	4	Instituição de vínculo	Nome da(s) instituição(ões) ou organização(ões) à qual o projeto está associado.
	5	Localização (Cidade, país)	Especifique a cidade e o país onde o projeto está sediado ou sendo gerido.
	6	Principal responsável	Identifique o nome da pessoa ou equipe responsável pela coordenação e gestão do projeto.
	7	Identifica-se como projeto em Justiça Social	Indique se o projeto foca em promover Justiça Social e descreva brevemente essa abordagem.
	8	Identifica-se como projeto em HD	Indique se o projeto foca em Humanidades Digitais e descreva brevemente essa abordagem.
	9	Forma de financiamento	Aponte como o projeto é financiado, se é por uma instituição, autofinanciado, etc.
Conteúdo do projeto	10	Histórico	um resumo sobre o desenvolvimento do projeto, destacando o foco no tema.
	11	Objetivo	o objetivo específico do projeto em relação ao projeto
	12	Missão	Expresse a missão em termos amplos relacionados ao projeto
	13	Visão	Descreva o futuro desejado em relação ao projeto
	14	Eventos	Liste eventos relacionados ao projeto
	15	Programas/ações desenvolvidos	Descreva programas específicos que o projeto aborda.
	16	Idioma	Disponibilize os idiomas adequados ao seu projeto.
	17	Forma de recuperação da informação	Defina como os dados sobre o tema são acessados.
Relação da Justiça Social e suas esferas	18	Tema abordado	Detalhe o tema central.
	19	Escopo da Justiça Social	Defina o tipo de justiça social abordado.
	20	Esfera complementar, caso houver	Identifique se há outras esferas abordadas
	21	Envolvimento da comunidade	Assinale a participação da comunidade ou o impacto social do projeto.
Acesso à informação	22	Forma de acesso	Descreva o tipo de acesso ao conteúdo em relação ao tema.
	23	Modalidade de acesso	Especifique se o acesso é aberto, restrito ou pago.
	24	Quantidade de itens disponíveis	Informe a quantidade de itens disponíveis no acervo do projeto.
	25	Tipo de fonte de informação	Liste os tipos de fontes usadas para o tema.

FICHA DE ANÁLISE DE PROJETOS EM JUSTIÇA SOCIAL E HUMANIDADES DIGITAIS			
Categorias	Itens	Requisitos	
	26	Informa Manual de uso ou instruções do projeto	Indique se há manuais sobre como explorar o projeto.
	27	Informa termos de uso	Declare os termos de uso para o projeto.
	28	Apresenta requisitos mínimos para acesso ao conteúdo	Liste requisitos técnicos para acessar o conteúdo.
	29	Apresenta Política de Acessibilidade	Informe sobre políticas de acessibilidade para o projeto.
	30	Apresenta tradução em Língua de Sinais	Indique se há tradução em Língua de Sinais.
	31	Informação de como referenciar	Forneça diretrizes para citar o conteúdo.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Esses itens fornecem uma visão abrangente e detalhada dos aspectos essenciais para a análise dos projetos em Justiça Social e humanidades digitais, refletindo o compromisso com a transparência e a efetividade na comunicação com o público. Além disso, são fundamentais para entender o alcance e o impacto do projeto em termos de Justiça Social, demonstrando o empenho em abordar questões críticas e engajar a comunidade de maneira significativa. Por fim, são indispensáveis para avaliar a acessibilidade, usabilidade e abrangência das informações disponibilizadas, evidenciando o esforço do projeto em tornar o conhecimento acessível e utilizável por uma ampla audiência. Ademais, a ficha de análise foi disponibilizada também no idioma Inglês, conforme o Apêndice C, pensando a internacionalização do instrumento.

A seguir, são apresentados os 13 projetos-referência resultantes da análise realizada, os quais atenderam o maior número de critérios estabelecidos na ficha. Cada um desses projetos exemplifica a aplicação bem-sucedida das diretrizes de Justiça Social e Humanidades Digitais, destacando como esses princípios podem ser integrados de maneira eficaz e abrangente.

5.2 MYSTIC RIVER WATERSHED ASSOCIATION (MYRWA)

A respeito do perfilamento do projeto “*Mystic River Watershed Association (MyRWA)*”, (Figura 2) foi iniciado em 1972 com apoio da *Tufts University*, Arlington, Massachusetts, sob a liderança de Nasser Brahim, Presidente do Conselho, revela uma abordagem multifacetada para promover a Justiça Social e a sustentabilidade ambiental (Mystic, 2024).

Figura 2 - *Mystic River Watershed Association (MyRWA)*.



Fonte: *Mystic River Watershed Association (2024)*.

O MyRWA concentra seus esforços na proteção e melhoria do ambiente natural e dos recursos hídricos na bacia do rio *Mystic*, enquanto se posiciona como um projeto em busca de equidade. Embora sua identidade seja enraizada na promoção da Justiça Social, a ação incorpora ferramentas e métodos digitais em suas operações, incluindo mapeamento geoespacial, análise de dados ambientais e comunicação online, para ampliar o alcance da comunidade e disseminar informações sobre questões ambientais (Mystic, 2024).

Obtém seu financiamento de forma diversificada, através de doações de indivíduos locais, subsídios governamentais, apoio de fundações e instituições, bem como receitas de eventos e outras fontes. Atua de forma colaborativa na proteção e preservação do Rio *Mystic* e seu ecossistema circundante, enquanto trabalha para promover a justiça ambiental e social em sua comunidade (Mystic, 2024).

No que concerne ao conteúdo do projeto, segunda parte da ficha de análise, observamos que o projeto reflete uma profunda colaboração entre a comunidade e acadêmicos dedicados ao futuro do Rio *Mystic* e sua bacia hidrográfica, por ser considerada uma área importante que hospeda diversas comunidades indígenas.

Esse projeto tem como objetivo proteger e restaurar a bacia hidrográfica do Rio *Mystic*, assegurando sua saúde e vitalidade para as atuais e futuras gerações, através da promoção, conservação, restauração e uso sustentável de seus recursos naturais. Busca ser uma bacia hidrográfica que forneça água limpa e segura, passível de recreação local de conexão comunitária, contribuindo para a qualidade de vida e bem-estar tanto das pessoas quanto da vida selvagem em toda a região (Mystic, 2024).

O projeto realiza eventos que são divulgados em seu calendário, além de programas e ações que interrelacionam a Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática nas escolas locais, com foco na saúde do ecossistema. Além disso, conecta caminhos e parques ao longo da bacia hidrográfica do Rio Mystic até o porto de Boston, promovendo transporte ativo, recreação e atividades em prol de mais de 600.000 residentes locais. A iniciativa está disponível em inglês e oferece opções de tradução para 52 idiomas, facilitando o acesso a informações de todas as partes do globo que podem ser recuperadas de forma simples, por meio de busca por termos específicos (Mystic, 2024).

No que concerne ao perfil das relações da Justiça Social e suas esferas no projeto, o tema central é a proteção e melhoria do Rio *Mystic* e de sua bacia hidrográfica. Dentro da esfera da Justiça Social, se destaca a Justiça Ecológica, pois visa melhorar o acesso a espaços verdes e recreativos ao longo da bacia hidrográfica do Rio *Mystic*, reconhecendo a importância desse ambiente para diversas comunidades (Mystic, 2024).

Já como esfera complementar, observamos a Justiça Informacional, que busca fornecer às comunidades locais acesso às informações relevantes sobre o projeto, incluindo seus objetivos, impactos potenciais e oportunidades de colaboração. Isso visa facilitar o acesso à informação e à participação na tomada de decisões, promovendo a transparência e a inclusão. O envolvimento da comunidade é fundamental, e o projeto conta ativamente com a atuação das comunidades locais ao longo do rio, demonstrando um compromisso com a inclusão e a colaboração nas ações voltadas para a proteção e preservação desse recurso ambiental (Mystic, 2024).

Ao que concerne ao acesso à informação, os documentos estão disponíveis de forma íntegra ou por meio de links de acesso, em conformidade com a modalidade de acesso aberto (Mystic, 2024). São disponibilizados diversos tipos de fontes de informação, sendo mapas, brochuras informativas, relatórios, artigos, guias e outros. Essa abordagem permite que os interessados tenham acesso a uma variedade de materiais que abordam diferentes aspectos do projeto, desde sua missão e objetivos até detalhes sobre programas específicos, impactos ambientais e oportunidades de participação da comunidade. Essa diversidade de fontes de informação contribui para promover a transparência e facilitar o engajamento dos indivíduos interessados no trabalho do MyRWA na proteção e melhoria do Rio *Mystic* e de sua bacia hidrográfica (Mystic, 2024).

É possível observar que, o projeto MyRWA se destaca por sua abordagem multifacetada em promover Justiça Social e ambiental. Ao concentrar-se na proteção do Rio *Mystic* e sua bacia hidrográfica, utilizando ferramentas digitais, diversificando seu financiamento e

envolvendo ativamente a comunidade local promove ações concretas de conservação, acesso à informação e participação comunitária, tornando-se um modelo de colaboração eficaz para a conservação ambiental, bem como de Justiça Social (Mystic, 2024).

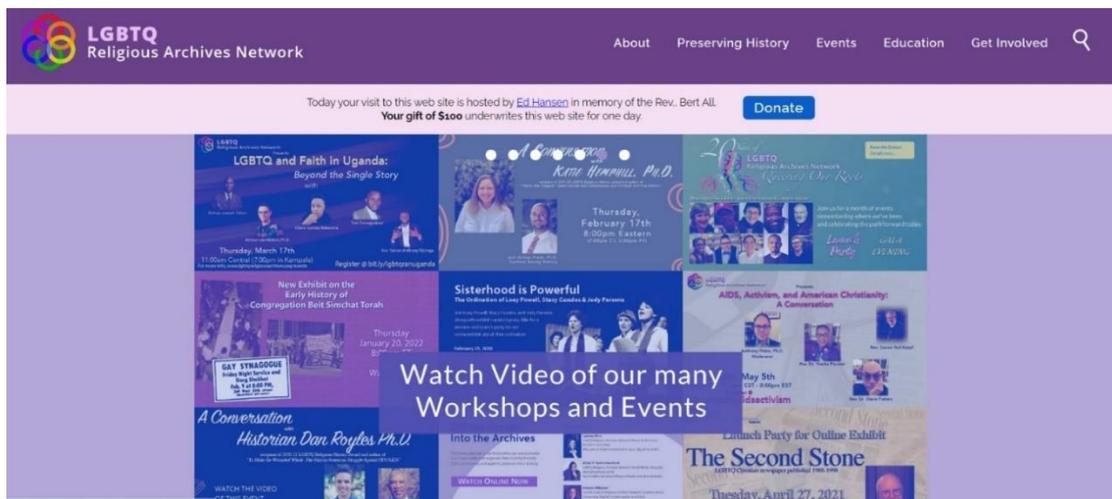
Entretanto, não foram identificados nesse projeto os seguintes itens: a quantidade de itens disponíveis, fundamental para o usuário compreender a extensão e diversidade do conteúdo disponível na plataforma. Também é observado a inexistência de um manual de uso ou instruções referentes ao projeto, o que facilitaria aos usuários do projeto de terem um aproveitarem máximo dos recursos disponíveis. A disponibilização dos termos de uso, que traria uma compreensão mais evidente as expectativas e limitações ao utilizar o projeto. Bem como a indicação dos requisitos mínimos para acessar o conteúdo, a presença de uma política de acessibilidade e a disponibilização de tradução para Língua de Sinais, o que contribuiria com a inclusão e permitindo que os públicos mais diversos possam compreender e interagir com o conteúdo de forma eficiente e eficaz (Mystic, 2024).

Observamos que o projeto “*Mystic River Watershed Association (MyRWA)*” destaca-se como uma iniciativa exemplar com características de Humanidades Digitais e na promoção da Justiça Social. Ao concentrar seus esforços na proteção e melhoria do ambiente natural e dos recursos hídricos na bacia do Rio *Mystic*, o MyRWA adota uma abordagem multifacetada, incorporando ferramentas digitais para ampliar o alcance da comunidade e disseminar informações sobre questões ambientais. Além disso, o engajamento ativo da comunidade local demonstra um compromisso firme com a Justiça Social e a inclusão. Ao promover ações concretas de conservação, acesso à informação e participação comunitária, o MyRWA serve como um modelo de colaboração eficaz para a conservação ambiental e a Justiça Social, destacando-se como uma referência significativa nas iniciativas de sustentabilidade e equidade ambiental. No entanto, algumas melhorias podem ser feitas, como a inclusão de informações sobre a quantidade e diversidade de itens disponíveis, um manual de uso e termos de uso claros, além de requisitos mínimos de acessibilidade para garantir uma experiência inclusiva e eficiente para todos os usuários.

5.3 THE LGBTQ RELIGIOUS ARCHIVES NETWORK (LGBTQ-RAN)

Discorrendo sobre o perfilamento do projeto “*The LGBTQ Religious Archives Network (LGBTQ-RAN)*” (Figura 3) teve início em 2001 na cidade de Chicago, Illinois, a partir da ação de Mark Bowman, que atua como Diretor-executivo do programa. A iniciativa busca a igualdade, inclusão e reconhecimento das experiências LGBTQ+ em contextos religiosos, se estabelecendo como um projeto em Justiça Social.

Figura 3 - *The LGBTQ Religious Archives Network (LGBTQ-RAN)*.



Fonte: *The LGBTQ Religious Archives Network (2024)*.

O LGBTQ-RAN utiliza ferramentas digitais em suas práticas para atingir o objetivo de preservar e disponibilizar a história desse grupo social. Financeiramente, o projeto arrecada fundos de forma diversificada, através de doações, parcerias e colaborações de organizações, fundações e instituições que apoiam sua missão e iniciativas (LGBTQ, 2024).

No que concerne ao conteúdo do projeto, o LGBTQ-RAN, foi iniciado no Seminário Teológico de Chicago e, posteriormente, sediado no Centro de Estudos LGBTQ e de Gênero em Religião em Berkeley, Califórnia. Visa ser um arquivo virtual, voltado para a preservação da história LGBTQ religiosa apoiada na missão de atuar e coordenar a identificação, coleta e preservação de documentos pessoais e registros organizacionais relacionados aos movimentos a fim de garantir a preservação e acessibilidade das vozes e experiências de uma diversidade de líderes e grupos religiosos LGBTQ.

No que diz respeito ao conteúdo disponível, o projeto disponibiliza uma variedade de recursos, incluindo uma Galeria de Perfis com mais de 600 esboços biográficos de pessoas que foram líderes ou iniciadores proeminentes em movimentos religiosos LGBTQ em todo o mundo. Além disso, apresenta uma seção de Histórias Orais, fornecendo entrevistas detalhadas

com mais de 70 líderes em formato de áudio e transcrição. Outro recurso é o Catálogo de Coleções, que disponibiliza mais de 400 coleções de fontes primárias relacionadas a organizações ou ativistas. O projeto opera no idioma inglês, e a forma de recuperação da informação adotada é por meio de busca simples por termo, título, autor ou palavra-chave (LGBTQ, 2024).

Com base nas interações da Justiça Social e suas dimensões, constatamos que a iniciativa evidencia um compromisso com a equidade social, especialmente no âmbito da justiça de gênero ao enfatizar a preservação da história LGBTQ religiosa. Isso contribui para a compreensão das interseções entre sexualidade, gênero e religião, além de abordar questões fundamentais relacionadas à equidade de gênero.

Adicionalmente, o projeto se alinha à esfera complementar da justiça informacional, que busca assegurar o acesso justo à informação sobre a história LGBTQ religiosa e reconhecer os direitos dos indivíduos de participar na preservação e disseminação dessas informações. O envolvimento da comunidade é um aspecto fundamental desse projeto, evidenciado pela sua contribuição ativa no compartilhamento de conteúdo do arquivo, e do fortalecimento bilateral entre o projeto e as comunidades LGBTQ religiosas, demonstrando um compromisso mútuo com a preservação e celebração das experiências e contribuições dessas comunidades (LGBTQ, 2024).

No que concerne ao acesso à informação, o projeto disponibiliza documentos na íntegra ou por meio de links, visando assegurar que qualquer pessoa interessada possa acessar livremente os materiais preservados pelo projeto, sem restrições financeiras ou de inscrição, promovendo a democratização do conhecimento sobre a história LGBTQ religiosa. O LGBTQ-RAN oferta uma vasta gama de tipos de fontes de informação, incluindo cartas, correspondências, livros, artigos, fotografias, vídeos, jornais, artes e materiais culturais. Essa diversidade de fontes permite uma compreensão vasta e multifacetada das experiências e contribuições dessa comunidade ao longo da história, oferecendo recursos valiosos para pesquisadores, historiadores e membros do grupo (LGBTQ, 2024).

Ademais, o projeto apresenta uma Política de Acessibilidade robusta, garantindo que os recursos estejam disponíveis para pessoas com diferentes necessidades. Entre os recursos de acessibilidade oferecidos estão ferramentas de aumento de texto, opções de contraste, legendas para conteúdo de áudio e vídeo, e alternativas textuais para imagens. Essas medidas demonstram um compromisso com a inclusão, assegurando que todos, independentemente de suas capacidades, possam acessar e beneficiar-se dos materiais disponíveis no LGBTQ-RAN.

Entretanto, não foram identificados vínculos institucionais específicos neste projeto, uma vez que ele opera como uma entidade independente, sem afiliação direta a uma instituição maior. Não há informações sobre a quantidade de itens disponíveis no acervo. Outro ponto ausente é a informação sobre os termos de uso e os requisitos mínimos para acesso ao conteúdo. Ademais, o projeto não apresenta tradução em Língua de Sinais, o que limita o acesso a pessoas surdas ou com deficiência auditiva. Além disso, observa-se a falta de orientação sobre como referenciar os materiais disponibilizados pelo LGBTQ-RAN. Esses itens são importantes porque garantem transparência, acessibilidade e usabilidade. A ausência de informações detalhadas pode dificultar a navegação, limitar o acesso para pessoas com deficiência auditiva e impedir o uso apropriado dos recursos, afetando a eficácia e a abrangência do projeto (LGBTQ, 2024).

O “*LGBTQ Religious Archives Network (LGBTQ-RAN)*” contribui significativamente para as Humanidades Digitais e a Justiça Social ao preservar e disponibilizar a história LGBTQ+ religiosa. Como arquivo virtual, documenta o passado e promove o estudo contínuo desses movimentos. Aborda questões de justiça de gênero e informacional, assegurando acesso equitativo à informação e reconhecendo os direitos das pessoas na preservação e disseminação de sua história. O envolvimento ativo da comunidade reforça seu impacto e relevância.

No entanto, para proporcionar melhor usabilidade e acessibilidade, é necessário suprir lacunas como a ausência de informações sobre a quantidade de itens, termos de uso, requisitos de acesso, tradução em Língua de Sinais e instruções de citação, consolidando-se assim como um recurso valioso para historiadores, pesquisadores e interessados na compreensão dos movimentos religiosos LGBTQ em todo o mundo.

5.4 *SLAVE VOYAGES*

Em relação ao perfil do projeto “*Slave Voyages*” (Figura 4), teve início em 2008, e se vincula à Universidade Rice, localizada no Texas, Estados Unidos da América. Sob a liderança de David Eltis, o projeto se propõe a explorar e disseminar informações sobre o tráfico transatlântico de escravos (Slave..., 2024).

Figura 4 - *Slave Voyages*.

Fonte: *Slave Voyages* (2024).

A ação se apresenta como um projeto de Justiça Social ao fornecer ferramentas educacionais e recursos públicos acessíveis para uma compreensão aprofundada do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas. Além disso, ao promover a educação e a conscientização histórica, auxilia a sociedade a reconhecer e refletir sobre as profundas injustiças e legados do comércio de escravizados, essencial para a promoção da Justiça Social (Slave..., 2024).

O projeto se enquadra nas Humanidades Digitais ao fazer uso de tecnologias digitais para preservar, analisar e disseminar informações históricas de forma interativa e acessível. Através de bases de dados, visualizações interativas e outras ferramentas digitais, “*Slave Voyages*” auxilia na pesquisa e no ensino sobre o tráfico de mão de obra escravizada, tornando a história mais compreensível e acessível a todos.

Quanto a seu financiamento, o projeto recebe aporte financeiro de diversas instituições, dentre elas: a Universidade Rice, Universidade Emory, Universidade da Califórnia, Universidade de Harvard, Museu Nacional de História e Cultura Afro-Americana e o *Omohundro Institute of Early American History & Culture*. Além das contribuições dessas instituições, o projeto também conta com doações públicas e privadas, demonstrando um amplo suporte institucional e comunitário visando assegurar a continuidade e expansão de suas atividades (Slave..., 2024).

No que concerne ao seu conteúdo, esse conta com um histórico significativo, iniciado a partir da ideia de mapear e documentar a extensão do comércio transatlântico de escravizados em 1960. Com o crescimento das tecnologias digitais, adotou-se o processo de digitalização a fim de tornar os materiais ofertados de forma mais acessível. O objetivo central do projeto é

mapear e documentar o comércio transatlântico de escravizados, desde o século XVI até o século XIX, através da coleta e análise de dados sobre expedições de navios negreiros (Slave..., 2024).

Tem como missão proporcionar uma compreensão abrangente do comércio transatlântico de escravizados, organizando e analisando os dados das expedições de navios negreiros, a partir da visão de promover um entendimento global e holístico desse comércio, contribuindo para a conscientização histórica sobre as origens e consequências desse sistema opressivo.

Entre os eventos promovidos pelo projeto estão conferências, seminários, exposições e workshops, que são fundamentais para disseminar conhecimento, discutir novas pesquisas e fomentar o interesse público e acadêmico sobre o tema. O projeto também desenvolve programas e ações, incluindo a criação de planos de aula para professores sobre o comércio transatlântico de escravizados e o treinamento de pesquisadores para utilizar seus bancos de dados e aplicar as metodologias de pesquisas históricas (Slave..., 2024).

Para atender a um público mais amplo, seu conteúdo está disponível em português, inglês e espanhol, e a recuperação da informação é realizada por uma busca simples, permitindo que os usuários encontrem dados específicos por título, autor ou palavra-chave.

No que diz respeito as relações da Justiça Social e suas esferas, este é centrado na justiça racial, focando no reconhecimento histórico do tráfico de escravizados e na valorização das comunidades afrodescendentes. Ao promover a educação e a conscientização sobre o racismo, o projeto contribui para uma sociedade mais informada às questões raciais. Além de seu compromisso com a justiça racial, atua também na esfera da justiça informacional, uma vez que promove o acesso livre e gratuito a dados detalhados sobre o tráfico transatlântico de escravizados, atuando na preservação e ampliação da memória coletiva e o conhecimento histórico (Slave..., 2024).

O projeto mobiliza uma comunidade global de acadêmicos, pesquisadores, historiadores e voluntários que compartilham um interesse comum na documentação e compreensão do comércio de escravizados. Esse engajamento comunitário não só fortalece a qualidade e a abrangência das informações fornecidas, como também promove uma rede de colaboração e apoio mútuo entre aqueles que se dedicam a estudar e divulgar essa parte da história (Slave..., 2024).

No acesso à informação, esse é permitido a qualquer pessoa, para consulta de dados sem restrições de login ou pagamento, além disso, são disponibilizados documentos parciais sobre o comércio transatlântico de cativos, e embora ofereça informações detalhadas sobre datas,

translado de escravizados, dados sobre navios, registros, documentos históricos, dados estatísticos, mapas, artigos, artefatos e vídeos, os documentos históricos e originais completos não estão disponíveis de forma íntegra no site para a consulta (Slave..., 2024).

A iniciativa oferece um manual de uso e instruções do projeto e fornece orientações sobre como consultar e visualizar resultados, acessar mapas estatísticos dos bancos de dados, fazer downloads e outras operações necessárias para a utilização eficiente dos recursos disponibilizados no site (Slave..., 2024).

O projeto também apresenta informações sobre seus termos de uso, abordando as condições legais relacionadas ao acesso e uso das informações. Os usuários podem encontrar instruções detalhadas sobre como referenciar ensaios, textos e dados disponíveis no site, garantindo a correta citação dos recursos utilizados em pesquisas e trabalhos acadêmicos (Slave..., 2024).

Não foi possível observar nesse projeto a quantidade de itens disponíveis em seu acervo digital. O site não apresenta requisitos mínimos para acesso ao conteúdo, e não conta com uma Política de Acessibilidade ativa. Além disso, não apresenta tradução em Língua de Sinais o que poderia tornar a plataforma mais inclusiva, eficaz e equitativa (Slave..., 2024).

O projeto “*Slave Voyages*” se destaca ao oferecer recursos educacionais acessíveis promovendo a conscientização sobre o tráfico transatlântico de escravizados, contribuindo para a Justiça Social. Se relaciona com as HD por meio de tecnologias digitais, atuando na preservação e análise dos dados históricos, buscando facilitar a pesquisa e o ensino, em prol de tornar a história mais acessível. Sua missão de compreender e descrever o comércio transatlântico de pessoas escravizadas é complementada por uma ênfase na justiça racial, valorizando as comunidades afrodescendentes. No entanto, apesar de seu compromisso com a inclusão, o projeto possui lacunas importantes em relação à disponibilidade de itens, requisitos de acesso, políticas de acessibilidade e ações inclusivas, sugerindo oportunidades para melhorias que poderiam ampliar seu impacto educacional e social, promovendo uma participação mais equitativa e acessível.

5.5 *NAMATI*

Em relação ao perfilamento, o projeto “*NAMATI*” (Figura 5), iniciado em 2012 e sediado em Washington, Distrito de Colúmbia, é uma iniciativa independente liderada por Vivek Maru, CEO da organização. Sob o título que significa “moldar algo em uma curva” em sânscrito, o

NAMATI é um projeto que se identifica fortemente como uma iniciativa em Justiça Social. Seu foco reside no desenvolvimento de um campo global robusto e baseado em evidências em torno de paralegais comunitários, capacitação legal e serviços de justiça primária. É o primeiro e único grupo internacional dedicado a esta abordagem, destacando seu compromisso com a promoção da Justiça Social e acesso à justiça para comunidades em todo o mundo (Namati, 2024).

Figura 5 - *NAMATI*.



Fonte: *NAMATI* (2024).

O projeto faz uso de tecnologias digitais para ampliar seu alcance e impacto, que incluem o uso de tecnologias para capacitação, mapeamento digital e comunicação, demonstrando uma abordagem inovadora para resolver desafios relacionados à Justiça Social por meio do uso inteligente da tecnologia. Além disso, os recursos financeiros do *Namati* são angariados de forma diversificada, compreendendo doações de fundações, organizações filantrópicas, agências governamentais, doações individuais e parcerias com outras organizações não governamentais e instituições multilaterais (Namati, 2024).

Tem suas raízes no *Timap for justice*, um programa comunitário na Serra Leoa, que foi estabelecido em 2003 após uma guerra civil brutal. Reconhecido internacionalmente como um modelo inovador, esse programa promoveu a justiça para comunidades através de paralegais, resolvendo desde casos de violência doméstica até problemas comunitários. A missão da *Namati* é promover a justiça informacional e ecológica construindo um movimento de agentes que conhecem, usam e moldam a lei, com o objetivo de colocar o poder da lei nas mãos das pessoas (Namati, 2024).

A visão da *Namati* é um mundo onde as comunidades tenham o conhecimento, os recursos e o poder para reivindicar e garantir justiça para si mesmas, contribuindo assim para a construção de sociedades mais justas e equitativas. Para alcançar esses objetivos, a iniciativa desenvolve programas e ações que incluem empoderamento legal, trabalho comunitário, justiça fundiária e ambiental, e justiça de cidadania, que visam enfrentar a corrupção, desequilíbrios de poder, proteger terras comunitárias, fazer cumprir a legislação ambiental e garantir direitos básicos à saúde e cidadania (Namati, 2024).

O projeto opera em inglês e oferece uma variedade de formas de recuperação da informação, incluindo busca simples por título, autor ou palavra-chave, bem como busca avançada por combinação de termos, tipo de documento, categorias e região, garantindo assim uma experiência eficaz e abrangente para os usuários em busca de recursos e informações (Namati, 2024).

O envolvimento da comunidade é uma pedra angular do projeto, que adota uma abordagem centrada na população, e trabalhar em estreita colaboração com as comunidades afetadas, capacitando-as a serem agentes de mudança em seus próprios contextos. Essa abordagem não apenas fortalece as comunidades, mas também aumenta a legitimidade e eficácia das intervenções do projeto, garantindo que sejam adaptadas às necessidades e realidades locais específicas (Namati, 2024).

No que concerne ao acesso à informação, o *Namati* oferece acesso aos materiais na íntegra e/ou fornece links para acessá-los, garantindo assim uma experiência completa aos usuários interessados em explorar o conteúdo disponível. Além disso, o acesso é aberto, sem restrições de pagamento ou subscrição. Quanto aos tipos de fonte de informação disponíveis, o projeto oferece uma ampla variedade de recursos, incluindo livros, artigos, fotografias, vídeos, textos, resumos de políticas, ensaios, entrevistas, notícias e histórias (Namati, 2024).

Em relação à acessibilidade, o projeto demonstra seu compromisso que inclui garantir que suas instalações sejam acessíveis para pessoas com deficiência, através da implementação de rampas de acesso, portas largas para cadeiras de rodas, banheiros adaptados e estacionamento acessível. Além de assegurar que o conteúdo digital produzido seja acessível para pessoas com deficiência visual ou auditiva, adotando medidas para garantir a acessibilidade digital, como legendas em vídeos, descrições de imagens para usuários com deficiência visual, e outras formas de adaptação para garantir que todos os usuários possam aproveitar o conteúdo disponível (Namati, 2024).

Não foi possível identificar os seguintes itens no projeto: Agenda de eventos, a falta de informações sobre a quantidade de itens disponíveis, manual de uso ou instruções do projeto,

bem como, termos de uso, e requisitos mínimos para acesso. Além disso, observamos a ausência de tradução em Língua de Sinais e de informações sobre como referenciar o conteúdo disponibilizado. Essas lacunas destacam a necessidade de abordar esses aspectos para garantir uma experiência de acesso à informação mais inclusiva, transparente e eficaz para todos os usuários (Namati, 2024).

Dessa forma, o projeto Namati surge como uma iniciativa que abrange características das Humanidades Digitais, ao mesmo tempo em que se alinha com os princípios da Justiça Social, integrando tecnologias digitais para ampliar seu impacto na promoção da equidade legal. Sua abordagem inovadora, centrada na capacitação de paralegais comunitários e no fornecimento de serviços de justiça primária, não só fortalece o acesso à justiça, mas também promove a inclusão social em comunidades marginalizadas globalmente. Ao adotar tecnologias para capacitação, mapeamento digital e comunicação, o projeto demonstra como a interseção entre tecnologia e Justiça Social pode catalisar mudanças transformadoras. No entanto, as lacunas identificadas destacam áreas para aprimoramento. Abordar essas ausências é essencial para garantir uma experiência inclusiva e transparente para todos os usuários, fortalecendo ainda mais o impacto do projeto na promoção da Justiça Social e no avanço das Humanidades Digitais.

5.6 *COLORED CONVENTIONS PROJECT*

Iniciado em 2012 na Universidade Estadual da Pensilvânia, localizada na Pensilvânia, Estados Unidos da América, o projeto “*Colored Conventions Project*” (Figura 6), é uma iniciativa no campo das humanidades digitais. Sob a liderança de Gabrielle Foreman e Jim Casey, o projeto se destaca como uma contribuição significativa para o ativismo da Justiça Social, além de se inserir no âmbito das Humanidades Digitais (Colored..., 2024).

Figura 6 - *Colored Conventions Project*.



Fonte: *Colored Conventions Project* (2024).

O projeto recebe fomento de diversas instituições, dentre elas a Universidade Estadual da Pensilvânia, o *National Endowment for the Humanities* (NEH), a *Mellon Foundation*, bem como através de doações públicas e privadas. Através de suas atividades e pesquisas, o projeto demonstra um compromisso claro com a inclusão e a representação de vozes historicamente marginalizadas, reconhecendo a importância de destacar e preservar o histórico das convenções negras e suas contribuições para a luta por direitos civis e igualdade, atuando como uma abordagem colaborativa e multifacetada para a pesquisa e ação em Justiça Social (Colored..., 2024).

Trata-se de uma iniciativa que nasceu do ambiente acadêmico, com o objetivo de trazer à luz a história das convenções de pessoas negras do século XIX através de meios digitais. Ao integrar tecnologia digital com humanidades, o projeto não apenas resgata e documenta um importante aspecto da história afro-americana, mas também oferece novas perspectivas e ferramentas para a compreensão e o engajamento com questões de Justiça Social em um contexto contemporâneo (Colored..., 2024).

Sua missão central é digitalizar e compartilhar a história dessas convenções, tendo como visão a promoção das realizações e lutas das comunidades negras durante o século XIX, destacando a importância da história afro-americana nesse período. Para alcançar seus objetivos e missão, o projeto realiza uma série de eventos, como workshops, simpósios e chamadas para novos projetos (Colored..., 2024).

O idioma do projeto é o inglês, refletindo sua base nos Estados Unidos, enquanto a forma de recuperação da informação é realizada por meio de busca avançada, utilizando

combinações de termos. Além disso, o *Colored Conventions Project* desenvolve programas e ações em colaboração com professores e instituições de ensino em toda a América do Norte, visando integrar o estudo das convenções negras nos currículos educacionais. Essa abordagem demonstra um esforço consciente para expandir o alcance e o impacto do projeto, alcançando públicos mais amplos e influenciando a educação em história e estudos afro-americanos (Colored..., 2024).

No que concerne a relações da Justiça Social e suas esferas, o *Colored* se destaca por seu compromisso com a Justiça Social, especialmente no âmbito da justiça racial. Ao abordar a história da organização negra do século XIX, o projeto visa recuperar e compartilhar uma parte da história frequentemente negligenciada: as convenções de pessoas negras desse período. Esta iniciativa não apenas preenche uma lacuna histórica, mas também contribui para a promoção da justiça racial ao destacar as lutas, conquistas e contribuições das comunidades negras no contexto histórico dos Estados Unidos (Colored..., 2024).

Além disso, o *Colored Conventions Project* também se relaciona com a esfera complementar da justiça informacional. Ao digitalizar e disponibilizar documentos históricos relacionados à organização negra do século XIX, o projeto permite que um público mais amplo tenha acesso a esses recursos. Isso não só amplia o conhecimento sobre esse aspecto da história afro-americana, mas também promove uma maior compreensão das lutas por justiça e igualdade enfrentadas pelas comunidades negras ao longo do tempo (Colored..., 2024).

O envolvimento da comunidade é uma parte fundamental do projeto, que se dá através de eventos como workshops e encontros, a comunidade é convidada a participar ativamente das ações, contribuindo com suas perspectivas e experiências. Além disso, o projeto oferece oportunidades para doações, permitindo que os interessados apoiem financeiramente os esforços contínuos de pesquisa e divulgação (Colored..., 2024).

O projeto se destaca pelo compromisso com o acesso à informação de forma aberta e inclusiva, disponibilizando documentos, garantindo uma representação completa e autêntica dos materiais históricos. Essa modalidade de acesso permite que qualquer pessoa interessada, independentemente de sua localização ou afiliação institucional, possa explorar livremente os recursos disponibilizados, promovendo a democratização do conhecimento (Colored..., 2024).

No que diz respeito aos tipos de fontes de informação, o projeto oferece uma ampla variedade, incluindo atas, procedimentos, artigos de jornais, discursos, cartas, transcrições e imagens. Além disso, o *Colored* disponibiliza um manual de uso ou instruções do projeto, apresentando orientações sobre como navegar e utilizar efetivamente o site. Essa iniciativa

reflete o compromisso do projeto em facilitar o acesso e a utilização de seus recursos, possibilitando aos usuários possam explorar os materiais facilmente (Colored..., 2024).

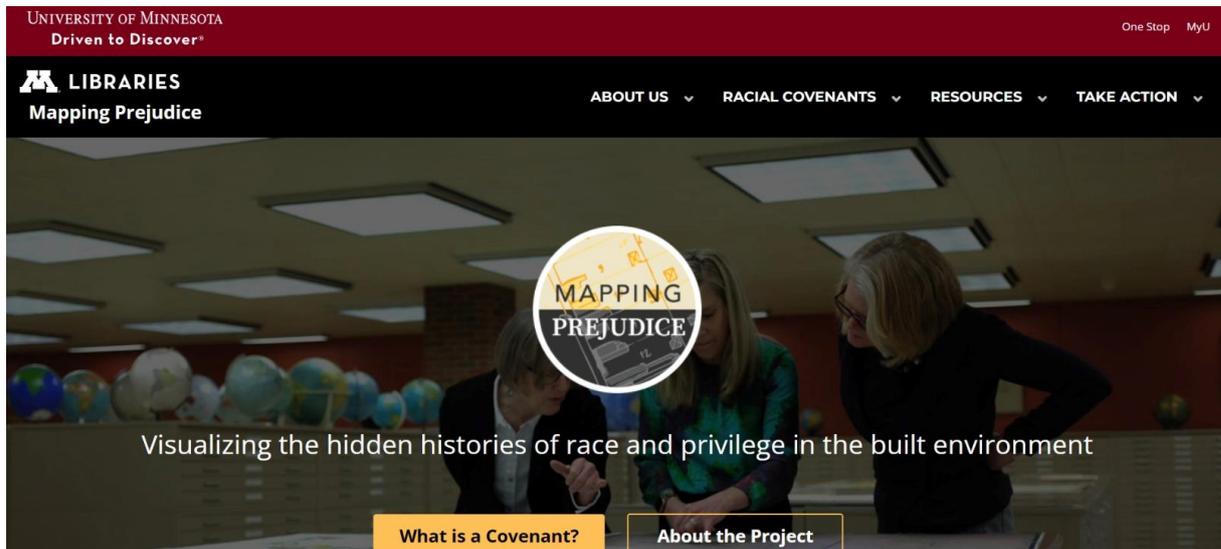
Além disso, este projeto apresenta as seguintes lacunas: ausência de indicação da quantidade de itens disponíveis na plataforma, falta de informações sobre os termos de uso relacionados ao acesso e uso dos materiais, inexistência de orientações sobre os requisitos mínimos necessários para acessar e utilizar o conteúdo, ausência de uma política formal de acessibilidade e de indicações sobre traduções em Língua de Sinais, bem como a falta de diretrizes sobre como referenciar ou citar os documentos disponíveis (Colored..., 2024).

Constatamos que o “*Colored Conventions Project*” combina Humanidades Digitais com ativismo pela Justiça Social, digitalizando a história das convenções de pessoas negras do século XIX e promovendo a inclusão de vozes excluídas da sociedade. Ao integrar tecnologia digital e humanidades, resgata a história afro-americana e oferece novas perspectivas para a Justiça Social. O projeto fortalece seu impacto ao promover acesso aberto e envolver a comunidade, avançando ideais de justiça racial e informacional. Contudo, melhorias na transparência, acessibilidade e orientação para os usuários poderiam aumentar sua eficácia e inclusão.

5.7 MAPPING PREJUDICE

O projeto “*Mapping Prejudice*” (Figura 7), iniciado em 2016 situado na Universidade de Minnesota em Minneapolis, EUA, é conduzido por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores e voluntários. Este projeto de Justiça Social aborda discriminação racial, segregação e desigualdade em Minnesota. É classificado como um projeto com características de humanidades digitais, empregando ferramentas como mapas digitais em suas metodologias.

Recebe apoio financeiro de diversas fontes, incluindo o Centro de Assuntos Urbanos e Regionais do Consórcio da Universidades da Área Metropolitana de Washington, da Biblioteca de Mapas Borchert, da Fundação Andrew W. Mellon, da Associação Americana de Título de Terra, da Associação de corretores de imóveis da área de Minneapolis, além de outras instituições e doadores públicos e privados (Mapping..., 2024).

Figura 7 - *Mapping Prejudice*.

Fonte: *Mapping Prejudice* (2024).

O projeto foi iniciado como um experimento, utilizando ferramentas de Humanidades Digitais para mapear restrições raciais presentes em escrituras de propriedade. Seu objetivo é expor o racismo estrutural, contando com uma equipe diversificada de historiadores, geógrafos, bibliotecários, humanistas digitais e ativistas comunitários. Identifica e mapeia pactos raciais nessas escrituras, impedindo pessoas não brancas de comprar ou ocupar casas. Sua visão é aumentar a conscientização sobre o racismo estrutural, documentando e visualizando essas restrições raciais (Mapping..., 2024).

Disponível no idioma inglês, ele oferece uma forma simples de recuperação da informação através de busca por título, autor ou palavra-chave. Para promover o engajamento da comunidade, o projeto realiza eventos virtuais e desenvolve programas para mobilizar voluntários na coleta e transcrição de dados históricos de escrituras de propriedade. Além disso, oferece workshops, materiais didáticos e programas de treinamento para educadores, visando aumentar a conscientização sobre a história da segregação racial (Mapping..., 2024).

O *Mapping Prejudice* investiga o racismo estrutural e a segregação residencial em Minneapolis, Minnesota, concentrando-se principalmente na esfera da justiça racial. Sua missão é transformar a compreensão pública e incentivar ações contra o racismo estrutural e suas ramificações. Além disso, o projeto está associado à esfera complementar da justiça informacional, tornando acessíveis informações sobre práticas discriminatórias passadas, como as cláusulas raciais em títulos de propriedade. Isso contribui para uma compreensão mais

profunda das raízes das desigualdades em Minnesota e permite a análise crítica das estruturas sociais e institucionais que perpetuam a discriminação racial hoje em dia (Mapping..., 2024).

O envolvimento da comunidade é fundamental para o sucesso do projeto. Através de *crowdsourcing*, workshops e parcerias locais, o *Mapping Prejudice* mobiliza voluntários e membros da comunidade para coletar, transcrever e mapear as cláusulas raciais restritivas. Essa abordagem colaborativa não apenas amplia a base de dados do projeto, mas também fortalece os laços entre o projeto e as comunidades afetadas pela segregação racial (Mapping..., 2024).

A iniciativa oferece acesso aberto ao seu documento completo, permitindo que qualquer interessado explore e analise as informações disponíveis sem barreiras de pagamento ou restrições de acesso. Atualmente, o projeto disponibiliza um total de 42 mil convênios mapeados, representando uma riqueza significativa de dados históricos sobre práticas discriminatórias passadas, especialmente relacionadas a documentos legais e imobiliários (Mapping..., 2024).

As fontes de informação utilizadas incluem documentos legais e imobiliários históricos, cruciais para entender as cláusulas raciais restritivas presentes nas escrituras de propriedade. Para facilitar o uso e a compreensão desses documentos, o projeto oferece um manual de uso e instruções detalhadas para voluntários, garantindo assim que possam contribuir efetivamente para o projeto, aumentando a precisão e a qualidade dos dados coletados e mapeados.

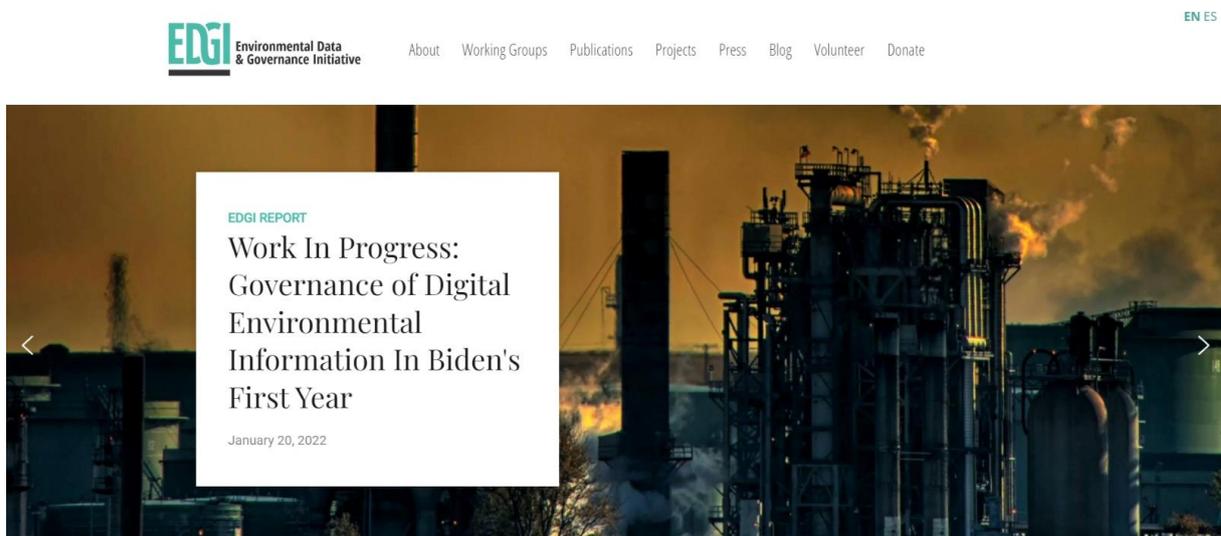
Apesar de oferecer acesso aberto ao documento completo e fornecer um manual de uso para voluntários, o projeto apresenta lacunas em relação a certos aspectos de acesso à informação. Não foram identificados termos de uso, requisitos mínimos para acesso ao conteúdo, uma Política de Acessibilidade, tradução em Língua de Sinais e informações sobre como referenciar o conteúdo do projeto (Mapping..., 2024).

O projeto *Mapping Prejudice* emerge como uma iniciativa inovadora que integra aspectos das Humanidades Digitais e da Justiça Social. Ao utilizar ferramentas digitais para mapear e expor cláusulas raciais em escrituras de propriedade, o projeto documenta o passado discriminatório e amplia a consciência sobre o racismo estrutural e suas ramificações atuais. Sua abordagem interdisciplinar, envolvimento comunitário e acesso aberto aos dados refletem um compromisso com a Justiça Social e a democratização do conhecimento. No entanto, ainda existem lacunas a serem abordadas, como a falta de termos de uso claros, requisitos mínimos de acesso, políticas de acessibilidade e orientações sobre referências, que poderiam melhorar a inclusão e a acessibilidade do projeto, permitindo um engajamento mais amplo e eficaz com seu conteúdo e objetivos.

5.8 ENVIRONMENTAL DATA & GOVERNANCE INITIATIVE (EDGI)

O *Environmental Data & Governance Initiative* (EDGI) (Figura 8) surgiu em 2016 pela *Northeastern University*, sediada em San Francisco, Califórnia, Estados Unidos. Sob a liderança de Gretchen Gehrke, cofundadora e líder do programa, o EDGI trabalha na interseção entre justiça ecológica e justiça de dados, visando promover equidade no acesso e uso de dados ambientais (Environmental, 2024).

Figura 8 - *Environmental Data & Governance Initiative* (EDGI).



Fonte: *Environmental Data & Governance Initiative* (2024).

O projeto se identifica como uma iniciativa em Justiça Social, que busca abordar desigualdades ambientais e sociais. Utilizando abordagens das humanidades digitais, o EDGI capacita comunidades marginalizadas ao trabalhar com dados e informações ambientais. A ênfase está na construção de ferramentas digitais e infraestruturas de dados para ajudar essas comunidades a monitorarem e responderem a questões ambientais que impactam suas vidas. Essa abordagem combina aspectos de Justiça Social com metodologias e tecnologias digitais (Environmental, 2024).

O projeto recebe aporte financeiro de diversas fontes, incluindo fundações, agências governamentais, além de doações individuais e parcerias com empresas privadas, entre outros. No que concerne ao conteúdo do projeto, o EDGI é uma rede de pesquisa colaborativa que se concentra na interseção entre justiça ambiental e justiça de dados, visando promover a equidade no acesso e uso de informações ambientais (Environmental, 2024).

Além disso, visa promover políticas baseadas em evidências e ciência de interesse público em prol do Direito Ambiental de Saber. Seus programas incluem um site popular sobre a *Environmental Protection Agency* (EPA), vigilância da fiscalização ambiental e um repositório de documentos governamentais sobre o meio ambiente. O projeto está disponível em inglês e espanhol, e oferece formas de recuperação da informação, como busca simples por título, autor ou palavra-chave, além de busca avançada por combinação de termos e recorte temporal.

Adicionalmente, o EDGI busca proteger e promover o Direito Ambiental de Saber, defendendo que todas as pessoas devem ter acesso a informações ambientais críticas para proteger suas vidas e ecossistemas. Essa missão reflete-se em seus valores de acessibilidade, anti-fascismo, anti-racismo, saúde ambiental e humana, interseccionalidade, justiça, produção participativa de conhecimento, responsividade e proatividade (Environmental, 2024).

No âmbito das relações de Justiça Social, o projeto documenta e analisa questões de governança ambiental, dialogando de forma direta com a justiça ecológica. Nesse contexto, o projeto visa promover a transparência e o acesso a dados ambientais, reconhecendo a importância desses elementos para que as comunidades possam tomar decisões informadas sobre questões ambientais que impactam suas vidas. Além disso, o projeto também se relaciona com a esfera complementar da justiça informacional. Nessa esfera, o foco está na promoção da equidade no acesso à informação e no fortalecimento da participação pública nos processos de governança ambiental. O EDGI trabalha para garantir que todas as comunidades, especialmente aquelas desproporcionalmente afetadas por problemas ambientais, tenham acesso igualitário às informações necessárias para proteger seus direitos e interesses ambientais (Environmental, 2024).

O envolvimento da comunidade é um aspecto essencial do projeto, que colabora diretamente com comunidades locais para monitorar e gerenciar dados ambientais. Reconhecendo que essas comunidades são frequentemente as mais impactadas por questões ambientais, o projeto assegura que elas tenham uma participação ativa nos processos de tomada de decisão relacionados ao meio ambiente. Dessa forma, é possível observar o compromisso do EDGI com a Justiça Social em suas múltiplas esferas, desde a garantia de transparência e acesso a dados ambientais até o fortalecimento da participação comunitária nos processos de governança ambiental.

Somado a isso, o projeto adota uma abordagem transparente e acessível no que diz respeito ao acesso à informação. Os documentos são disponibilizados na íntegra, seguindo a modalidade de acesso aberto. Quanto as fontes de informação disponibilizadas pelo projeto,

essas incluem: publicações acadêmicas, relatórios técnicos, ferramentas e catálogos de dados ambientais, entre outras. Além disso, é importante destacar que o projeto apresenta uma Política de Acessibilidade, demonstrando seu compromisso em tornar suas plataformas e recursos digitais acessíveis para todos os usuários. Essa política dispõe de diretrizes para garantir a compatibilidade com tecnologias assistivas, como leitores de tela, e também oferece formatos alternativos para pessoas com deficiências visuais ou auditivas.

No entanto, não foram observados nesse projeto os seguintes itens, primeiramente, não há informações sobre a quantidade de documentos disponíveis no acervo do projeto. Além disso, não há um manual de uso ou instruções detalhadas sobre como navegar e utilizar efetivamente os recursos do EDGI. A ausência de termos de uso é outra lacuna observada, da mesma forma, que não há informações sobre os requisitos mínimos para acessar o conteúdo do projeto, como navegador da web, velocidade de conexão à internet ou configurações de software. Adicionalmente, a tradução em Língua de Sinais também não está disponível, além da falta de orientações sobre como referenciar os recursos ofertados no EDGI em trabalhos acadêmicos, relatórios ou outras formas de comunicação (Environmental, 2024).

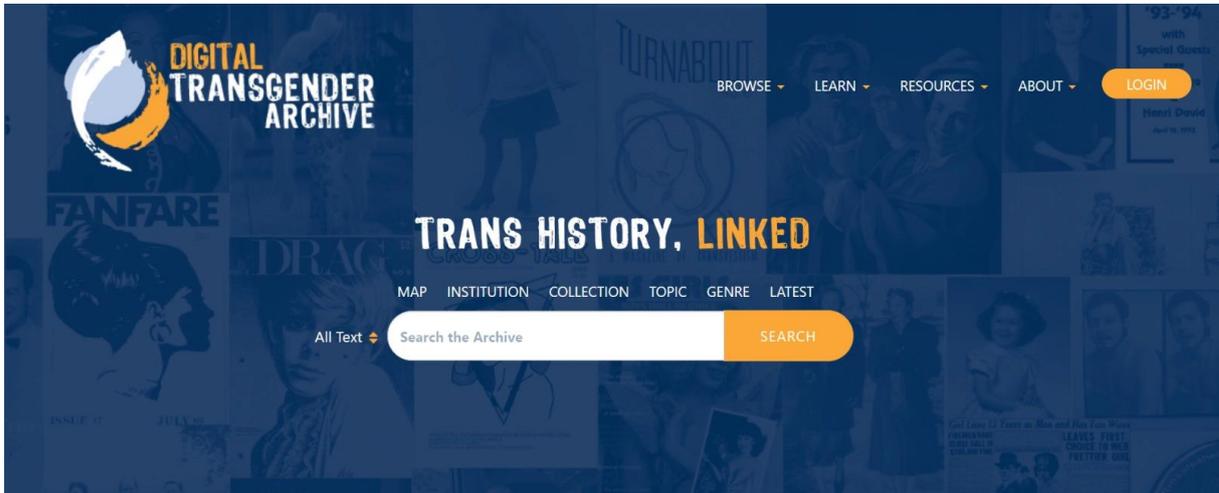
O *Environmental Data & Governance Initiative* (EDGI) se destaca como uma importante iniciativa que interrelaciona características das Humanidades Digitais na promoção da Justiça Social, capacitando comunidades marginalizadas a monitorar e responder a questões ambientais por meio de abordagens digitais e colaborativas. O projeto promove a equidade no acesso e uso de dados ambientais, enfatizando a transparência, participação comunitária e acesso aberto, refletindo um compromisso com a Justiça Social em diversas esferas, incluindo a justiça ecológica e informacional. Ao disponibilizar recursos de maneira acessível e inclusiva, o EDGI fortalece o conhecimento ambiental e democratiza o acesso à informação, contribuindo para uma sociedade mais equitativa e consciente das questões ambientais. Contudo, a falta de informações sobre o tamanho do acervo, orientações detalhadas de uso e termos de uso definidos indicam áreas para melhorias futuras, visando uma oferta de informação mais completa e acessível.

5.9 DIGITAL TRANSGENDER ARCHIVE

Em relação ao perfilamento do projeto, o “*Digital Transgender Archive*” (Figura 9), teve início em 2016, sob a liderança de K. J. Rawson e Michelle Moravec, da Northeastern University, localizada em Boston, nos Estados Unidos da América. Este projeto conta com

financiamento do *College of the Holy Cross*, da *Northeastern University* e do *American Council of Learned Societies*. Se destaca como um empreendimento de Justiça Social ao preservar a história *transgender*, fornecendo acesso à informação e apoiando a comunidade transgênero.

Figura 9 - *Digital Transgender Archive*.



Fonte: *Digital Transgender Archive* (2024).

Além disso, o projeto se alinha com as humanidades digitais, já que utiliza tecnologia digital para preservar, organizar e disponibilizar materiais relacionados à história transgênero. Essa abordagem não apenas facilita o acesso a recursos importantes, mas também ajuda a garantir que a história transgênero seja devidamente reconhecida e estudada dentro do campo das humanidades (Digital..., 2024).

Tem como objetivo aumentar a acessibilidade à história dos transgêneros, que é realizado por meio da disponibilização de materiais históricos digitalizados e informações sobre acervos arquivísticos em todo o mundo. A missão do projeto é preservar a história transgênero e torná-la acessível para estudiosos, ativistas e o público em geral. Em sua visão busca se tornar uma referência global na preservação e acesso à história transgênero. O idioma disponível no site do projeto é o inglês, e a forma de recuperação da informação é bastante inclusiva, permitindo buscas simples por título, autor ou palavra-chave (Digital..., 2024).

No que se refere às relações de Justiça Social e suas esferas, o projeto aborda a história e a experiência da comunidade transgênero, desempenhando um papel essencial na promoção da Justiça Social, especialmente na esfera da justiça de gênero. Adicionalmente, o projeto se conecta com a esfera complementar da justiça informacional ao proporcionar acesso a materiais

históricos e culturais relacionados à comunidade transgênero. Esse acesso auxilia no enfrentamento da exclusão histórica das identidades de gênero (Digital..., 2024).

No que diz respeito ao acesso à informação, o projeto oferece acesso integral aos documentos, embora em alguns casos o acesso completo possa ser restrito devido a direitos autorais, preocupações com privacidade e outras questões similares. No entanto, a modalidade de acesso é aberta, o que significa que a maioria dos materiais está disponível gratuitamente para qualquer interessado. As fontes de informação disponíveis no projeto são variadas e incluem documentos históricos, fotografias, vídeos, áudios, artigos acadêmicos, obras de arte, periódicos, registros pessoais, cartas e panfletos.

Para facilitar o uso, o projeto fornece um manual de instruções para iniciantes, oferecendo dicas e termos de pesquisa para uma navegação eficaz no site. Além disso, o projeto demonstra um compromisso com a acessibilidade, apresentando uma política abrangente que inclui várias medidas para garantir que seu conteúdo seja acessível a todos. Isso abrange o uso de PDFs com reconhecimento óptico de caracteres para materiais textuais, transcrições para materiais auditivos e descrições básicas para materiais visuais (Digital..., 2024).

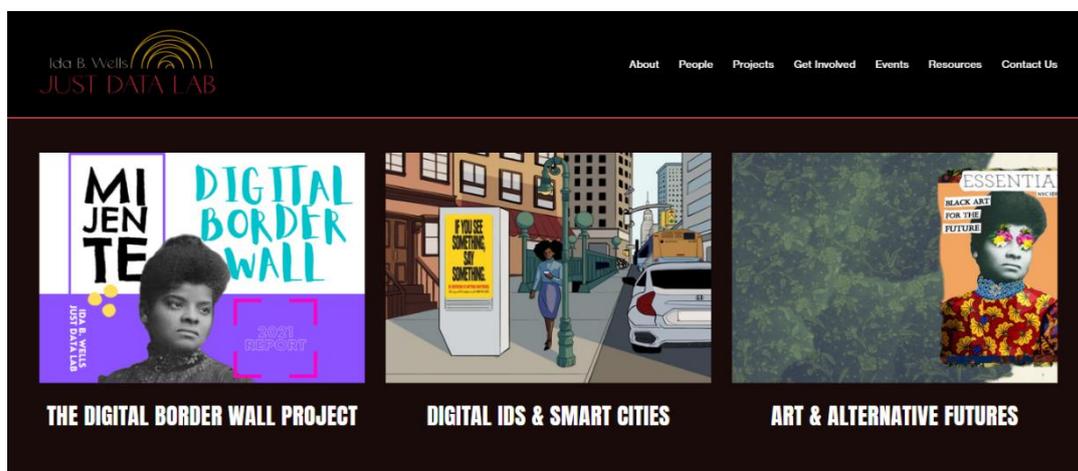
Entretanto, o projeto apresenta algumas lacunas, como a ausência de informações sobre a quantidade de itens disponíveis, o que dificulta a avaliação do escopo da coleção. Além disso, observa-se a falta de termos de uso claros e informações sobre os requisitos mínimos de acesso, bem como a tradução em Língua de Sinais. Somado a isso, consta também a ausência de orientações sobre como referenciar os materiais compromete a utilidade do projeto para pesquisadores e estudiosos (Digital..., 2024).

O projeto “*Digital Transgender Archive*” atua contribuindo para as Humanidades Digitais e a Justiça Social. Ao preservar a história transgênero e fornecer acesso a materiais históricos digitalizados, ele combate a marginalização da comunidade transgênero e promove uma compreensão mais inclusiva das questões de gênero. Utilizando tecnologia digital, o projeto organiza e disponibiliza uma ampla gama de materiais, como documentos históricos e fotografias. No entanto, algumas ausências foram identificadas, como a falta de documentação de eventos e envolvimento da comunidade transgênero, representando oportunidades para expansão e aprimoramento. Além disso, melhorias na acessibilidade e nos termos de uso são necessárias para garantir a verdadeira utilidade e acessibilidade do projeto.

5.10 IDA B. WELLS JUST DATA LAB

No que compete ao projeto, o “*IDA B. WELLS Just Data Lab*” (Figura 10), foi iniciado em 2018 na Universidade de Princeton, sob a liderança da fundadora Ruha Benjamin. Como parte do Centro de Humanidades Digitais de Princeton, o projeto utiliza métodos e ferramentas digitais para abordar questões humanísticas, particularmente relacionadas à Justiça Social (IDA..., 2024).

Figura 10 - *IDA B. WELLS Just Data Lab*.



Fonte: *IDA B. WELLS Just Data Lab* (2023).

O projeto é financiado por uma variedade de fontes, incluindo o Escritório de Tecnologia da Informação de Princeton, o Centro de Humanidades Digitais, o Centro Lewis de Artes e o Departamento de Estudos Afro-Americanos, o projeto demonstra um compromisso institucional em apoiar iniciativas que combinam tecnologia e Justiça Social.

O IDA tem como objetivo repensar e reequipar a relação entre histórias e estatísticas, poder e tecnologia, dados e justiça. Sua missão é reunir estudantes, educadores, ativistas e artistas para desenvolver uma abordagem crítica e criativa sobre a concepção, produção e circulação de dados. Sua visão busca um mundo onde a análise de dados seja uma ferramenta poderosa na luta contra a injustiça e na promoção da igualdade, além disso, opera no idioma inglês e disponibiliza informações através de pastas de projetos em seu site, incluindo listas de eventos passados e futuros (IDA..., 2021).

O projeto realiza uma série de programas e ações para atingir seus objetivos. Isso inclui a criação de um Guia Popular para IA, destinado a iniciantes para entender a IA e outras tecnologias baseadas em dados. A Liga da Justiça Algorítmica se destina a destacar o viés algorítmico através da mídia, arte e ciência. Além disso, o projeto engaja-se em colaborações

com organizações como Projetos de Mídia Aliada, *Center for Media Justice* e *ColorCoded*, visando promover um mundo mais justo e igualitário.

No que se refere a Relação da Justiça Social e suas esferas, o IDA se concentra em questões relacionadas à análise de dados, ciência de dados e suas aplicações em diversas áreas, com ênfase na promoção da Justiça Social. Seu escopo de Justiça Social abrange principalmente a Justiça Informacional, que se preocupa com a utilização responsável de dados para promover a transparência e a prestação de contas em questões sociais. Além disso, o laboratório também está envolvido na esfera da Justiça Racial, investigando e expondo desigualdades raciais em várias áreas da sociedade, como educação, saúde, habitação e justiça criminal (IDA..., 2021).

O engajamento comunitário é uma parte essencial do projeto, contando com o apoio ativo de estudantes, educadores, ativistas e artistas. Em relação ao acesso à informação, o projeto adota uma abordagem aberta e acessível para disseminar informações que é feito por meio de uma lista de projetos disponibilizados na íntegra, garantindo que o conteúdo seja facilmente acessível a todos interessados (IDA..., 2021).

Os tipos de fontes de informação disponíveis incluem artigos, mapas, exposições de arte, entrevistas e textos. O projeto adota uma política de acessibilidade que incluem diretrizes e recursos digitais compatíveis com tecnologias assistivas, como leitores de tela. Isso garante que pessoas com diferentes necessidades de acesso possam desfrutar e se beneficiar plenamente do conteúdo disponibilizado pelo projeto (IDA..., 2021).

A ausência de certos elementos pode afetar a experiência e utilidade do projeto para seus usuários. Por exemplo, a quantidade de itens disponíveis não está descrita. A falta de um manual de uso ou instruções pode tornar a navegação do site mais difícil, especialmente para novos usuários. Também é observado a ausência de termos de uso e requisitos mínimos de acesso listados, além da falta de tradução em Língua de Sinais, e da ausência de informações sobre como referenciar o conteúdo pode dificultar seu uso acadêmico ou profissional.

Dessa forma, o projeto *IDA B. WELLS Just Data Lab* atua significativamente para as Humanidades Digitais e a promoção da Justiça Social. Sua abordagem interdisciplinar combina tecnologia e estudos humanísticos para analisar criticamente os dados e suas implicações nas questões sociais contemporâneas. Ao promover programas como o Guia Popular para IA e a Liga da Justiça Algorítmica, o projeto visa conscientizar sobre os vieses algorítmicos e promover um entendimento mais amplo das implicações éticas e sociais das tecnologias baseadas em dados.

Além disso, o envolvimento da comunidade, permite uma abordagem holística na investigação e exposição das desigualdades raciais e sociais, e a disponibilização do conteúdo

de forma aberta e acessível, juntamente com políticas de acessibilidade, reforça o compromisso do projeto com a inclusão e a igualdade de acesso à informação. No entanto, a falta de certos elementos, como instruções de uso e informações sobre referência do conteúdo, pode afetar sua acessibilidade e utilidade. O IDA desempenha um papel fundamental ao unir a análise de dados e a tecnologia com os princípios das humanidades digitais, contribuindo assim para um entendimento mais profundo das questões sociais e promovendo uma sociedade mais justa e equitativa.

No que concerne aos projetos brasileiros identificados, esses são descritos a seguir:

5.11 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS E TRAVESTIS – ABGLT

A Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) (Figura 11), foi fundada em 1995, São Paulo, Brasil, é uma entidade de destaque no campo da Justiça Social, especialmente na promoção dos direitos LGBTQIA+. Sob a liderança de Heliana Hemeterio, a ABGLT se tornou a primeira organização LGBT nas Américas a obter status consultivo junto ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas (ABGLT, 2024).

Figura 11 - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT).



Fonte: Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (2024).

A ABGLT utiliza diversas ferramentas digitais, como uma plataforma online para arquivamento de recursos históricos e jurídicos, análise de dados para mapear a violência e

discriminação contra a comunidade LGBTQIA+, e campanhas de educação e conscientização através de mídias digitais. Seu financiamento é concentrado em uma combinação diversificada de fontes, incluindo doações de indivíduos, apoio de ONGs nacionais e internacionais, subsídios governamentais, parcerias com empresas privadas e financiamentos específicos obtidos por meio de editais e fundações.

A ABGLT foi realizada a partir da iniciativa de 31 entidades durante o VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas em Curitiba, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) representa um marco significativo para o movimento LGBT no Brasil. Esta organização foi estabelecida com o objetivo de criar uma rede nacional de representação, permitindo que reivindicações fossem levadas ao Governo Federal e à sociedade, além de organizar entidades de base em todo o país. A ABGLT desenvolveu o projeto SOMOS, que se destinada a enfrentar a epidemia de HIV/AIDS, expandindo sua atuação para 270 grupos em 220 municípios. O principal objetivo da ABGLT é ser um instrumento de expressão da luta pelos direitos humanos plenos para todas as pessoas, especialmente no que diz respeito à orientação sexual e identidade de gênero. A organização defende os direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, combatendo todas as formas de preconceito e discriminação, independentemente de sua natureza social, política, jurídica, religiosa, cultural ou econômica (ABGLT, 2024).

A missão da ABGLT é promover ações que garantam a cidadania e os direitos humanos de pessoas LGBT, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática sem discriminação, coerção ou violência, assegurando o respeito à orientação sexual e identidade de gênero de todos. A visão da ABGLT é construir uma sociedade democrática e inclusiva onde todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual e identidade de gênero, possam exercer plenamente seus direitos humanos, vivendo sem discriminação, coerção ou violência. Entre os programas e ações desenvolvidos pela ABGLT estão o “Programa Brasil de Todas as Cores”, que promove a inclusão social e a cidadania plena da população LGBTQIA+ no Brasil, enfrentando a discriminação e a violência contra essa comunidade e garantindo seus direitos fundamentais; o “Manual de Operações Valéria Rodrigues”, focado na proteção e atendimento a travestis e transexuais; o “Do Luto à Luta”, voltado para o enfrentamento à violência contra defensores de direitos humanos LGBTI+ no Brasil; e o “Guia de orientação sobre alistamento militar de pessoas travestis, mulheres transexuais e homens trans”, que oferece uma orientação abrangente e sensível às questões de gênero. Os materiais e recursos da ABGLT estão disponíveis em português e inglês, facilitando o acesso e a disseminação de suas iniciativas (ABGLT, 2024).

Ao nos voltarmos para a Relação da Justiça Social e suas esferas, o projeto aborda temas relacionados à população LGBTQIA+, concentrando-se na justiça de gênero como seu principal escopo de Justiça Social. A organização também integra a justiça informacional como uma esfera complementar, utilizando informações e dados para apoiar suas iniciativas e ampliar o conhecimento sobre os direitos e desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIA+ (ABGLT, 2024).

Na seção que trata do Acesso à informação, observamos que o ABGLT proporciona acesso à informação de forma abrangente e inclusiva. Os documentos são apresentados na íntegra e estão disponíveis na biblioteca ou através de *links* de acesso, com acesso aberto para todos os interessados. As fontes de informação incluem cartilhas, artigos, manuais, relatórios, dossiês, guias, protocolos, entre outros, abrangendo uma vasta gama de conteúdos relevantes para a comunidade LGBTQIA+. A ABGLT adota uma política de acessibilidade, desenvolvendo sites e plataformas digitais compatíveis com leitores de tela e outras tecnologias assistivas, garantindo que as informações sejam acessíveis a pessoas com deficiência visual. Além disso, a organização oferece tradução em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e legendas em vídeos, facilitando o acesso à informação para pessoas surdas e/ou com deficiência auditiva.

Várias lacunas foram observadas neste projeto, sugerindo oportunidades para aprimorar a transparência e a usabilidade dos recursos oferecidos pela Associação. Não há informações disponíveis sobre eventos organizados ou promovidos pela ABGLT. Além disso, a forma de recuperação da informação não foi especificada e a quantidade de itens disponíveis não foi informada. Também é notável a ausência de um manual de uso ou instruções, bem como a falta de termos de uso e requisitos mínimos para acesso ao conteúdo. Adicionalmente, não há orientação sobre como referenciar corretamente os materiais e documentos fornecidos pela ABGLT (ABGLT, 2024).

A Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) desempenha um papel significativo, incorporando características das Humanidades Digitais e promovendo a Justiça Social. No âmbito das humanidades digitais, a ABGLT utiliza plataformas online para arquivar recursos históricos e jurídicos, realizar análises de dados para mapear violência e discriminação contra a comunidade LGBTQIA+ e conduzir campanhas de conscientização por meio de mídias digitais. Ao adotar tecnologias assistivas, como compatibilidade com leitores de tela e tradução em Língua Brasileira de Sinais (Libras), a ABGLT demonstra um compromisso com a acessibilidade, ampliando o alcance da informação para uma audiência mais inclusiva. No contexto da Justiça Social, a ABGLT defende os direitos LGBTQIA+, combatendo todas as formas de preconceito e discriminação. A organização desenvolve programas e iniciativas que

promovem proteção, atendimento, inclusão social e cidadania plena de travestis e transexuais. Além disso, a ABGLT se envolve em atividades de combate à violência contra defensores dos direitos humanos LGBTI+ e oferece orientações abrangentes sobre questões de gênero. Seu status como a primeira organização LGBT nas Américas a obter status consultivo no ECOSOC da ONU ressalta sua influência e impacto no cenário internacional. Dessa forma, a ABGLT exemplifica a integração eficaz de Justiça Social com práticas inovadoras de humanidades digitais, gerando um impacto positivo e duradouro na sociedade.

5.12 MUSEU DA PESSOA

O “Museu da Pessoa” (Figura 12), iniciado em 1991, tem como objetivo central a promoção da inclusão social e o compartilhamento de histórias de vida diversas. Sua fundação ocorreu em São Paulo, Brasil, sendo uma iniciativa independente. Os principais responsáveis pelo projeto são Karen Worcman e Célio Turino, cujo trabalho é fundamental para a manutenção e desenvolvimento das atividades do museu.

Figura 12 - Museu da Pessoa.



Fonte: Museu da Pessoa (2024).

O Museu que se identifica como um projeto em Direitos Humanos, tem como missão preservar e disseminar histórias de vida através da tecnologia, proporcionando um acervo diversificado e acessível. No que diz respeito ao financiamento, o projeto se sustenta através de

uma variedade de fontes, incluindo patrocínios de empresas privadas, parcerias com instituições governamentais e doações individuais (Museu..., 2024).

Desde seu surgimento como um projeto de pesquisa, o Museu da Pessoa tem se transformado em uma plataforma digital, reconhecida por sua contribuição significativa para a preservação e disseminação de narrativas de vida. Seu histórico é caracterizado por um desenvolvimento contínuo, evidenciado não apenas em sua plataforma digital, mas também pelos 16 prêmios recebidos em diversas áreas, como memória empresarial, inclusão digital e educação. Seu objetivo é documentar, preservar e compartilhar narrativas de vida e experiências humanas, visando valorizar a diversidade. Esta missão é espelhada em sua visão de tornar a história de cada indivíduo um patrimônio da humanidade, um objetivo ambicioso que busca democratizar o acesso à história e à cultura (Museu..., 2024).

Adicionalmente, o projeto oferece uma gama de eventos e programas, como exposições e cursos, ampliando ainda mais sua oferta cultural e educacional. No que se refere à língua, o projeto está disponível em português, e a recuperação da informação ocorre por meio de uma busca simples por termos e palavras-chave, proporcionando uma navegação intuitiva e acessível, facilitando a descoberta e o acesso às diversas narrativas disponíveis (Museu..., 2024).

Na relação da Justiça Social e suas esferas, observamos que o Museu da Pessoa, com seu foco na diversidade, preservação e compartilhamento de histórias de vida, desempenha um papel crucial na promoção da Justiça Social, especialmente no âmbito da justiça informacional. Ao coletar e preservar uma ampla gama de narrativas de vida, o museu proporciona acesso à informação que de outra forma poderia permanecer marginalizada ou ignorada.

A comunidade desempenha um papel central no Museu da Pessoa, tanto como colaboradores ativos quanto como beneficiários do projeto. Os membros da comunidade compartilham suas histórias, que são transformadas em coleções valiosas pelo museu. Além disso, a comunidade contribui com doações, apoiando financeiramente a continuidade e o crescimento das atividades do museu (Museu..., 2024).

O Museu da Pessoa é uma fonte aberta e acessível de informações, oferecendo uma ampla gama de recursos em diversos formatos, incluindo vídeos, áudios, textos e imagens. Com mais de 60 mil fotos e documentos, mais de 16 mil horas de conteúdo audiovisual, mais de 500 projetos, mais de 100 exposições físicas e virtuais e mais de 90 publicações, o projeto oferece uma riqueza de informações que abrange uma variedade de temas e experiências. Os usuários podem acessar o conteúdo na íntegra, permitindo uma exploração completa e detalhada das histórias e recursos disponíveis.

Para garantir um ambiente respeitoso e inclusivo, o Museu da Pessoa estabelece Termos de Uso que os usuários devem respeitar ao interagir com a plataforma. Além disso, o projeto demonstra um compromisso com a acessibilidade ao apresentar uma Política de Acessibilidade. Esta política inclui medidas para garantir que a plataforma seja acessível a todos os usuários, incluindo aqueles com deficiências visuais, auditivas ou físicas. Recursos como tradução em Libras (Língua Brasileira de Sinais), design adaptado e recursos de acessibilidade conforme as diretrizes do WCAG 2.2 são oferecidas para garantir que todos os usuários possam acessar e desfrutar do conteúdo do Museu da Pessoa.

O projeto do Museu da Pessoa, embora seja uma iniciativa notável na preservação e compartilhamento de histórias de vida, carece de alguns elementos que poderiam aprimorar sua acessibilidade e usabilidade. Embora o projeto aborde a justiça informacional e inclua a comunidade em suas atividades, seria benéfico considerar outras esferas de Justiça Social, como a distributiva, para garantir igual acesso e representação para todos os grupos. Além disso, a falta de um manual de uso ou instruções claras, além de requisitos mínimos para acesso ao conteúdo. Por fim, a falta de informações sobre como referenciar o conteúdo pode limitar sua utilização em contextos acadêmicos e profissionais, ressaltando a importância de orientações claras sobre atribuição de créditos e direitos autorais (Museu..., 2024).

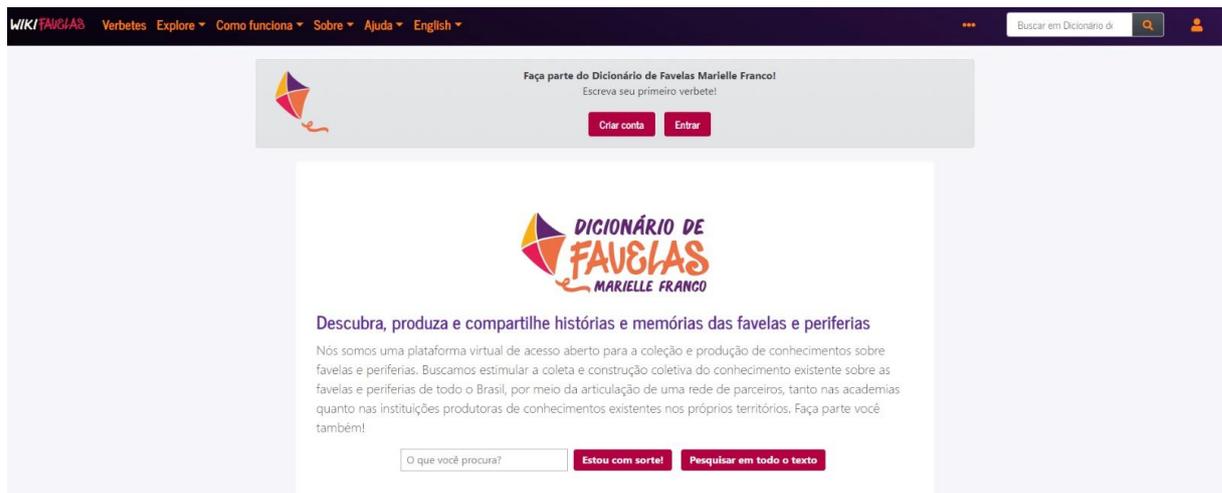
O Museu da Pessoa é um exemplo que incorpora características das Humanidades Digitais para promover a Justiça Social. Ao utilizar a tecnologia como uma ferramenta poderosa para coletar, preservar e compartilhar histórias de vida diversas, o Museu da Pessoa democratiza o acesso à cultura e à história, promovendo uma compreensão mais inclusiva e abrangente da sociedade. Sua abordagem inclusiva e sua visão de democratizar o acesso à cultura e à história demonstram um compromisso sólido com a inclusão e a participação coletiva na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Além disso, ao envolver ativamente a comunidade no projeto, o Museu da Pessoa fortalece ainda mais seu impacto e relevância, destacando a importância de uma abordagem colaborativa na promoção da diversidade, inclusão e democratização do conhecimento. Em resumo, o Museu da Pessoa é uma fonte valiosa de informações acessíveis e inclusivas, cuja missão de preservar histórias de vida e promover a diversidade é alcançada através de uma plataforma digital acessível e políticas de uso responsável, representando assim uma contribuição significativa para a Justiça Social e os direitos humanos.

5.13 DICIONÁRIO DE FAVELAS MARIELLE FRANCO

O projeto “*Dicionário de Favelas Marielle Franco*” (Figura 13), iniciou suas atividades em 2019 e é coordenado pela Sonia Fleury, vinculado ao ICICT-Fiocruz, no Rio de Janeiro, Brasil. Tem como objetivo central documentar e amplificar as vozes das comunidades marginalizadas, promovendo a igualdade de oportunidades, o que o caracteriza como um projeto em Justiça Social. Além disso, o projeto possui características de HD, visto que utiliza tecnologia para catalogar e preservar a cultura, história e experiências das comunidades faveladas. No que diz respeito ao financiamento, o projeto é apoiado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), o que evidencia o reconhecimento da importância e relevância da iniciativa para a sociedade e para o avanço do conhecimento científico (Wikifavelas, 2024).

Figura 13 - Dicionário de Favelas Marielle Franco.



Fonte: Dicionário de Favelas Marielle Franco (2024).

O projeto teve sua formulação iniciada com a colaboração de líderes comunitários e instituições acadêmicas, culminando com seu lançamento em 2019, no Instituto de Comunicação e Informação Científica em Saúde (ICICT-Fiocruz). O projeto está disponível exclusivamente em português, e tem como objetivo principal favorecer a preservação da memória e identidades coletivas dos moradores e moradoras das favelas e periferias do Brasil (e do mundo), como parte do compromisso com a expansão da cidadania e do direito à cidade. Essa missão reflete um esforço genuíno para garantir que as vozes e experiências das

comunidades marginalizadas sejam registradas e valorizadas, contribuindo assim para uma compreensão mais abrangente da história e cultura desses espaços (Wikifavelas, 2024).

Em relação à forma de recuperação da informação, o projeto oferece uma busca simples por título, autor ou palavra-chave, o que facilita o acesso e a utilização das informações contidas no dicionário. Essa abordagem intuitiva torna o conteúdo mais acessível para pesquisadores, estudantes e membros das próprias comunidades faveladas, promovendo assim o compartilhamento de conhecimento e a preservação das memórias coletivas.

O projeto aborda o tema da coleta e construção coletiva do conhecimento existente sobre as favelas e periferias de todo o Brasil. Seu escopo em relação à Justiça Social se concentra principalmente na esfera da justiça informacional, que se refere ao acesso ao conhecimento sobre as favelas, permitindo contribuições abertas e colaborativas, promovendo inclusão aos moradores ao compartilharem suas próprias histórias.

A justiça informacional é uma dimensão essencial da Justiça Social, pois busca garantir que todos tenham acesso equitativo ao conhecimento e à informação, o que é fundamental para promover a igualdade de oportunidades e o empoderamento das comunidades marginalizadas. O projeto facilita o acesso a informações sobre as favelas e periferias, proporcionando um espaço para que os moradores possam compartilhar suas histórias, experiências e conhecimentos, contribuindo assim para uma representação mais autêntica e inclusiva dessas comunidades (Wikifavelas, 2024).

Também é observado o envolvimento da comunidade como uma parte integral do projeto, contando com a colaboração de líderes comunitários e instituições acadêmicas, que permitem contribuições abertas de moradores de favelas. Essa abordagem colaborativa e participativa garante que o conhecimento produzido pelo projeto seja contextualizado, relevante e sensível às necessidades e realidades das comunidades envolvidas (Wikifavelas, 2024).

O projeto oferece acesso à informação de forma integral, disponibilizando documentos na íntegra para consulta. Utiliza a modalidade de acesso aberto, e seu conteúdo está disponível gratuitamente para qualquer pessoa interessada, promovendo assim a democratização do conhecimento. Quanto à variedade de fontes de informação, o projeto abrange uma ampla gama de tipos, incluindo textos, poemas, imagens, vídeos, filmes e outros formatos. Para facilitar o acesso e a utilização do projeto, há disponíveis informações detalhadas, incluindo um manual de uso ou instruções. Esse manual fornece orientações sobre como navegar e contribuir para o projeto, além de estabelecer regras e diretrizes para garantir a qualidade e a integridade das informações compartilhadas (Wikifavelas, 2024).

O projeto apresenta uma abordagem robusta para a documentação e amplificação das vozes das comunidades faveladas, promovendo a igualdade de oportunidades e a inclusão. No entanto, ao analisar o projeto, algumas lacunas importantes foram identificadas. Por exemplo, a ausência de uma declaração de missão e visão deixa de fornecer uma orientação clara sobre os objetivos e o propósito a longo prazo do projeto. Além disso, a falta de informações sobre eventos, programas desenvolvidos e esferas complementares de atuação limita a compreensão da extensão das atividades realizadas e das parcerias estabelecidas. A falta de detalhes sobre a quantidade de itens disponíveis e a ausência de termos de uso claros e uma política de acessibilidade podem afetar a transparência e a acessibilidade do projeto. Ademais, a falta de tradução em Língua de Sinais e orientações sobre como referenciar o conteúdo podem prejudicar a inclusão de pessoas com deficiência auditiva e a credibilidade do projeto (Wikifavelas, 2024)

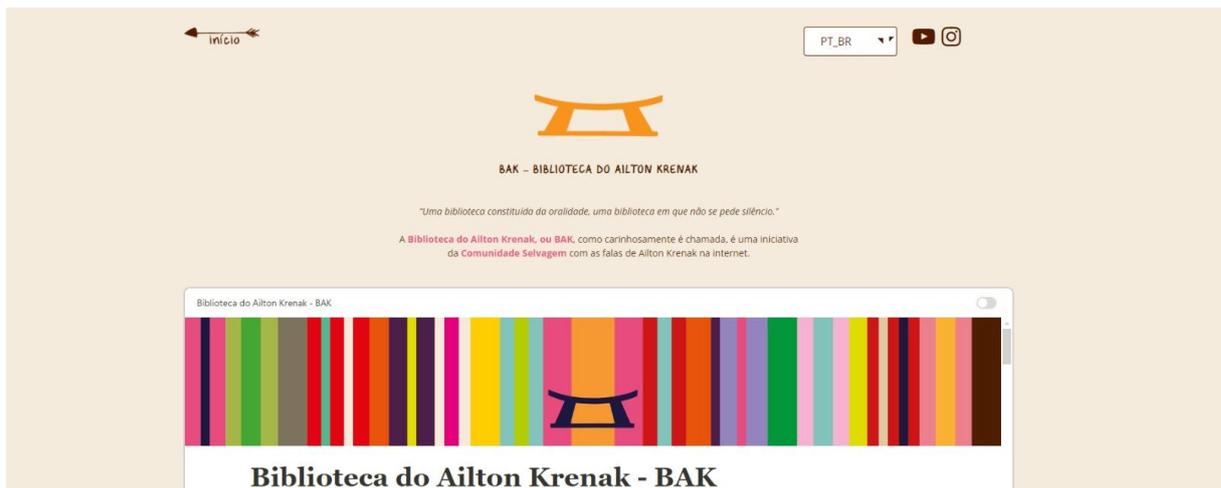
O projeto “*Dicionário de Favelas Marielle Franco*” se destaca como uma iniciativa relevante que incorpora características das Humanidades Digitais e da Justiça Social. Ao documentar e preservar a história e cultura das comunidades faveladas, o projeto utiliza tecnologia para catalogar e disseminar essas informações de forma acessível e duradoura. Através da variedade de fontes de informação disponibilizadas, como textos, poemas, imagens e vídeos, o projeto abraça a interdisciplinaridade e a multiplicidade de perspectivas que caracterizam as Humanidades Digitais, promovendo uma compreensão mais completa e rica das experiências das comunidades faveladas. Além disso, o projeto demonstra um compromisso claro com a Justiça Social ao promover a igualdade de oportunidades e amplificar as vozes das comunidades marginalizadas. Ao oferecer acesso aberto e integral ao conhecimento sobre as favelas, o projeto busca reduzir as desigualdades informacionais e promover a inclusão, permitindo que os moradores compartilhem suas próprias histórias e experiências. Essa abordagem colaborativa e participativa não apenas dá voz às comunidades faveladas, mas também fortalece seus laços sociais e culturais, contribuindo para uma sociedade mais justa e solidária.

5.14 BIBLIOTECA DO AILTON KRENAK – BAK

No que concerne ao perfilamento do projeto “Biblioteca do Ailton Krenak – BAK” (Figura 14), iniciado em 2021 pela Comunidade Selvagem e coordenado por Bruna Freire, tem como objetivo principal promover a equidade, diversidade e o respeito pelos povos indígenas

brasileiros. Ao fornecer acesso a uma biblioteca digital, o projeto visa preservar e disponibilizar os saberes indígenas, contribuindo para a Justiça Social ao valorizar e amplificar suas vozes e conhecimentos (Selvagem..., 2024).

Figura 14 - Biblioteca do Ailton Krenak.



Fonte: Biblioteca de Ailton Krenak (2022).

O projeto combina elementos que são frequentemente associados ao campo das humanidades digitais, ao empregar tecnologia digital, promover colaboração e participação e adotar uma abordagem interdisciplinar, o projeto demonstra um compromisso com a inovação e o empoderamento das comunidades indígenas. A utilização da tecnologia digital para a preservação e disseminação dos saberes tradicionais evidencia uma abordagem contemporânea para a proteção do patrimônio cultural e o fortalecimento das identidades indígenas (Selvagem..., 2024).

A BAK, representa um importante esforço para ampliar o acesso aos conhecimentos e narrativas indígenas, contribuindo assim para uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com a diversidade cultural do Brasil. A iniciativa que tem como objetivo preservar, disseminar e promover o conhecimento sobre questões indígenas e ambientais, especialmente através das falas e pensamentos de Ailton Krenak, um importante líder indígena brasileiro (Selvagem..., 2024).

Organizado, atualizado e aprimorado por cerca de 19 voluntários, a biblioteca conta com a colaboração dos usuários para contribuir com diversos materiais relacionados a Ailton Krenak. Ao longo do tempo, o projeto expandiu seu acervo e ampliou as comunicações com o

público, tornando-se uma importante fonte de informação e educação para a descolonização de saberes e a promoção da Justiça Social (Selvagem..., 2024).

Sua missão consiste em catalogar as falas de Ailton Krenak, organizar estudos e cultivar sonhos inspirados por suas palavras. Além disso, busca promover encontros temáticos, produzir materiais de estudo a partir das falas de Krenak e disponibilizar recursos para rápida consulta sobre temas específicos (Selvagem..., 2024).

A visão do projeto é se tornar um espaço de referência para o estudo e a reflexão sobre questões indígenas e ambientais, contribuindo para uma maior conscientização e engajamento da sociedade em relação a esses temas. O projeto também desenvolve programas e ações, como o Projeto Comida na Mesa e o Curso Enfrentando a Fome, que visam abordar questões sociais relevantes, além de disponibilizar materiais educativos em português e inglês.

A forma de recuperação da informação na biblioteca é através de busca simples por título, autor ou palavra-chave, facilitando o acesso e a utilização dos materiais disponíveis (Selvagem..., 2024). Já com a Relação da Justiça Social e suas esferas, a BAK se concentra em especial no escopo da justiça ecológica, uma vez que o projeto busca promover a equidade, a diversidade e o respeito pelos povos indígenas brasileiros ao preservar, disseminar e promover o conhecimento relacionado a essas comunidades, especialmente através das palavras de Krenak, um líder indígena de destaque que atua em defesa dos direitos ambientais e pela preservação da cultura e dos conhecimentos tradicionais indígenas. Além disso, o projeto se enquadra na esfera complementar da justiça informacional, que visa o acesso à informação, a diversidade de perspectivas, a inclusão de saberes marginalizados e a democratização do conhecimento (Selvagem..., 2024).

O envolvimento da comunidade é uma parte fundamental do projeto, conforme indicado pelo formulário disponível para contribuições. Através desse formulário, a comunidade pode sugerir materiais para serem adicionados ao acervo da BAK, garantindo que o projeto seja alimentado e enriquecido pela participação ativa daqueles interessados em questões indígenas e ambientais. Dessa forma, o projeto não apenas oferece um espaço para a preservação e disseminação de saberes indígenas, mas também promove a colaboração e o engajamento da comunidade na construção desse conhecimento compartilhado (Selvagem..., 2024).

Por fim, é possível observar que o projeto oferece acesso aberto a documentos na íntegra, garantindo que os usuários possam explorar livremente uma vasta coleção de recursos relacionados ao tema. Com 331 fontes de informação disponíveis, que abrangem vídeos, podcasts, livros, matérias e artigos, a biblioteca oferece uma ampla variedade de materiais para pesquisa e aprendizado. Além disso, o projeto adota práticas de design responsivo e

compatibilidade com leitores de tela e navegadores de tecnologias assistivas, garantindo acessibilidade para usuários com deficiência visual. Todos os vídeos e materiais audiovisuais produzidos pela BAK são legendados ou acompanhados por transcrições textuais, tornando o conteúdo acessível para pessoas com deficiência auditiva ou para aqueles que preferem acessar o conteúdo por meio de texto. Conta ainda com a presença de um manual de uso ou instruções do projeto auxilia os usuários na navegação e pesquisa de materiais, aumentando a eficiência e eficácia do uso da biblioteca (Selvagem..., 2024).

Dessa forma, a Biblioteca do Ailton Krenak - BAK se consolida como uma iniciativa louvável que oferece acesso aberto a uma ampla gama de recursos relacionados às falas e pensamentos do renomado líder indígena brasileiro. No entanto, alguns elementos importantes não estão presentes no projeto, como informações sobre sua forma de financiamento, a organização de eventos, termos de uso claros, requisitos mínimos para acesso ao conteúdo, tradução em Língua de Sinais e orientações sobre como referenciar o material disponível (Selvagem..., 2024).

O projeto *Biblioteca do Ailton Krenak - BAK* reflete uma iniciativa robusta e abrangente que integra elementos das Humanidades Digitais, voltada para a promoção da Justiça Social e o empoderamento das comunidades indígenas brasileiras. Além disso, o projeto adota uma abordagem interdisciplinar, combinando tecnologia digital, colaboração da comunidade e práticas de design responsivo para garantir a acessibilidade do conteúdo. A BAK se destaca como uma iniciativa inovadora e importante no campo, contribuindo significativamente para a promoção da Justiça Social, o fortalecimento das identidades indígenas e a valorização dos saberes tradicionais. No entanto, é fundamental abordar as lacunas identificadas para garantir a eficácia contínua e a inclusão do projeto.

5.15 EXPLORANDO AS ESSÊNCIAS: PROJETOS EM HUMANIDADES DIGITAIS RUMO À JUSTIÇA SOCIAL

A partir das análises apresentadas anteriormente, esta subseção visa destacar as principais características observadas nos projetos identificados.

É possível observar que os projetos analisados compartilham diversas características de Humanidades Digitais e na promoção da Justiça Social. Em primeiro lugar, todos esses projetos adotam uma abordagem multifacetada, integrando tecnologias digitais para ampliar seu alcance e impacto. Utilizam ferramentas digitais para preservar e disseminar informações relevantes,

seja sobre questões ambientais, direitos das mulheres, história LGBTQ+, história afro-americana, tráfico transatlântico de escravizados, questões de gênero ou desigualdades raciais e sociais, e mais.

Além disso, esses projetos demonstram um forte compromisso com a comunidade e a inclusão social. Uma vez que envolvem ativamente a participação da comunidade local ou global, promovendo a conscientização e capacitando indivíduos a contribuir para a mudança social. Essa inclusão se estende à acessibilidade dos recursos disponibilizados, garantindo que diferentes públicos possam se beneficiar igualmente das informações e ferramentas oferecidas.

Muitos desses projetos estão constantemente buscando inovações tecnológicas e metodológicas para aprimorar suas práticas e aumentar seu impacto. Eles estão abertos a experimentação e adaptação, reconhecendo a necessidade de evolução contínua em um mundo digital em constante mudança. Essa mentalidade de aprendizado e melhoria contínua permite que esses projetos permaneçam relevantes e eficazes ao longo do tempo.

Somado a isso, observa-se a ênfase desses projetos na transparência e na democratização do conhecimento, uma vez que buscam disponibilizar informações de forma aberta e acessível, promovendo a livre circulação de ideias e o engajamento do público em debates cruciais para a sociedade. Essa transparência não apenas fortalece a credibilidade dos projetos, mas também encoraja uma participação mais ampla e informada.

Outro ponto observado é a abordagem interdisciplinar adotada por muitos desses projetos. Eles combinam tecnologia com estudos humanísticos, ciências sociais, ciências ambientais e outros campos, reconhecendo a complexidade das questões que abordam e a necessidade de uma abordagem holística para compreendê-las e abordá-las efetivamente. Essa interdisciplinaridade amplia o alcance e o impacto dos projetos, permitindo uma análise mais profunda e uma resposta mais eficaz aos desafios enfrentados.

Além disso, é notável a questões de Justiça Social como princípio orientador desses projetos, não apenas como um objetivo final, mas em todas as etapas de seu desenvolvimento e implementação. Eles incorporam preocupações éticas e de equidade desde a concepção até a execução, garantindo que as suas ações e resultados reflitam um compromisso genuíno com a promoção da igualdade e da justiça para todos.

Outro aspecto crucial é a sensibilidade cultural e a consideração pela diversidade de perspectivas em cada projeto. Eles reconhecem a importância de representar e respeitar as diferentes vozes e experiências presentes em suas narrativas históricas, sociais ou ambientais. Isso não apenas enriquece a compreensão geral do público, mas também valoriza as comunidades cujas histórias estão sendo preservadas e compartilhadas.

É importante reconhecer o impacto positivo que esses projetos têm tido na promoção da Justiça Social e na democratização do acesso à informação e à cultura. Ao abordar questões urgentes e historicamente marginalizadas, essas iniciativas estão contribuindo para uma compreensão mais ampla e inclusiva da história, da sociedade e do meio ambiente, enquanto capacitam comunidades a se engajarem ativamente na construção de um mundo mais justo e equitativo.

No entanto, apesar dos esforços, ainda existem lacunas identificadas em todos os projetos. Essas lacunas incluem a falta de informações sobre a quantidade e diversidade de itens disponíveis, a ausência de manuais e termos de uso, requisitos mínimos de acessibilidade, como tradução em Língua de Sinais, e políticas de acessibilidade abrangentes. Essas áreas para melhoria são cruciais para garantir uma experiência inclusiva e transparente para todos os usuários, especialmente para aqueles que podem enfrentar barreiras adicionais de acesso devido a deficiências físicas, linguísticas ou socioeconômicas.

De toda forma, é fundamental destacar o papel desses projetos na construção de pontes entre o passado, o presente e o futuro. Eles não apenas documentam e preservam a história, mas também a contextualizam em relação aos desafios contemporâneos e às aspirações futuras. Ao fazer isso, eles capacitam as gerações atuais e futuras a aprender com o passado e a moldar um futuro mais justo e inclusivo para todos.

Essencialmente, essa análise destaca a importância e o impacto positivo dos projetos que integram tecnologia digital, humanidades e Justiça Social. Eles não apenas documentam e preservam informações relevantes sobre uma variedade de questões sociais e históricas, mas também buscam promover a inclusão, a participação da comunidade e a conscientização.

Ao adotarem uma abordagem interdisciplinar e sensível às diversas perspectivas culturais, esses projetos contribuem para uma compreensão mais ampla e inclusiva da história, da sociedade e do meio ambiente. Além disso, ao destacarem a importância da Justiça Social em todas as etapas do desenvolvimento e implementação, eles estão trabalhando para criar um mundo mais equitativo e justo. As lacunas identificadas, destacam áreas importantes para melhorias futuras, visando garantir que esses projetos possam beneficiar a todos os usuários de forma igualitária.

Diante do anteposto, ampliamos nosso conhecimento sobre as Humanidades Digitais aplicadas à Justiça Social no campo informacional. Dessa forma, visando estabelecer subsídios concretos para a construção de novas investigações na área, bem como contribuir diretamente para a elaboração de políticas de projetos que integrem informação, tecnologia e questões sociais, buscamos na próxima seção explorar as diretrizes elaboradas inspiradas a partir dos

perfis dos projetos analisados. Nosso foco foi garantir que essas iniciativas sejam diversas e promovam a justiça informacional para todas as pessoas.

Destaca-se que o maior número de projetos encontrados é oriundo dos Estados Unidos, o que sugere um cenário de maior investimento e desenvolvimento em iniciativas de preservação histórica e memória cultural naquele país. Essa disparidade pode ser atribuída ao fato de os Estados Unidos possuírem uma infraestrutura mais robusta e recursos financeiros significativos dedicados a criação de centros de humanidades digitais (Schaffner; Erway, 2014). Exemplo disso, é a *The Mellon Foundation* que atua financiando organizações sem fins lucrativos de Humanidades Digitais através de um “capital de mudança” planejado voltado para estabilidade financeira dessas organizações (Nonprofit Finance Fund, 2022).

Adicionalmente, a *Binghamton University* tem um centro piloto de bolsas digitais que financia um espaço para colaboração além de *softwares, hardwares, workshops*, treinamentos e consultas que possibilita a ampliação de novas ferramentas digitais e fomento para avanço de projetos digitais, tratamento de dados e publicação digital (Micale, 2021).

Em contraste, o Brasil ainda está em processo de construção e fortalecimento de suas políticas e práticas voltadas para a preservação de sua história e memória, que apesar dos esforços de alguns grupos, o uso de recursos computacionais demanda investimentos que atualmente não estão disponíveis nas áreas de humanidades. Existe a demanda de uma maior infraestrutura, mas predominam as dificuldades em obter recursos financeiros para criação de laboratórios e centros, aquisição de bens, computadores, softwares e servidores para a atuação de profissionais da computação e tecnologia da informação. Em consequência, fóruns interinstitucionais são frequentemente utilizados para discutir o impacto e a emergência de recursos digitais nas pesquisas das humanidades (Pimenta, 2019; Instituto...2022).

Portanto, a realização desta dissertação visa contribuir para o desenvolvimento e valorização das iniciativas de preservação no contexto brasileiro, ajudando a fomentar uma maior conscientização nessa área crucial para a identidade cultural do país.

Ao reconhecer que a maioria dos projetos com aspectos de Humanidades Digitais voltados para a Justiça Social realizados no Brasil se baseiam em iniciativas desenvolvidas no contexto americano, torna evidente a necessidade de adaptação dessas abordagens à realidade brasileira. Enquanto os projetos americanos podem fornecer um valioso ponto de partida e uma fonte de inspiração, eles são frequentemente concebidos dentro de um contexto cultural, social e econômico específico que pode não refletir integralmente as particularidades brasileiras.

Assim, ao adaptar esses projetos é crucial considerar as diferenças significativas nas estruturas sociais, nos desafios históricos e nas necessidades contemporâneas do Brasil. Essa

adaptação não deve ser apenas uma transposição direta de métodos e objetivos, mas uma reformulação crítica que incorpore as nuances locais. Adotar essa perspectiva contextualizada pode potencializar a eficácia dos projetos de HD na promoção da Justiça Social e na preservação da memória histórica do Brasil.

Na próxima seção, são apresentadas as considerações finais desta pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a necessidade de desenvolver e apresentar um produto no mestrado profissional, salientamos que as diretrizes derivadas desta pesquisa resultaram em dois produtos: uma ficha de análise para projetos em HD e o site Humanidades Digitais por Justiça Social para visualização dos projetos e obtenção das orientações para criação de novos projetos com esses enfoques.

Em resposta ao objetivo geral de analisar o desenvolvimento de projetos de Humanidades Digitais voltados para a Justiça Social a partir do campo informacional, consideramos que esta pesquisa alcançou sucesso por meio do cumprimento dos objetivos específicos.

O objetivo específico “a” consistia em conhecer as abordagens de Humanidades Digitais para Justiça Social a partir do campo informacional. Para tal, foram conceituados Humanidades Digitais e Justiça Social, juntamente com suas relações e intersecções. Este objetivo foi atingido através de um levantamento bibliográfico que abrangeu conceitos, histórico, autoria e outras dimensões das Humanidades Digitais, além das temáticas de Justiça Social, informacional, de gênero, racial e ecológica. A revisão da literatura permitiu uma compreensão aprofundada das abordagens adotadas no campo, especialmente em relação à Justiça Social.

Dessa forma, ao explorar e analisar as diferentes abordagens das Humanidades Digitais para a Justiça Social, foi possível ampliar o conhecimento sobre como essas disciplinas interagem e contribuem para questões sociais relevantes relacionadas ao informacional, a raça, gênero, e justiça ecológica.

O objetivo específico “b” consistia em mapear no Brasil e Estados Unidos da América os projetos em Humanidades Digitais para Justiça Social. Este objetivo foi alcançado através de uma pesquisa abrangente que permitiu identificar e analisar iniciativas relevantes em ambos os países. O mapeamento possibilitou a identificação de elementos comuns e diferenças nos projetos com características de Humanidades Digitais focados em Justiça Social e seus desdobramentos.

Ao comparar e contrastar os projetos existentes no Brasil e nos Estados Unidos, a pesquisa pôde destacar as diferentes abordagens e estratégias adotadas em cada contexto, bem como identificar áreas de convergência e possíveis oportunidades de colaboração entre as duas nações.

Com este mapeamento, foi possível concretizar o objetivo específico “c”: identificar nos projetos em Humanidades Digitais voltados para a Justiça Social, com enfoque em raça, gênero e classe, do Brasil quanto nos Estados Unidos, elementos similares. Por meio de uma análise comparativa detalhada dos projetos identificados em ambos os países, foi possível discernir sobre os padrões, tendências e características comuns nesses projetos. Essa análise resultou na criação de diretrizes através da elaboração de uma ficha de análise de Humanidades Digitais e Justiça Social. A análise comparativa foi essencial para compreender como as questões de raça, gênero e classe são abordadas nos projetos de Humanidades Digitais nos contextos brasileiro e norte-americano, permitindo a identificação de boas práticas e estratégias replicáveis em diferentes contextos.

Quanto ao objetivo específico “d”, que era estabelecer diretrizes para projetos em Humanidades Digitais voltados para a Justiça Social a partir do campo informacional, também foi atingido. As diretrizes elaboradas a partir da pesquisa permitem estabelecer critérios e recomendações para a implementação de projetos em Humanidades Digitais que buscam promover a Justiça Social e abordar questões de desigualdade e discriminação. Essas diretrizes são fundamentais para orientar a atuação de pesquisadores, profissionais e instituições que trabalham no campo das Humanidades Digitais, fornecendo um conjunto de princípios e práticas que podem contribuir para a eficácia e impacto positivo dessas iniciativas.

Dessa forma, ao alcançarmos todos os objetivos específicos e conseqüentemente o objetivo geral, foi possível responder à pergunta de pesquisa: “Quais diretrizes podem contribuir para o desenvolvimento de projetos em Humanidades Digitais voltados para a Justiça Social, com enfoque em raça, gênero e classe, no Brasil e nos Estados Unidos da América?” Essa resposta, está fundamentada nas diretrizes elaboradas a partir da pesquisa realizada.

Ao identificarmos e criarmos diretrizes em forma de uma ficha de análise, elaboradas a partir da exploração de projetos de Humanidades Digitais e Justiça Social, além de auxiliar na construção de novos projetos com esse enfoque, as diretrizes também permitiram avaliar se os projetos existentes estão alinhados com as iniciativas desse escopo.

Com base nos resultados desta pesquisa, buscamos fornecer subsídios que contribuam para as práticas das Humanidades Digitais, promovendo uma abordagem mais estruturada e informada no compartilhamento, criação e avaliação de projetos voltados para a Justiça Social. Percebemos que essas iniciativas além de contribuírem para o avanço do conhecimento nessa área, a elaboração de diretrizes específicas para tais projetos representa uma importante ferramenta prática para orientar futuras iniciativas, promovendo a inclusão, equidade e sensibilidade cultural. Além disso, essas diretrizes têm o potencial de serem replicadas em

diferentes contextos, ampliando assim o impacto social positivo das Humanidades Digitais na promoção da Justiça Social. Ao fortalecer a colaboração interdisciplinar e incentivar a diversidade de perspectivas, a pesquisa contribui para a construção de projetos mais abrangentes e eficazes, capazes de abordar de forma mais completa as questões sociais e históricas relevantes nos dois países estudados.

A pesquisa demonstrou a importância desses projetos, pois suas coleções históricas, informações e conhecimentos podem desenvolver indivíduos e grupos, ampliando seus entendimentos e, conseqüentemente, minimizando a influência de movimentos contrários hegemônicos que buscam apagar questões históricas para manter seus privilégios. O acesso a esses projetos e informações permite que grupos em situação de marginalização transformem seu conhecimento, proponham mudanças e promovendo uma reestruturação histórica e futura em direção à Justiça Social.

Embora não possamos mensurar o quanto esses projetos de Humanidades Digitais, contribuem em comparação com outras formas de minimizar as desigualdades sociais no desenvolvimento de indivíduos e grupos, a pesquisa demonstra o potencial dessas iniciativas. Reconhecemos que nem toda a população tem acesso às tecnologias digitais, a conscientização daqueles que tem acesso pode mudar ou orientar as demais formas de alcançar a Justiça Social. A tecnologia deve avançar em consonância com as abordagens sociais para que, no futuro, grupos colocados às margens e sem acesso à informação possam transformar seu desenvolvimento na sociedade.

A pesquisa ressalta que, embora as Humanidades Digitais tenham um potencial importante para promover a Justiça Social, é crucial reconhecer a existência de diversas abordagens e estratégias para lidar com as desigualdades sociais. A desigualdade no acesso às tecnologias digitais pode limitar o alcance e o impacto desses projetos em determinados grupos. Portanto, a conscientização e a disseminação de informações por aqueles com acesso à tecnologia são fundamentais para orientar outras formas de atingir a Justiça Social.

A tecnologia, por si só, não é uma solução completa para as desigualdades sociais, mas pode ser uma ferramenta poderosa quando combinada com abordagens sociais e políticas adequadas. O avanço tecnológico deve ser acompanhado por esforços para garantir inclusão digital, equidade no acesso à informação e participação de todos os grupos sociais. Assim, os projetos em Humanidades Digitais têm um potencial significativo para promover a Justiça Social, mas é essencial considerarmos a complementaridade de outras estratégias e assegurar que o desenvolvimento tecnológico esteja alinhado com abordagens sociais inclusivas e

equitativas. Dessa forma, todos os grupos, especialmente os colocados a margem, podem se beneficiar e contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

Uma das limitações da pesquisa foi a dificuldade em identificar os projetos, uma vez que muitos não estavam diretamente caracterizados como pertencentes às Humanidades Digitais, complexificando a seleção para análise. Além disso, a avaliação dos projetos exigiu uma leitura atenta e detalhada para compreender suas particularidades e suas relações com as Humanidades Digitais e a Justiça Social. Adicionalmente, muitos dos projetos identificados estavam fora do escopo geográfico do Brasil e dos Estados Unidos, resultando na exclusão de potenciais projetos da análise.

Como desdobramentos desta pesquisa, ao longo do decorrer do mestrado, compartilhamos com os pares alguns de nossos avanços, a saber: apresentamos o resumo intitulado *A Justiça Social em projetos de Humanidades Digitais*, no evento HDRio 2023. Nesta apresentação, nossa proposta visava descrever o panorama de projetos em Humanidades Digitais voltados para a Justiça Social nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP (Vieira; Sena, Garcês-da-Silva, 2023). Apresentamos também o resumo expandido no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB, intitulado *Projetos de Humanidades Digitais e Justiça Social em África*, premiado como segundo melhor resumo expandido do GT12 – Informação, estudos étnico-raciais, gênero e diversidades (Vieira; Garcês-da-Silva; Sena, 2023). Adicionalmente, publicamos o capítulo *Bibliotecas em ecossistemas baseados em inovações tecnológicas para Justiça Social*, no livro 10 Anos do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação: estudos e abordagens em comemoração aos 10 anos do PPGInfo (Sena; Vieira, 2023).

No que se refere a estudos futuros, se espera um aprofundamento desta pesquisa, na ampliação tanto do campo das Humanidades Digitais quanto da Justiça Social, suas relações e potenciais soluções para uma sociedade mais equitativa. Há também a necessidade de analisar projetos de outros países para compreender como eles se desenvolvem dentro desse escopo, complementando a pesquisa realizada.

Quanto ao instrumento, incentivamos que as diretrizes criadas sejam periodicamente atualizadas e complementadas de forma a garantir que estas permaneçam aplicáveis de acordo com as mudanças tecnológicas e sociais. A partir desta pesquisa, estudos futuros podem explorar o campo de atuação teórico-prático para profissionais da informação ao considerar a intersecção com outras áreas da informação, tais como Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, Gestão da Informação, Ciência da Informação articulados com a Administração, Inovação e Tecnologia. O desenvolvimento de competências que integrem conhecimentos e a

gestão de habilidades tecnológicas pode resultar em abordagens mais eficazes e inovadoras como enfrentamento a desafios sociais mais complexos.

Dessa forma, a utilização de ferramentas ofertadas pelas Humanidades Digitais por esses profissionais de diferentes áreas pode enriquecer a promoção da Justiça Social, ampliando o acesso à informação, fomentando a equidade no uso e disseminação dos dados, e contribuindo para a construção de sociedades mais justas e equânimes. Além disso, a colaboração interdisciplinar pode levar ao desenvolvimento de novos métodos de pesquisa e práticas profissionais que atendam de maneira mais abrangente às necessidades sociais emergentes.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Ítalo D'Artagnan. **Metodologia do trabalho científico**. Recife: Ed. UFPE, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/49435/1/METODOLOGIA%20DO%20TRABALHO%20CIENT%20C%8DFICO.pdf>. Acesso em: abril, 2024.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALVES, Daniel. As Humanidades Digitais como uma comunidade de práticas dentro do formalismo acadêmico: dos exemplos internacionais ao caso português. **Ler história**, [s.l.], n. 69, p. 91-103, 2016.
- ANDRADE, Laura Mariane de; DAL'EVEDOVE, Paula Regina. Humanidades Digitais na ciência da informação brasileira: análise da produção científica. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [s.l.], v. 13, n. 1, p. 439-451, 2020.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.
- ARIZIO, Silvia Helena. **Reflexões sobre a justiça ecológica e sua importância acerca dos direitos das águas**. 2016. 211 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade Meridional, Passo Fundo, 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS E TRAVESTIS – ABGLT. **Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis**. Disponível em: <https://www.abgl.org/>. Acesso em: 30 jun. 2024.
- ASSUMPÇÃO, Vinícius de Souza. A gestão do corpo negro no Brasil: da democracia racial ao genocídio. **Revista de Criminologias e Políticas Criminais**, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 20-41, 2017.
- BARZOTTO, Luis Fernando. Justiça Social: Gênese, estrutura e aplicação de um conceito. **Revista Jurídica da Presidência**, [s.l.], n. 48, v. 5, 2003.
- BARRY, João. Rethinking Green Politics, London; Greening Liberal Democracy: Practice, Theory and Political Economy, *In*: J. Brian Barry/M. Wissenburg (ed.). **Sustaining Liberal Democracy: Ecological Challenges and Opportunities**. Basingstoke, 2001. p. 59–80
- BERNARDES, Márcia Nina. Questões de raça na luta contra a violência de gênero: processos de subalternização em torno da Lei Maria da Penha. **Revista Direito GV**, [s.l.], v. 16, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6172201968>.
- BELL, Lee Anne. Theoretical foundations for social justice education. *In*: M. ADAMS, M.; BELL, A; GRIFFIN, P. (Ed.). **Teaching for diversity and social justice: A sourcebook**. New York: Routledge, 1997. (p. 3-15)

BIBLIOTECA DO AILTON KRENAK – BAK. **Biblioteca do Ailton Krenak**. Disponível em: <https://selvagemciclo.com.br/bak-biblioteca/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

BLACK, Kimberly. Justiça Social e biblioteconomia e ciência da informação antirracista. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, [s.l.], n. Especial, 2022.

BORKO, Harold. Information Science: what is it? **American Documentation**, [s.l.], v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968.

BUETTNER-SCHMIDT, Kelly; LOBO, Marie L. Justiça Social: uma análise de conceito. **Journal of Advanced Nursing**, [s.l.], v. 68, n. 4, p. 948-958, 2012.

BORILE, Giovani Orso.; CALGARO, Cleide. Fundamentos da justiça ecológica. **Revista Pensamento Jurídico**, São Paulo, v. 14, n. 3, 2020.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CARVALHO, Salo de. O encarceramento seletivo da juventude negra brasileira: a decisiva contribuição do poder judiciário. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, n. 67, p. 623-652, 2015.

CARVALHO, Luiza Sousa de. O encarceramento em massa da população negra, agenciado pelo Estado Brasileiro, como um mecanismo do genocídio anti-negro. *In*: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 16., 2018, Vitória. **Anais [...]**, Vitória: UFES, 2018.

COLORED CONVENTIONS PROJECT. **Colored Conventions Project**. Disponível em: <https://coloredconventions.org/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

CONNELL, Raewyn. Questões de gênero e Justiça Social. Século XXI: **Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 4, n. 2, p. 11–34, 2014. DOI: 10.5902/2236672517033. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/17033>. Acesso em: 11 maio. 2023.

COSTA, Fernando Nogueira da Costa. Diferenças entre Brasil e Estados Unidos. **Blog Cidadania & Cultura**, [s.l.], 2021. Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2021/12/24/diferencas-entre-brasil-e-estados-unidos/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], ano 10, n. 1, 2002.

DAMIAN, Ieda Martins., *et. al.* Convergências entre as Humanidades Digitais e a Ciência da Informação. **Ibersid**, Zaragoza, v. 9, p. 79-82, 2015.

DESMOND, Matthew; EMIRBAYER, Mustafá. Para imaginar e buscar a justiça racial. **Raça Etnicidade e Educação**, [s.l.], v. 15, n. 2, p. 259-289, 2012.

DICIONÁRIO DE FAVELAS MARIELLE FRANCO. **Dicionário de Favelas Marielle Franco**. Disponível em:

https://wikifavelas.com.br/index.php/Dicion%C3%A1rio_de_Favelas_Marielle_Franco. Acesso em: 30 jun. 2024.

DIGITAL TRANSGENDER ARCHIVE. **Digital Transgender Archive**. Disponível em: <https://www.digitaltransgenderarchive.net/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>

DURRANCE, Joan Coachman; FISHER, Karen E. **How libraries and librarians help: A guide to identifying user-centered outcomes**. Chicago: American Library Association, 2005.

EDMOND, Jennifer. Collaboration and Infrastructure. *In*: SCHREIBMAN, S.; SIEMENS, R.; UNSWORTH, J. (org.). **A New Companion to Digital Humanities**. Chichester: John Wiley & Sons, 2016. p. 54-65.

EIDE, Øyvind.; ORE, Christian-Emil. Ontologies and data modeling. *In*: FLANDERS, J; JANNIDIS, F. (org.). **The Shape of Data in the Digital Humanities**. Modeling Texts and Text-based Resources. Routledge: New York, NY. 2019.

ENVIRONMENTAL DATA & GOVERNANCE INITIATIVE (EDGI). **Environmental Data & Governance Initiative**. Disponível em: <https://envirodatagov.org/>. Acesso em: 01 jun. 2024.

FERREIRA, Beatriz Barrocas; BORGES, Maria Manuel. As culturas epistêmicas das Humanidades Digitais na convergência do discurso de abertura do conhecimento. **Ciência da Informação Express**, [s.l.], v. 3, p. 1-5, 2022.

FERREIRA, Sibelle de Jesus. Interseccionalidade de raça e gênero na prática: os movimentos de mulheres negras em conferências internacionais. **InSURgência**: revista de direitos e movimentos sociais, [s.l.], p. 1-22, 2023.

FLANDRES, Júlia; PIEZ, Wendell; TERRAS, Melissa. Welcome to Digital Humanities Quarterly. **Digital Humanities Quarterly**, [s.l.], n. 1, v. 1, 2007.

FLANDRES, Júlia; JANNIDIS, Fotis. Data modeling in digital humanities. *In*: FLANDERS, J.; JANNIDIS, F. (org.). **The Shape of Data in the Digital Humanities, modeling texts and Text-based resources**. New York, NY: Routledge, 2019.

FROEHLICH, Thomas J. Ethical considerations of information professionals **Annual Review of Information Science and Technology**, [s.l.], v. 27, p. 291–394, 1992.

FRASER, Nancy. Recognition without ethics? **Theory, Culture & Society**, [s.l.], v. 18, n. 2-3, p. 21-42, 2001. Doi: <https://doi.org/10.1177/02632760122051760>.

FRASER, Nancy. A Justiça Social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista crítica de ciências sociais**, [s.l.], n. 63, p. 07-20, 2002.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribution or recognition?** a political-philosophical exchange. London: Verso, 2003.

GAMARNIKOW, Eva. Educação, (in)Justiça Social e direitos humanos: combatendo desigualdades na globalização turbocapitalista. **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], v. 18, n. 52, p. 189-243, jan.-mar. 2013.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro, GARCEZ, Dirnéle Carneiro; SILVA, Rubens Alves da. Conhecimento das margens: da injustiça epistêmica à valorização do conhecimento negro em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 1–19, 2022. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1885>. Acesso em: 23 jul. 2023.

GARCEZ, Dirnele Carneiro. **Publicação científica das engenharias na Web of Science: artigos de autores com vínculo institucional brasileiro**. Orientadora: Rosângela Schwarz Rodrigues. 2020. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/216648/PCIN0232-D.pdf?sequence=1>. Acesso em: 5 maio 2023.

GERALDO, Genilson; BISSET-ALVAREZ, Edgar; DE SOUZA PINTO, Marli Dias. Digital Humanities and the Sustainable Development Goals: a reflection for Information Science. **Transinformação**, [s.l.], v. 35, p. 1-15, 2023.

GHEAUS, Anca. Gender justice. **Journal of Ethics & Social Philosophy**, [s.l.], v. 6, n. 1, p. 1-28. 2011.

GOMES, Daiane de Oliveira; BRANDÃO, Wanessa Nhayara Maria Pereira; MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. Justiça racial e direitos humanos dos povos e comunidades tradicionais. **Revista Katálysis**, [s.l.], v. 23, p. 317-326, 2020.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, p. 1-26, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698197406>

GUDYNAS, Eduardo. O percurso biocêntrico: valores intrínsecos, direitos da natureza e justiça ecológica. **Tabula rasa**, [s.l.], n. 13, p. 45-71, 2010.

HANCHARD, Michael. Resposta a Luiza Bairros. **Afro-Asia**, [s.l.], n. 18, 1996.

HANCHARD, Michael. "Americanos", Brasileiros e a cor da espécie humana: uma resposta a Peter Fry. **Revista USP**, [s.l.], n. 31, p. 164-175, 1996.

HUMAN AND CIVIL RIGHTS. **Racial justice in education**: resource guide. Pennsylvania: NEA, 2018.

IDA B. WELLS, Just Data Lab. **About**, [s.l.], 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Humanidades Digitais e seus integrantes**. Gov.br, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/ibict/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2022/fevereiro-2022/humanidades-digitais-e-seus-associados>. Acesso em: 29 jan. 2024.

JONES, Steven E. **The Emergence of the Digital Humanities**. New York: Routledge. 2014.

JOHNSON, Jeffrey Alan. Introduction. *In*: JOHNSON, J. A. **Toward Information Justice: technology, politics, and policy for data in Higher Education Administration**. Orem, TUT: Springer, p. 1-21, 2018.

JSTOR. Mission & history. Disponível em: <https://about.jstor.org/mission-history/>. Acesso em: 02 abril, 2024.

KERNAN, Mary C.; HANGES, Paul J. Survivor reactions to reorganization: Antecedents and consequences of procedural, interpersonal, and informational justice. **Journal of Applied Psychology**, [s.l.], v. 87, n. 5, p. 916-928, 2002.

KUCH, Isabelle Elisandra *et al.* Análise do Comportamento e Interseccionalidade: Implicações para práticas de pesquisa. **Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis del Comportamiento**, [s.l.], v. 31, n. 2, p. 329-350, 2023.

LEE, Changjoon. Informational justice, cognitive trust, and satisfaction: purchasers' perspective of healthcare distribution market. **Journal of Distribution Science**, [s.l.], v.19, n. 2, p. 5-14, 2021.

LGBTQ RELIGIOUS ARCHIVES NETWORK (LGBTQ-RAN). **LGBTQ Religious Archives Network**. Disponível em: <https://lgbtqreligiousarchives.org/>. Acesso em: 01 jun. 2024.

LOSH, Elizabeth; WERNIMONT, Jacqueline. **Bodies of Information: intersectional feminism and the digital humanities**. Minnesota: University of Minnesota Press, 2018.

LOPES, José Rogério. “Exclusão social” e controle social: estratégias contemporâneas de redução da sujeitidade. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], n. 18 v. 2, p. 13-24; mai./ago. 2006.

LUCCA, Bruno. Brasil registrou 273 mortes violentas de pessoas LGBTQ+ em 2022. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 maio 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/05/brasil-registrou-273-mortes-violentas-de-pessoas-lgbt-em-2022.shtml> Acesso em: 20 ago. 2023.

MARTIRE Alex da Silva; PINA, Amanda Daltro Viveiros. Humanidades Digitais e Jogos Eletrônicos como Meio de Aprendizagem Histórico. *In*: FLEMING, M. I. D’A.; MARTIRE, A. S. (org.). **Humanidades Digitais e arqueologia: o desenvolvimento de o último banquete em Herculano**. São Paulo: MAE/USP, 2019.

MATHIESEN, Kay. Informational Justice: A Conceptual Framework for Social Justice in Library and Information Services. **Library Trends**, [s.l.], v. 64, n. 2, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/lib.2015.0044>.

MAPPING PREJUDICE. **Mapping Prejudice**. Disponível em: <https://mappingprejudice.umn.edu/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

MEDEIROS, Felipe Gabriel Gomes; PRESSER, Nadi Helena. Informação e inclusão social: perspectivas possíveis. **Ciência da Informação em Revista**, [s.l.], v. 7, n. 1, p. 19–33, 2020. DOI: <https://doi.org/10.28998/cirev.2020v7n1b>

MEHRA, Bharat; ALBRIGHT, Kendra S.; RIOUX, Kevin. A practical framework for social justice research in the information professions. **ASIS&T: Proceedings of the American**

Society for Information Science and Technology, [s.l.], v. 43, n. 1, p 1-10, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1002/meet.14504301275>

MCKAY, Susan. Gender justice and reconciliation. **Women's Studies International Forum**, [s.l.], v. 23, n. 5, p. 561–570, 2000.

MICALE, Jennifer; Binghamton University. **Focus on digital humanities**: initiatives bring technology to diverse disciplines, 2021. Disponível em: <https://www.binghamton.edu/news/story/3276/focus-on-digital-humanities-initiatives-bring-technology-to-diverse-disciplines>. Acesso em: 02 fev. 2024.

MILLER, David. **Justiça Social**. Oxford: OUP Oxford, 1979.

MIRANDA, Májory Karoline Fernandes; JACOB, Maria Valquíria Monteiro. Humanidades Digitais e o CImplifica: questões contemporâneas de informação. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 9, n. especial, p. 1-13, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: editora Vozes, 2002.

MONTEIRO, Mario Francisco Giani; ROMIOB, Jackeline Aparecida Ferreira; DREZETTC, Jefferson. Existe diferença de raça/cor do feminicídio no Brasil? a desigualdade das taxas de mortalidade por causas violentas entre mulheres brancas e negras. **Journal of Human Growth and Development**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 358-366, 2021. DOI: <https://doi.org/10.36311/jhgd.v31.12257>

MOURA, Maria Aparecida. Ciência da Informação e humanidades digitais: mediações, agência e compartilhamento de saberes. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 24, n. esp., p. 57-69, jan./mar. 2019.

MOSTAFA, Solange Puntel. **Filosofia da diferença e a ciência da informação**. Rio de Janeiro: e-papers, 2013.

MORAES, Eunice Lea de; SILVA, Lucia Isabel Conceição da. Feminismo negro e a interseccionalidade de gênero, raça e classe. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, [s.l.], v. 7, n. 13, p. 58-75, 2017.

MURRELL, Peter. Toward social justice in urban education: a model of collaborative cultural inquiry in urban schools. **Equity & Excellence in Education**, [s.l.], v. 39, n. 1, p. 81-90, 2006. DOI:10.1080/10665680500478890.

MUSEU DA PESSOA. **Museu da Pessoa**. Disponível em: https://museudapessoa.org/?gad_source=1&gclid=CjwKCAjwhIS0BhBqEiwADAUhc3FkIVYRyrxNpTieukxtZqsJ0IhEgP1_9i1MM_4T84IO-K_IZyGOCxoCQ54QAvD_BwE. Acesso em: 30 jan. 2024.

MYSTIC RIVER WATERSHED ASSOCIATION (MyRWA). **Mystic River Watershed Association**. Disponível em: <https://mysticriver.org/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

NAMATI. **NAMATI**. Disponível em: <https://namati.org/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

NARIKAWA, Thiago Augusto; RODRIGUES, Olira Saraiva. Colcha de retalhos: humanidades digitais e interculturalidade no aprendizado de línguas. **Revista Mediação**, [s.l.], ano 10, n. 13, p. 63-76, 2022.

NASCIMENTO, Ederson. Urbanização, globalização e exclusão social: reflexões a partir do caso brasileiro. **Revista Geográfica de América Central**, [s.l.], v. 2, n. 57, p. 43-67, 2016.

NONPROFIT FINANCE FUND. **Digital Humanities Leaders Working with Nonprofit Finance Fund Receive “Change Capital” from The Mellon Foundation**, 2022. Disponível em: <https://nff.org/news/digital-humanities-leaders-working-nonprofit-finance-fund-receive-change-capital-mellon>. Acesso em: 29 jan. 2024.

OLIVEIRA, Henry Pôncio Cruz; AQUINO, Mirian de Albuquerque. O conceito de informação etnicorracial na Ciência da Informação. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 466-492, 2012.

OLIVEIRA, Luis Felipe Rosa de; MARTINS, Dalton Lopes. O estado da arte em pesquisas sobre Humanidades Digitais no Brasil. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá**, v. 10, n. 1, p. 9-20, jan./jun. 2017.

PERALTA, Carlos E. A justiça ecológica como novo paradigma da sociedade de risco contemporânea. *In: Direito e justiça ambiental* [recurso eletrônico]: diálogos interdisciplinares sobre a crise ecológica / orgs. Carlos E. Peralta, Luciano J. Alvarenga, Sérgio Augustin. - Caxias do Sul, RS: Educus, 2014.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. As Relações com Estados Unidos (2008-2015). *In: DESIDERÁ NETO, Walter et al. (org.). Política externa brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008*. Brasília: Ipea: Funag, 2018.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. Os Objetos Técnicos e seus papéis no horizonte das Humanidades Digitais: um caso para a Ciência da Informação. **Revista Conhecimento em Ação**, [s.l.], v. 1, n. 2, p. 33, 2016.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. Das iniciativas em Humanidades Digitais e suas materialidades: relato de um laboratório em construção contínua. **Memória e Informação**, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 1-14, 2019.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. Por que Humanidades Digitais na Ciência da Informação? Perspectivas pregressas e futuras de uma prática transdisciplinar comum. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 30, n. 2, p. 1-20, 2020.

PRESSE, France. Censura a livros bate recorde nos EUA, denuncia organização. **G1.com**, São Paulo, 23 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/03/23/censura-a-livros-bate-recorde-nos-eua-denuncia-organizacao.ghtml> Acesso em: 20 ago. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

RAWLS, John. **A Theory of Justice**. Cambridge (MA): Belknap, 1999.

RAMOS, Paulo Roberto Barbosa; OLIVEIRA, Izabella dos Santos Jansen Ferreira de. Justiça Social: miragem ou possibilidade? **Revista de Direito Constitucional e Internacional**. [s.l.], v. 97, p. 1-13, 2016.

RATIER, Rodrigo. Nova lei dos EUA censura aulas sobre raça e gênero – e a mordaca pode chegar ao Brasil, diz professor. **Jornal da USP**, São Paulo, 12 set. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/nova-lei-dos-eua-censura-aulas-sobre-raca-e-genero-e-a-mordaca-pode-chegar-ao-brasil-diz-professor/> Acesso em: 20 ago. 2023.

REIS, Alane; LEITE, Naiara; MATOS, Daniela. Feminicídio e Mídia: o racismo patriarcal e a morte das mulheres negras. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 42., 2019, Belém. **Anais [...]** Belém, PA: InterCom, 2019.

REISCH, Michael. Defining Social Justice in a Socially Unjust World. *Families in Society: The Journal of Contemporary Social Services*, [s.l.], v. 83, n. 4, p. 343-354, 2002.

RECTENWALD, Michael. After “Social Justice”: New Paradigms for the Humanities and Social Sciences. **New English Review**, Cleveland, p. 1-14, 2019.

REGO, Arménio; SOUTO, Solange. A percepção de justiça como antecedente do comprometimento organizacional: um estudo luso-brasileiro. **Revista de administração contemporânea**, [s.l.], v. 8, p. 151-177, 2004.

RETIÈRE, Morgane; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. A justiça ecológica em processos de reconfiguração do rural: estudo de casos de neorrurais no estado de São Paulo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s.l.], v. 57, p. 490-503, 2019.

ROBINSON, Lyn; PRIEGO, Ernesto; BAWDEN, David. Library and information science and digital humanities: two disciplines, joint future? *In*: International Symposium on Information Science, 14., 2015, Zadar, Croatia. **Anais [...]** Zadar: University of London, 2015.

ROBINSON, Cedric. **Black Marxism**: the making of the black radical tradition. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2000.

ROMEIRO, Nathália Lima; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Apropriação dos estudos de gênero por trabalhos apresentados nos encontros nacionais de pesquisa em pós-graduação em ciência da informação/ENANCIBs de 2018-2021. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais [...]**, Porto Alegre: UFRGS, 2022.

SAMPLE, Mark. The digital humanities is not about building, it’s about sharing. *In*: TERRAS, M.; NYHAN, J.; VANHOUTTE, E. (ed.). **Defining digital humanities**: a reader. Burlington: Ashgate: Routledge, 2013.

SANTOS, Christiano Jorge; STEMPNIEWSKI, Ligia Penha. Feminicídio e racismo: mulheres negras morrem mais. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, [s.l.], Ano 6, n. 2, p. 267-284, 2020.

SANTOS, Zeni Xavier Siqueira *et al.* Encarceramento da população negra: análise do sistema punitivo brasileiro com base na teoria do Labeling Approach e na Criminologia Crítica. **Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul**, [s.l.], n. 15, p. 105-130, 2016.

SACHS, Wolfgang; SANTARIUS, Tilman. **Un futuro justo**: recursos limitados y justicia global. Barcelona: Icaria, 2007.

SCHUMACHER, Désirée, *et al.* The ups and downs of felt job insecurity and job performance: The moderating role of informational justice. **Work & Stress**, [s.l.], v. 35, n. 2, p. 171-192, 2021.

SCHAFFNER, Jennifer; ERWAY, Ricky. **Does Every Research Library Need a Digital Humanities Center?** Dublin, Ohio: OCLC Research. 2014. Disponível em: <http://www.oclc.org/content/dam/research/publications/library/2014/oclcresearch-digitalhumanities-center-2014.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SEN, Amartya. **Social Exclusion**: concept, application, and scrutiny. Social Development Papers, n.1. Manila, Philippines: Asian Development Bank, 2000.

SENA, Priscila. Justiça informacional em ciência, tecnologia e inovação no Brasil: reflexões e ações necessárias em ciência da informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, [s. l.], v. 28, n. Dossiê Especial, p. 1–19, 2023. DOI: 10.5007/1518-2924.2023.e93046. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/93046>.

SENA, Priscila; VIEIRA, Gabriel de Melo. Bibliotecas em ecossistemas baseados em inovações tecnológicas para Justiça Social. *In*: Daniella Camara Pizarro; Gisela Eggert-Steindel; Ana Maria Pereira. **10 anos do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação**: abordagens e estudo. 1ed. Florianópolis: Selo Nyota, 2023, v. 1, p. 253-267.

SHERA, Jesse. **Introduction to library service**: Basic elements of library service Littleton, CO: Libraries Unlimited, 1976.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnele Carneiro; ROMEIRO, Nathália Lima; FEVRIER, Priscila Rufino; ALVES, Ana Paula Meneses. Justiça para quem? Justiça Social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais[...]** Rio de Janeiro: IBICT; UFRJ, 2021.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnele Carneiro; FEVRIER, Priscila Rufino; ALVES, Ana Paula Meneses. Justiça Social e população negra: um olhar teórico-crítico para Competência em Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, 2022a. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/40060>. Acesso em: 01 ago. 2023.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnele Carneiro; SILVA, Leyde Rodrigues da; FEVRIER, Priscila Rufino; ALVES, Ana Paula Meneses. Construindo caminhos: delineando os princípios da justiça informacional. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB, 2022, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: ANCIB; UFRGS, 2022b.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnele C.; VIEIRA, Gabriel M.; FEVRIER, Priscila R.; ROMEIRO, Nathália L.; ALVES, Ana Paula. Microagressões raciais, poder e privilégio nas bibliotecas: uma análise dos discursos no *The Microaggressions Project* e *Microaggressions in Librarianship*. **Revista Folha de Rosto**, Cariri, v. 2, [s.n.], 2023.

SILVA, Franciéle C. G.; ANDRADE, Diogo R. S. Cartografia das Microagressões de Gênero e Sexualidade: reflexões interseccionais para o ensino bibliotecário. *In: PIZARRO, Daniella C.; EGGERT-STEIDEL, Gisela; PEREIRA, Ana Maria. 10 anos do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação: estudos e abordagens.* Florianópolis: Rocha, 2023.

SILVA, Salette Maria; WRIGHT, Sonia Jay. Uma Reflexão Feminista Sobre o Conceito de Justiça de Gêneros. **Revista de Teorias da Justiça, da Decisão e da Argumentação Jurídica**, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 1-27, 2016.

SLAVE VOYAGES. **Slave Voyages**. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

SOUZA, Dayana de. Relações raciais no Brasil e o genocídio do povo negro. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [s.l.], v. 14, n. 2, p. 190-207, 2022.

SOUSA, Maria Eliane Alves. Justiça de Gênero: uma possível interpretação à luz das esferas de justiça de Michael Walzer. **Revista Direitos Democráticos & Estado Moderno**, [s.l.], n. 3, p. 97-111, 2021.

SPEES, Pam. **Gender Justice and accountability in peace support operations: closing the gaps**. London: International Alert, 2004.

STONE, Margaret; EVANS, Amy C. Social Injustice: Causes & Consequences. **Study.com: Course**, 24 fev. 2022. Disponível em: <https://study.com/learn/lesson/social-injustice-causes-consequences.html> Acesso em: 20 ago. 2023.

SUE, Derald Wing. (ed.). **Microaggressions and marginality: manifestation, dynamics, and impact**. Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., 2010.

SVENSSON, Patrik. Sorting Out the Digital Humanities. *In: SCHREIBMAN, S.; SIEMENS, R.; UNSWORTH, J. (org.). A New Companion to Digital Humanities*. Chichester: John Wiley & Sons, 2016. p. 476-492.

TOBIAS, Mirela Souza; CORREA, Elisa Cristina Delfini. O paradigma social da Ciência da Informação: o fenômeno da pós-verdade e as *fakes news* nas mídias sociais. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 560-579, dez. 2019.

VASCONCELOS, Caê. Pelo 14º ano, Brasil é país que mais mata pessoas trans; foram 131 em 2022. **Uol Cotidiano**, São Paulo, 26 jan. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/01/26/mortes-pessoas-trans-brasil-2022.htm> Acesso em: 20 ago. 2023.

VIEIRA, Gabriel de Melo. **A Universidade Federal de Santa Catarina e o enfrentamento ao racismo institucional: uma análise das políticas de inclusão de estudantes negros**. 2020. 32f. Trabalho de conclusão de Curso (graduação em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/218097>. Acesso em: 12 ago. 2023.

VIEIRA, Gabriel de Melo; GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro; SENA, Priscila Machado Borges. Projetos de humanidades digitais e Justiça Social em África. *In: XXIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB)*, 2023, São Cristóvão. **Anais[...]** São Cristóvão. UFS, 2023.

VIEIRA, Gabriel. **Humanidades Digitais para Justiça Social**: um olhar à Ciência da Informação [Data set]. Zenodo, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.12630202>. Acesso em: 10 set. 2024.

WIEDEMAN, Claudia Ramírez. Teacher preparation, social justice, equity: A review of the literature. **Equity & Excellence in Education**, [s.l.], v. 35, n. 3, p. 200-211, 2002.

WINANT, Howard. **The world is a ghetto**: race and democracy since World War II. New York: Basic Books, 2001.

APÊNCIDES

APÊNDICE A – PRODUTO: SITE “HUMANIDADES DIGITAIS POR JUSTIÇA SOCIAL”

De posse das diretrizes que direcionaram a análise dos resultados apresentados nesta pesquisa e a criação de projetos em HD para Justiça Social, apresentamos o produto desta dissertação. Conforme as imagens apresentadas abaixo é possível compreender os itens que constituem o site intitulado *Humanidades Digitais por Justiça Social* (Figura 15), disponível clicando [aqui](#)⁴.

Este site contém os itens básicos para a criação de um projeto em HD com enfoque na Justiça Social e suas esferas, a saber: Justiça Social, justiça de gênero, justiça ecológica e justiça racial.

Figura 15 - Página inicial do site Humanidades Digitais por Justiça Social, parte 1.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Na página inicial são apresentados links que direcionam para a exploração de projetos hospedados no site. Outro link direcionado para as diretrizes de criação de um projeto que promova a Justiça Social, e outro link para quem desejar divulgar seus projetos em Justiça Social no site.

⁴ Link do Site: <https://bi1980.wixsite.com/hdsporjustica> Acesso em: 02 jul. 2024.

Ainda, estão dispostos os logos da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, do qual esta dissertação é oriunda, bem como o endereço da referida Universidade, conforme Figura 16.

Figura 16 - Página inicial do site Humanidades Digitais por Justiça Social, parte 2.

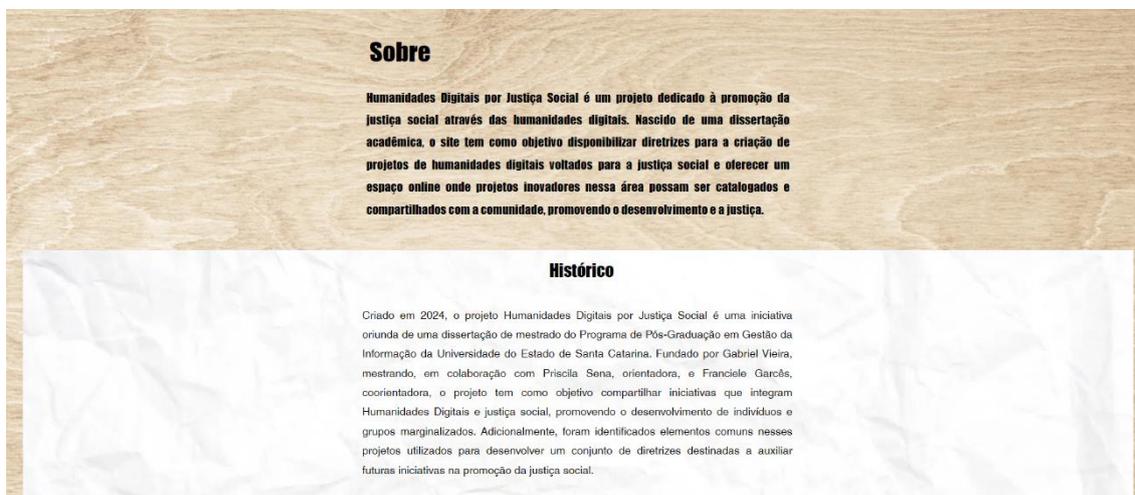


Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Ainda na página inicial foi criada uma pequena descrição das intenções do site com a explanação sobre a promoção da Justiça Social por intermédio do Digital, além do recurso de acessibilidade para pessoas com deficiência, via Língua Brasileira de Sinais (Libras). Entre os itens listados nas diretrizes, o site Humanidades Digitais por Justiça Social também inclui elementos referentes aos idiomas disponíveis, à instituição vinculada ao projeto, à sua localização, à política de acessibilidade e aos termos de uso.

O item “O que somos” submenu “Sobre” destaca o intuito a que o projeto é dedicado, sendo este a disponibilização de projetos e diretrizes que promovem a da Justiça Social através das Humanidades Digitais. Além, nesse submenu é apresentado o “Histórico” de idealização e criação do Humanidades Digitais por Justiça, conforme Figura 17.

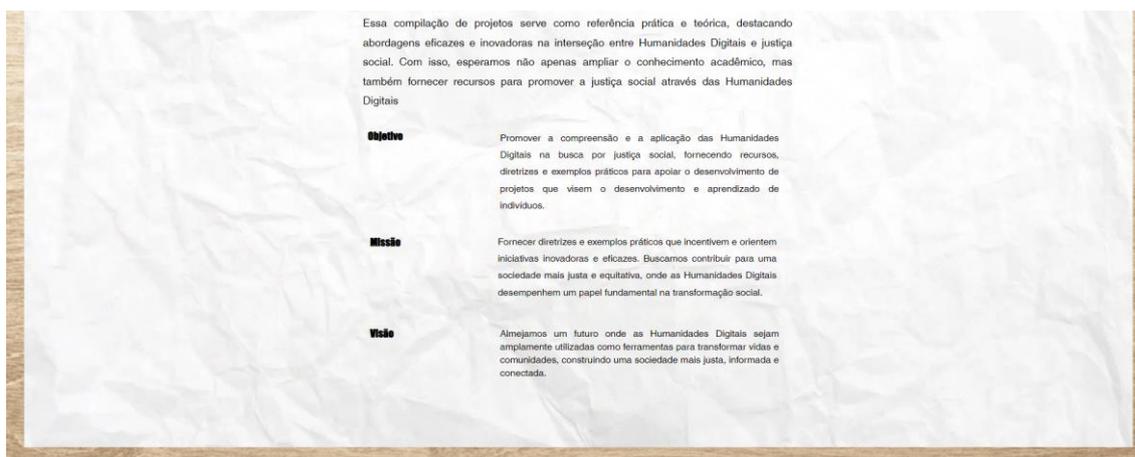
Figura 17 - Item “O que somos” do site Humanidades Digitais por Justiça Social, submenu “Sobre”, parte 1.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Ainda no item “O que somos”, submenu “Sobre”, são descritos o objetivo, missão e visão do site, de acordo com a Figura 18.

Figura 18 - Item “O que somos” do site Humanidades Digitais por Justiça Social, submenu “Sobre”, parte 2.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Também no item “O que somos” submenu “Humanidades Digitais e Justiça Social” - Figura 19, são apresentados seus respectivos conceitos, destacando suas inter-relações e ressaltando que projetos que integram essas abordagens são promotores potenciais do desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

explorar os 13 projetos hospedados no site, divididos nas quatro categorias: Justiça Racial, Justiça de Gênero, Justiça Ecológica e Justiça Informacional.

Figura 21 - Item “Projetos” do site Humanidades Digitais por Justiça Social.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

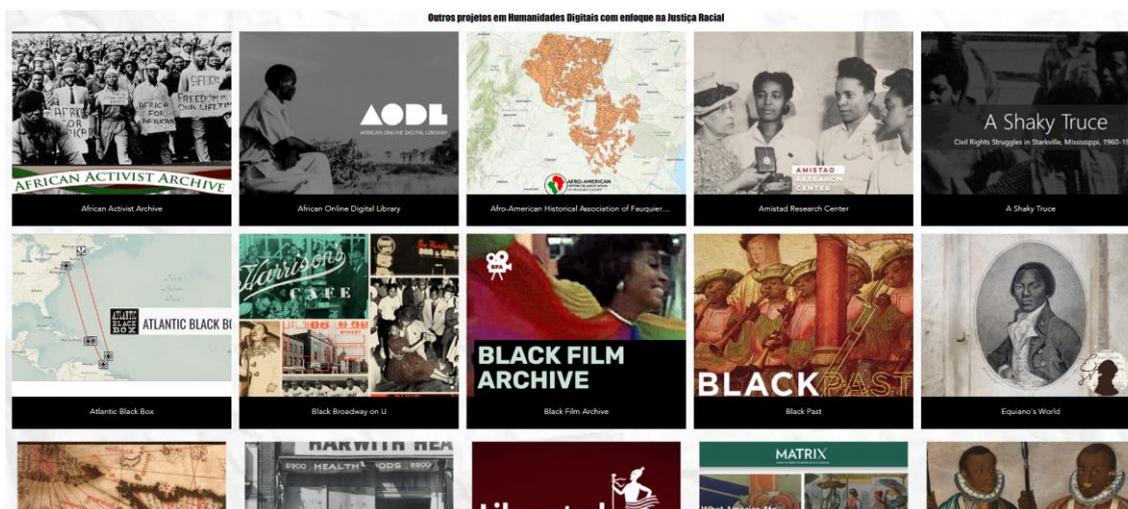
Ainda no item “Projetos” no submenu “Justiça Racial” são enunciados os quatro projetos que compõe essa categoria, são eles: *Mapping Prejudice*, *IDA B. WELLS Just Data Lab*, *Slave Voyages* e *Colored Conventions Project*, além de “Outros projetos em Humanidades Digitais”, conforme as imagens abaixo, Figuras 22 e 23:

Figura 22 - Item “Projetos” do site Humanidades Digitais por Justiça Social, submenu “Justiça Racial”, parte 1.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

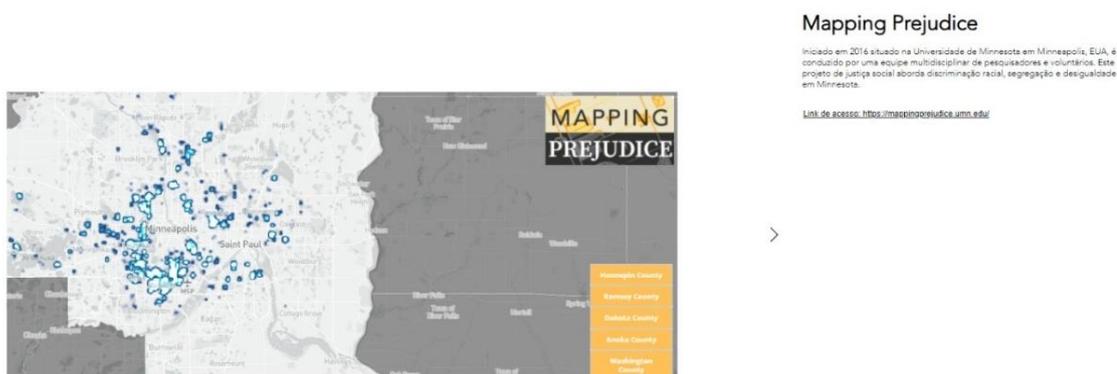
Figura 23 - Item “Projetos” do site Humanidades Digitais por Justiça Social, submenu “Justiça Racial”, parte 2.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

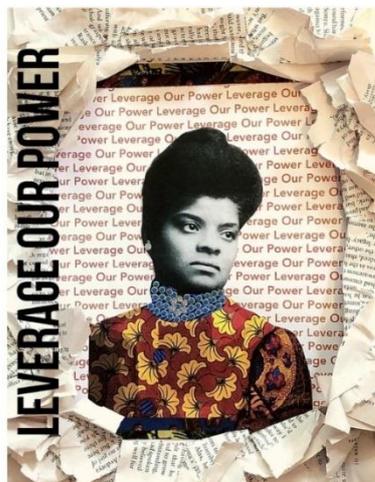
Nas imagens abaixo são detalhados os quatro projetos: *Mapping Prejudice*, *IDA B. WELLS Just Data Lab*, *Slave Voyages* e *Colored Conventions Project*, conforme as imagens abaixo, Figuras 24 a 27:

Figura 24 - *Projeto Mapping Prejudice*.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Figura 25 - Projeto *IDA B. WELLS Just Data Lab*.



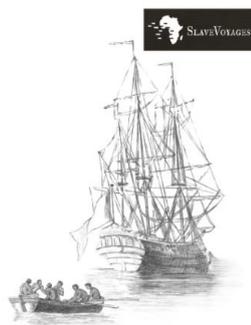
IDA B. WELLS Just Data Lab

Iniciado em 2018 na Universidade de Princeton, sob a liderança da fundadora Ruha Benjamin. Como parte do Centro de Humanidades Digitais de Princeton (CDH), o laboratório utiliza métodos e ferramentas digitais para abordar questões humanísticas, se concentrando em investigar e expor desigualdades raciais em várias áreas da sociedade, incluindo educação, saúde, habitação, justiça criminal, entre outras.

[Link de acesso: https://www.thejustdatalab.com/](https://www.thejustdatalab.com/)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Figura 26 – Projeto *Slave Voyages*.



Slave Voyages

Iniciado em 2008, o projeto "Slave Voyages" se vincula à Universidade Rice, localizada no Texas, Estados Unidos da América. Sob a liderança de David Ebin, o projeto se propõe a explorar e disseminar informações sobre o tráfico transatlântico de escravos.

[Link de acesso: https://www.slavevoyages.org/](https://www.slavevoyages.org/)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Figura 27 – Projeto *Colored Conventions Project*.



Colored Conventions Project

Iniciado em 2012 na Universidade Estadual de Pensilvânia, localizada na Pensilvânia, Estados Unidos da América, o projeto "Colored Conventions Project", é uma iniciativa no campo das humanidades digitais. Sob a liderança de Gabrielle Foreman e Jim Casey, o projeto se destaca como uma contribuição significativa para o ativismo de justiça racial.

Link de acesso: <https://coloredconventions.org/>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

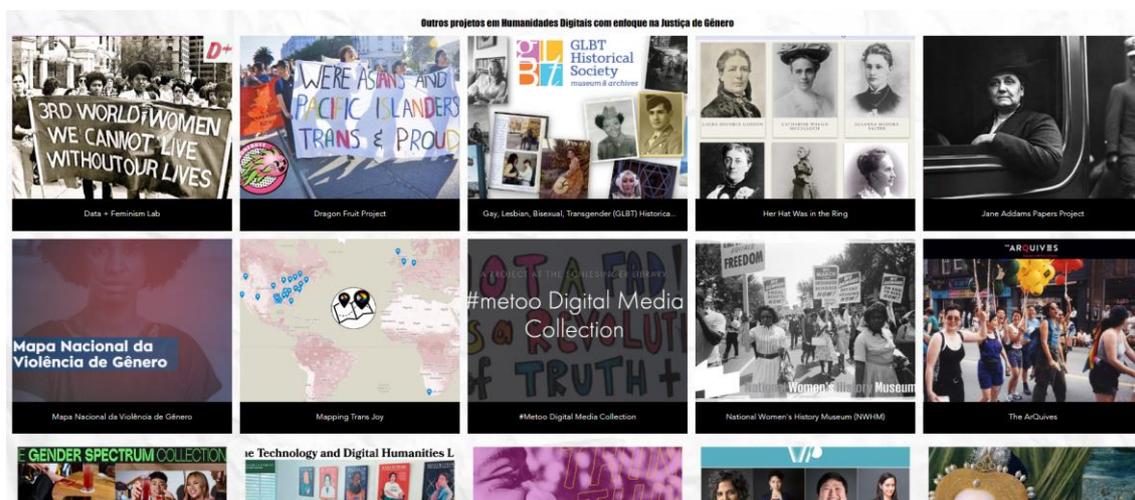
No submenu “Justiça de Gênero”, dentro do item “Projetos”, são apresentados os três projetos que compõem essa categoria, conforme ilustrado nas imagens abaixo (Figuras 28 a 32):

Figura 28 - Item “Projetos” do site Humanidades Digitais por Justiça Social, submenu “Justiça de Gênero”, parte 1.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Figura 29 - Item “Projetos” do site Humanidades Digitais por Justiça Social, submenu “Justiça de Gênero”, parte 2.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Figura 30 - Projeto *Digital Transgender Archive*.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Figura 31 – Projeto *The LGBTQ Religious Archives Network (LGBTQ-RAN)*



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Figura 32 – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis – ABGLT



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O item “Projetos” abriga ainda o submenu da “Justiça Informacional”, no qual são revelados os três projetos que compõe essa categoria, sendo eles: *Dicionário de Favelas Marielle Franco*, *NAMATI* e *Museu da Pessoa*, conforme ilustrado nas figuras abaixo (Figuras 33 a 37).

Figura 33 - Item “Projetos” do site Humanidades Digitais por Justiça Social, submenu “Justiça Informacional”, projetos-referência.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Figura 34 - Item “Projetos” do site Humanidades Digitais por Justiça Social, submenu “Justiça Informacional”, outros projetos em Humanidades Digitais.

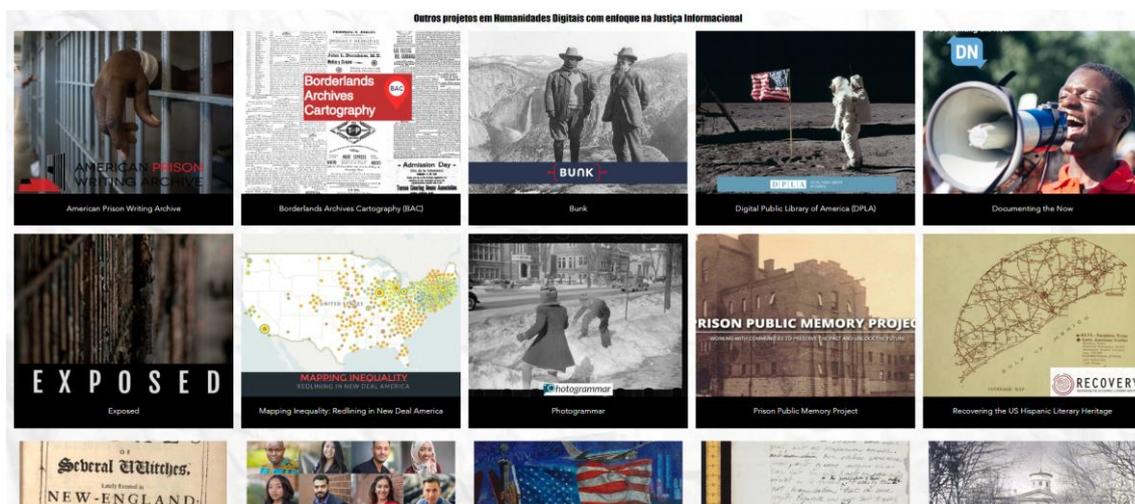


Figura 35 - Projeto Dicionário de Favelas Marielle Franco.



Dicionário de Favelas Marielle Franco

O projeto "Dicionário de Favelas Marielle Franco" iniciou suas atividades em 2019 e é coordenado pela Sorita Fleury, vinculada ao ICICT-Fiocruz, no Rio de Janeiro, Brasil. Ele tem como objetivo central documentar e amplificar as vozes das comunidades marginalizadas, promovendo a igualdade de oportunidades, utilizando da tecnologia para catalogar e preservar a cultura, história e experiências das comunidades faveladas.

Link de acesso:
https://wifavelas.com.br/index.php/Dicof/F3/A/Top_de_Favelas_Marielle_Franco

>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Figura 36 - Projeto *NAMATI*.



NAMATI

O projeto "NAMATI", iniciado em 2012 e sediado em Washington, Distrito de Columbia, é uma iniciativa independente liderada por Vivek Maru, CEO da organização. Seu o título que significa "mostrar algo em uma cura" em sânscrito, o NAMATI é um projeto focado no desenvolvimento de um campo global robusto e baseado em evidências em torno de parâmetros comunitários, capacitação legal e serviços de justiça primária. É o primeiro e único grupo internacional dedicado a esta abordagem.

Link de acesso: <https://namati.org/>

>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Figura 37 - Projeto Museu da Pessoa.



Museu da Pessoa

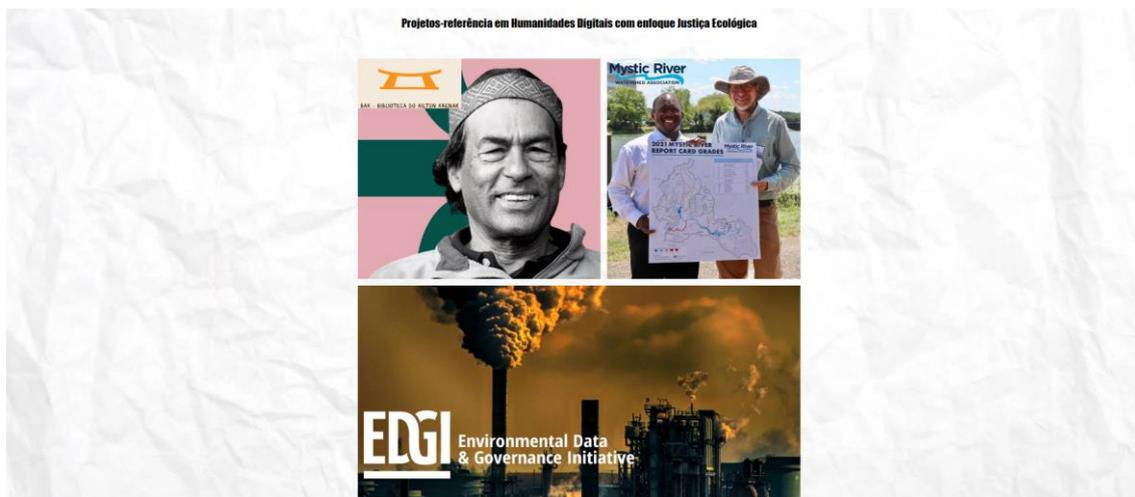
O projeto do "Museu da Pessoa", iniciado em 1999, tem como objetivo central a promoção da inclusão social e o compartilhamento de histórias de vida diversas. Sua fundação ocorreu em São Paulo, Brasil, sendo uma iniciativa independente. Os principais responsáveis pelo projeto são Karen Worzman e Celso Turino, cujo trabalho é fundamental para a manutenção e desenvolvimento das atividades do museu. Uma característica notável do projeto é o seu compromisso com a justiça social, evidenciado pela oportunidade concedida a uma ampla gama de narrativas de vida, visando à inclusão e à compreensão entre diferentes grupos sociais.

[Link de acesso: https://museudapessoa.org/](https://museudapessoa.org/)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

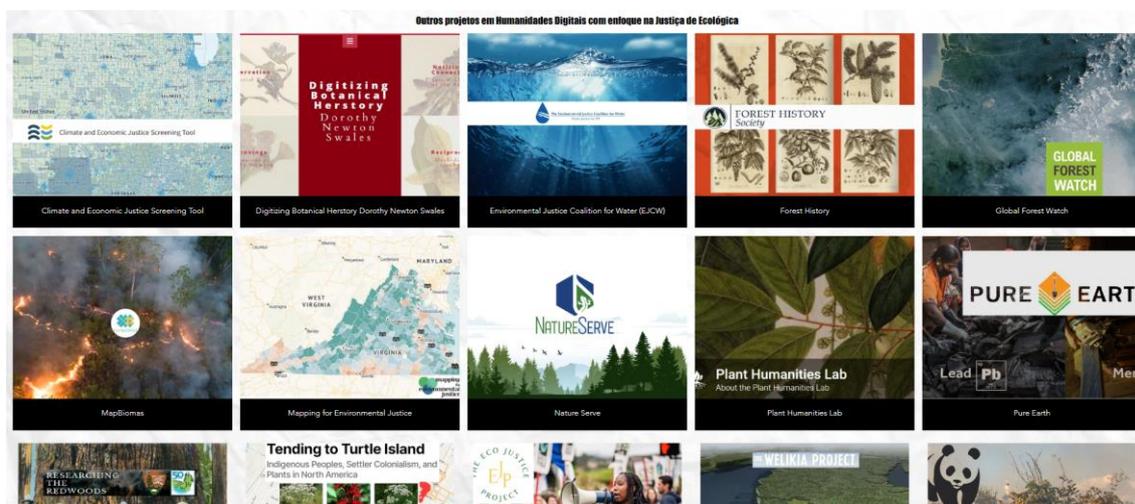
Por fim, o item “Projetos” inclui no submenu “Justiça Ecológica” os três projetos que compõem a categoria, sendo eles: *Biblioteca do Ailton Krenak* (BAK), *Mystic River Watershed Association* (MyRWA), *Environmental Data & Governance Initiative* (EDGI) (Figuras 38 a 42).

Figura 38 - Item “Projetos” do site Humanidades Digitais por Justiça Social, submenu “Justiça Ecológica”.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Figura 39 - Item “Projetos” do site Humanidades Digitais por Justiça Social, submenu “Justiça Ecológica”, outros projetos em Humanidades Digitais.



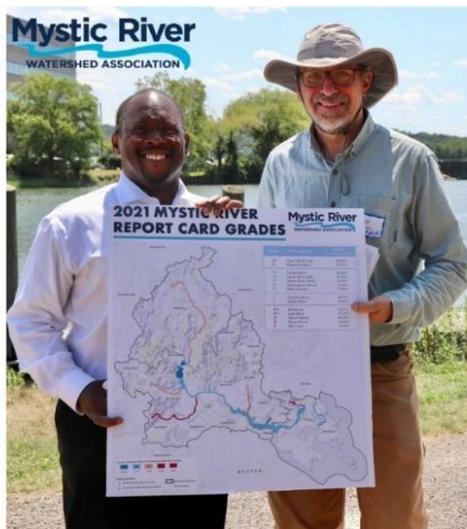
Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Figura 40 - Projeto Biblioteca do Ailton Krenak (BAK).



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Figura 41 – Projeto *Mystic River Watershed Association (MyRWA)*



Mystic River Watershed Association (MyRWA)

O projeto "Mystic River Watershed Association (MyRWA)" foi iniciado em 1972 com apoio da Tufts University, Arlington, Massachusetts, sob a liderança de Nasser Brahmi, Presidente do Conselho. O MyRWA concentra seus esforços na proteção e melhoria do ambiente natural, incorporando ferramentas e métodos digitais em suas operações, incluindo mapeamento geoespacial, análise de dados ambientais e comunicação online, para ampliar o alcance da comunidade e disseminar informações sobre questões ambientais.

Link de acesso: <https://myriver.org/>

>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Figura 42 – Projeto *Environmental Data & Governance Initiative (EDGI)*.



Environmental Data & Governance Initiative (EDGI)

O Environmental Data & Governance Initiative (EDGI) surgiu em 2016 pela Northeastern University, sediada em San Francisco, Califórnia, Estados Unidos. Sob a liderança de Gretchen Gierke, cofundadora e líder do programa, o EDGI trabalha na interseção entre justiça ecológica e justiça de dados, visando promover equidade no acesso e uso de dados ambientais.

Link de acesso: <https://envirodata.org/>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

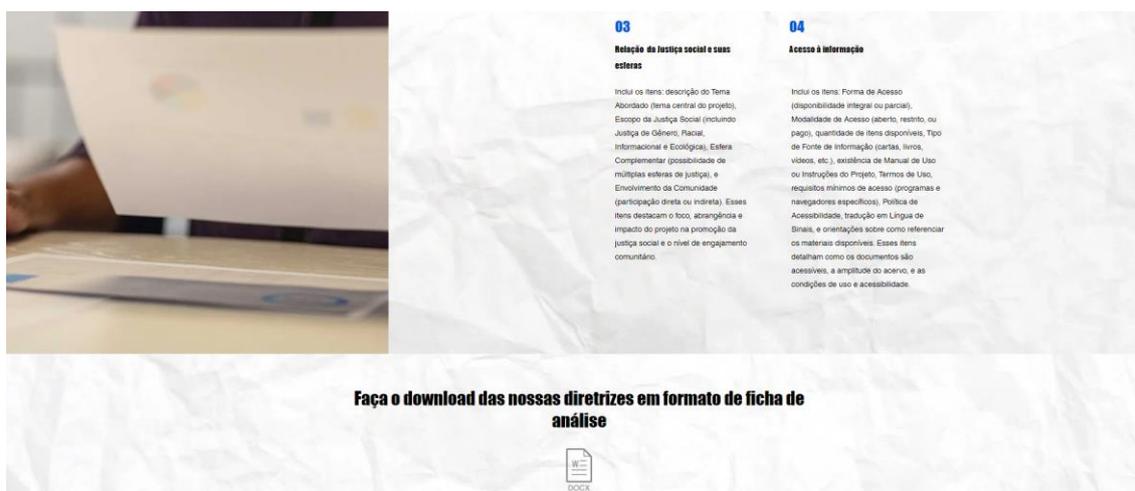
O item “Diretrizes” contém instruções destinadas a auxiliar na criação de projetos de Humanidades Digitais que promovam a Justiça Social, conforme as Figuras 43 e 44.

Figura 43 - Item “Diretrizes” parte 1.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Figura 44 - Item “Diretrizes” parte 2.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Conforme ilustrado nas figuras 43 e 44, este item apresenta as quatro categorias que compõem a Ficha de Análise de Projetos em Justiça Social e Humanidades Digitais, junto com suas descrições: Perfilamento do Projeto, Conteúdo do Projeto, Relação com a Justiça Social e suas Esferas, e Acesso à Informação. Além disso, há uma indicação para download do arquivo completo da ficha de análise em formato DocX, contendo todas as diretrizes.

Além dos itens mencionados anteriormente, outros elementos foram incorporados ao site, como os itens “Programas e ações” dedicadas à divulgação das atividades a serem

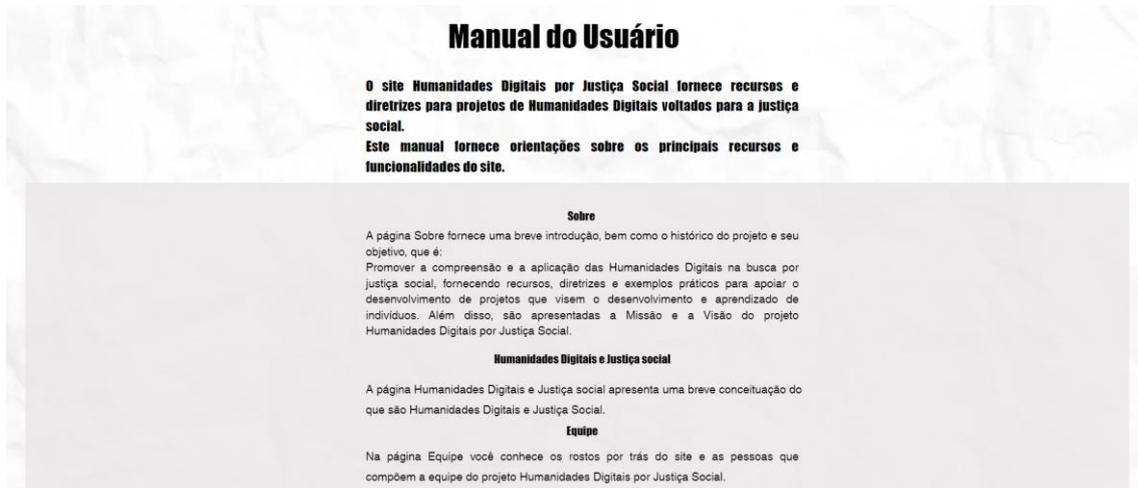
realizadas, e “Eventos”, focado na promoção dos eventos organizados pelo projeto Humanidades Digitais por Justiça Social.

Por fim, é apresentado o submenu do item “Instruções de uso”, composto por “Manual do usuário”, “Requisitos mínimos”, e “Como nos referenciar”. e “Divulgar projeto”. Na seção *Manual dos usuários* – Figuras 45 e 46, são apresentadas as instruções de uso do site. A aba “Requisitos mínimos” – Figura 47, se refere aos requisitos mínimos para acesso ao site oriundo da dissertação.

Como nos referenciar – Figura 48, é a aba que apresenta como o site deve ser citado, a saber:

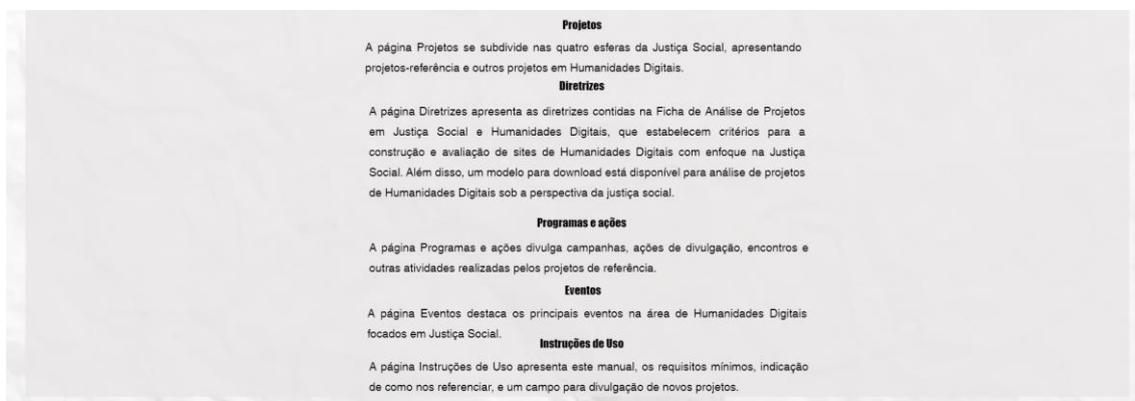
VIEIRA, Gabriel de Melo; SENA, Priscila Machado Borges; GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro. **Humanidades Digitais por Justiça Social**. Florianópolis, SC: Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, Universidade do Estado de Santa Catarina, 2024.

Figura 45 - Submenu do item “Instruções de uso”, composto por “Manual do usuário”, parte 1.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Figura 46 - Submenu do item “Instruções de uso”, composto por “Manual do usuário”, parte 2.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Figura 47 - Submenu do item “Instruções de uso”, composto por “Requisitos Mínimos”.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Figura 48 - Submenu do item “Instruções de uso”, composto por “Como nos referenciar”.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A aba “Divulgar projeto” convida o usuário a interagir ao enviar projetos de Humanidades Digitais com enfoque em Justiça Social para compor a nossa coleção, conforme a Figura 49.

Figura 49 - Submenu do item “Instruções de uso”, aba “Divulgar projeto”.

[Início](#)
[O que somos](#)
[Equipe](#)
[Projetos](#)
[Diretrizes](#)
[Programas e ações](#)
[Eventos](#)
[Instruções de uso](#)

Divulgue projetos

Envie projetos de Humanidades Digitais com enfoque em Justiça Social para que possamos analisá-los e incluí-los em nossa coleção.

Nome Sobrenome

Email *

Envie sua mensagem com o link do projeto

Idiomas
 ENDEREÇO
 Av. Madre Benvenuta, 2007
 Itacorubi, Florianópolis / SC
 CEP: 88.035-001

UDESC
 UNIVERSIDADE
 DO ESTADO DE
 SANTA CATARINA

PPG Info
 Programa de Pós-Graduação
 em Ciência da Informação

Termos de uso
 Política de Acessibilidade

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Ao analisarmos diversos projetos de Humanidades Digitais voltados para a Justiça Social, observamos similaridades entre essas iniciativas. Nesse sentido, a construção dessas diretrizes elenca itens indispensáveis a serem incluídos em sites de projetos que promovam a Justiça Social, fornecendo uma estrutura organizada e objetiva que facilita a criação e a avaliação de tais projetos. Além disso, ao abordar de forma clara aspectos essenciais como perfilamento do projeto, conteúdo, acesso à informação e a relação com as esferas da Justiça Social, essas diretrizes, através da ficha de análise, asseguram que os projetos estejam alinhados com os objetivos de promoção da Justiça Social por meio de recursos digitais.

APÊNDICE B - FICHAS DE ANÁLISE DOS PROJETOS ANALISADOS

1 - *Mystic River Watershed Association* (MyRWA)

FICHA DE ANÁLISE DE PROJETOS EM JUSTIÇA SOCIAL E HUMANIDADES DIGITAIS			
Perfilamento do projeto	1	Data de início	1972
	2	Título do projeto	<i>Mystic River Watershed Association</i> (MyRWA)
	3	Link de acesso	https://mysticriver.org
	4	Instituição de vínculo	<i>Tufts University</i>
	5	Localização (Cidade, país)	Arlington, Massachusetts
	6	Principal responsável	Nasser Brahim – Presidente do Conselho
	7	Identifica-se como projeto em Justiça Social	Consta - se dedica a promover a proteção e a melhoria do ambiente natural e dos recursos hídricos na bacia do rio Mystic.
	8	Identifica-se como projeto em HD	NC. Entretanto, utiliza ferramentas e métodos digitais em suas atividades, como mapeamento geoespacial, análise de dados ambientais e comunicação online para envolver a comunidade e divulgar informações sobre questões ambientais.
	9	Forma de financiamento	Consta - doações de indivíduos locais, subsídios governamentais, fundações e instituições, eventos e outros.
Conteúdo do projeto	10	Histórico	Nasceu da colaboração entre a comunidade e acadêmicos preocupados com o futuro do Rio Mystic e sua bacia hidrográfica, uma área historicamente vital e lar de diversas comunidades indígenas
	11	Objetivo	Proteger e restaurar a bacia hidrográfica do Rio Mystic, garantindo sua saúde e vitalidade para as gerações presentes e futuras.
	12	Missão	Proteger e melhorar a bacia hidrográfica do Rio Mystic, promovendo a conservação, a restauração e o uso sustentável de seus recursos naturais.
	13	Visão	Visa obter uma bacia hidrográfica que proporcione água limpa e segura, habitats naturais vibrantes, recreação saudável e conexão comunitária, contribuindo para a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas e da vida selvagem em toda a região.
	14	Eventos	Consta – apresentados em forma de calendário.
	15	Programas/ações desenvolvidos	Programa educacional da Mystic River - oferece uma abordagem prática para explorar conceitos de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática em escolas locais. Se concentra na compreensão do impacto humano na saúde do ecossistema, especialmente relacionado à qualidade da água, biodiversidade e resiliência climática na bacia hidrográfica do Rio Mystic. Mystic Greenways Initiative - visa conectar 40 quilômetros de caminhos e melhorar centenas de hectares de parques ao longo da bacia hidrográfica do Rio Mystic até o porto de Boston. Esta rede de vias verdes promoverá transporte ativo, recreação e resiliência climática, beneficiando mais de 600.000 residentes.
	16	Idioma	Inglês – apresenta 52 opções de idiomas do Alemão a Vietnamita.
	17	Forma de recuperação da informação	Busca simples por termos.
Relação da Justiça Social e suas esferas	18	Tema abordado	Se dedica à proteção e melhoria do Rio Mystic e de sua bacia hidrográfica.
	19	Escopo da Justiça Social	Justiça ecológica - busca melhorar o acesso a espaços verdes e recreativos ao longo da bacia hidrográfica do Rio Mystic, uma área que abrange diversas comunidades.

	20	Esfera complementar, caso houver	Justiça informacional – visa dar as comunidades locais o acesso às informações relevantes sobre o projeto, incluindo seus objetivos, impactos potenciais e oportunidades de participação afim de facilitar o acesso à informação e à participação na tomada de decisões.
	21	Envolvimento da comunidade	Consta- envolve a participação da comunidade local ao longo do rio.
Acesso à informação	22	Forma de acesso	Documentos na íntegra e/ou link de acesso.
	23	Modalidade de acesso	Acesso aberto.
	24	Quantidade de itens disponíveis	NC.
	25	Tipo de fonte de informação	Mapas, brochuras informativas, relatórios, artigos, guias, entre outros.
	26	Informa Manual de uso ou instruções do projeto	NC.
	27	Informa termos de uso	NC.
	28	Apresenta requisitos mínimos para acesso ao conteúdo	NC.
	29	Apresenta Política de Acessibilidade	NC.
	30	Apresenta tradução em Língua de Sinais	NC.
	31	Informação de como referenciar	NC.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

2 - LGBTQ Religious Archives Network (LGBTQ-RAN)

FICHA DE ANÁLISE DE PROJETOS EM JUSTIÇA SOCIAL E HUMANIDADES DIGITAIS			
Perfilamento do projeto	1	Data de início	2001
	2	Título do projeto	<i>LGBTQ Religious Archives Network (LGBTQ-RAN)</i>
	3	Link de acesso	https://lgbtqreligiousarchives.org/
	4	Instituição de vínculo	NC.
	5	Localização (Cidade, país)	Chicago, Illinois
	6	Principal responsável	Mark Bowman - Diretor-executivo
	7	Identifica-se como projeto em Justiça Social	Consta – busca a igualdade, a inclusão e o reconhecimento das experiências LGBTQ+ em contextos religiosos.
	8	Identifica-se como projeto em HD	NC – Entretanto, utiliza de ferramentas das Humanidades Digitais em suas práticas para cumprir sua missão de preservar e disponibilizar a história LGBTQ+ como
	9	Forma de financiamento	Doações, parcerias e colaboração de indivíduos, organizações, fundações e instituições que apoiam sua missão e iniciativas.
Conteúdo do projeto	10	Histórico	O LGBTQ-RAN, iniciado em 2001 como um projeto do Seminário Teológico de Chicago e posteriormente hospedado no Centro de Estudos LGBTQ e de Gênero em Religião em Berkeley, Califórnia, até 2020, é um arquivo virtual que não coleta registros físicos, mas atua como um centro de recursos facilitando a preservação da história LGBTQ+ religiosa e o acesso à informação histórica. Desde 1º de julho de 2020, tornou-se uma organização de caridade independente, com o objetivo de garantir a preservação e acessibilidade das vozes e experiências de uma diversidade de líderes e grupos religiosos LGBTQ+.
	11	Objetivo	Auxiliar líderes e grupos religiosos LGBTQ na preservação de seus registros e documentos, além de fornecer um centro de informação eletrônica para essas coleções de arquivos e outros dados históricos sobre a história religiosa LGBTQ, disponibilizando-os para historiadores, pesquisadores e outros interessados.
	12	Missão	Coordenar e apoiar a identificação, coleta e preservação de documentos pessoais e registros organizacionais relacionados aos movimentos religiosos LGBTQ+
	13	Visão	É um empreendimento inovador na preservação da história e no incentivo ao estudo acadêmico de movimentos religiosos de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e queer (LGBTQ) em todo o mundo.
	14	Eventos	Consta – lista de eventos passados e futuros.
	15	Programas/ações desenvolvidos	Galeria de Perfis – conta com mais de 600 esboços biográficos de pessoas que foram líderes ou iniciadores proeminentes em movimentos religiosos LGBTQ+ em todo o mundo. Histórias orais - fornece entrevistas detalhadas com mais de 70 líderes de movimentos religiosos LGBTQ+ em formato de áudio e transcrição de entrevistas. Catálogo de Coleções - disponibiliza mais de 400 coleções de fontes primárias de ou sobre organizações ou ativistas religiosos LGBTQ+.
	16	Idioma	Inglês
	17	Forma de recuperação da informação	Busca simples por termo, título, autor ou palavra-chave.

Relação da Justiça Social e suas esferas	18	Tema abordado	Preservação da história LGBTQ+ religiosa
	19	Escopo da Justiça Social	Justiça gênero - aborda questões relacionadas à justiça de gênero, contribuindo para uma compreensão mais ampla das interseções entre sexualidade, gênero e religião.
	20	Esfera complementar, caso houver	Justiça informacional – visa garantir o acesso equitativo à informação sobre a história LGBTQ+ religiosa e ao reconhecer os direitos das pessoas de participarem na preservação e disseminação dessa informação
	21	Envolvimento da comunidade	Consta – através da contribuição de documentos, registros, fotografias e outros recursos relacionados à história LGBTQ+ religiosa para o arquivo
Acesso à informação	22	Forma de acesso	Documento na íntegra ou link para o documento
	23	Modalidade de acesso	Acesso aberto.
	24	Quantidade de itens disponíveis	NC.
	25	Tipo de fonte de informação	Cartas, correspondências, livros, artigos, fotografias, vídeos, jornais, artes, materiais culturais, entre outros.
	26	Informa Manual de uso ou instruções do projeto	NC.
	27	Informa termos de uso	NC.
	28	Apresenta requisitos mínimos para acesso ao conteúdo	NC.
	29	Apresenta Política de Acessibilidade	Consta - apresenta recursos de acessibilidade, ferramentas de aumento de texto, opções de contraste, legendas para conteúdo de áudio e vídeo, e alternativas textuais para imagens.
	30	Apresenta tradução em Língua de Sinais	NC.
	31	Informação de como referenciar	NC.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

3 - *Slave Voyages*

FICHA DE ANÁLISE DE PROJETOS EM JUSTIÇA SOCIAL E HUMANIDADES DIGITAIS			
Perfilamento do projeto	1	Data de início	2008
	2	Título do projeto	<i>Slave Voyages</i>
	3	Link de acesso	https://www.slavevoyages.org/
	4	Instituição de vínculo	Universidade Rice
	5	Localização (Cidade, país)	Texas, Estados Unidos da Américas
	6	Principal responsável	David Eltis
	7	Identifica-se como projeto em Justiça Social	Consta – É possível identificá-lo como um projeto de Justiça Social, pois ele disponibiliza ferramentas educacionais e se dedica a fornecer recurso público e acessível para a compreensão do tráfico transatlântico de escravizados.
	8	Identifica-se como projeto em HD	Consta – Ao utilizar iniciativas digitais para preservar, analisar e disseminar informações históricas de maneira acessível e interativa.
	9	Forma de financiamento	Como principais financiadores estão universidades como a Universidade Rice, Universidade Emory, Universidade da Califórnia, Universidade de Harvard, Museu Nacional de História e Cultura Afro-Americana e o Omohundro Institute of Early American History & Culture. Além de doações públicas e privadas.
Conteúdo do projeto	10	Histórico	O projeto teve sua iniciativa de mapear e documentar a extensão do comércio transatlântico de escravizados em 1960. E sua digitalização foi iniciada na década de 1990 com a acessibilidade das tecnologias digitais.
	11	Objetivo	Mapear e documentar o comércio transatlântico de escravizados, desde o século XVI até o século XIX, através da coleta e análise de dados sobre expedições de navios negreiros.
	12	Missão	Fornecer uma compreensão do comércio transatlântico de escravizados, desde o século XVI até o século XIX, através da coleta, organização e análise de dados sobre expedições de navios negreiros
	13	Visão	Promover um entendimento global e holístico do comércio transatlântico de escravos, contribuindo para uma consciência histórica sobre as origens e consequências desse sistema.
	14	Eventos	Conferências, seminários, exposições e workshops como, por exemplo, o "Oceans of Kinfolk".
	15	Programas/ações desenvolvidos	Planos de aula para professores sobre o comércio transatlântico de escravizados e treinamento de pesquisadores para usar os bancos de dados do Slave Voyages e aplicar metodologias de pesquisa histórica.
	16	Idioma	Português, Inglês e Espanhol.
	17	Forma de recuperação da informação	Busca simples por título, autor ou palavra-chave
Relação da Justiça Social e suas esferas	18	Tema abordado	Comércio transatlântico de escravizados
	19	Escopo da Justiça Social	Justiça racial - Reconhecimento histórico do tráfico de escravizados e valorizando as comunidades afrodescendentes, promovendo educação e conscientização sobre racismo.
	20	Esfera complementar, caso houver	Justiça informacional – Promove acesso livre e gratuito a dados detalhados, preservando e ampliando a memória coletiva e o conhecimento histórico.
	21	Envolvimento da comunidade	Envolve comunidade global de acadêmicos, pesquisadores, historiadores e voluntários interessados na documentação e compreensão do tráfico transatlântico de escravizados.
Acesso à informação	22	Forma de acesso	Documento parcial. Apesar de o projeto disponibilizar informações sobre viagens de escravizados transatlânticas e dados sobre navios,

			datas, números de escravizados, os registros históricos completos e os documentos originais não estão disponíveis na íntegra no site.
23	Modalidade de acesso		Acesso aberto
24	Quantidade de itens disponíveis		NC
25	Tipo de fonte de informação		Registros, documentos históricos, dados estatísticos, mapas, artigos, artefatos e vídeos.
26	Informa Manual de uso ou instruções do projeto		Consta – Na seção de Perguntas Frequentes (FAQs), há instruções sobre como consultar, visualizar resultados, mapas estatísticos dos bancos de dados, fazer downloads, entre outras instruções.
27	Informa termos de uso		Consta – O projeto inclui uma seção jurídica que aborda suas condições de uso.
28	Apresenta requisitos mínimos para acesso ao conteúdo		NC
29	Apresenta Política de Acessibilidade		NC
30	Apresenta tradução em Língua de Sinais		NC
31	Informação de como referenciar		Consta – Na seção de Perguntas Frequentes (FAQs), há instruções de como citar ensaios, textos e banco de dados encontrados no site.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

4 - NAMATI

FICHA DE ANÁLISE DE PROJETOS EM JUSTIÇA SOCIAL E HUMANIDADES DIGITAIS			
Perfilamento do projeto	1	Data de início	2012
	2	Título do projeto	NAMATI – que em sânscrito significa “moldar algo em uma curva”.
	3	Link de acesso	https://namati.org/
	4	Instituição de vínculo	Organização independente, não se vinculada a nenhuma instituição específica.
	5	Localização (Cidade, país)	Washington, Distrito de Colúmbia.
	6	Principal responsável	Vivek Maru - CEO
	7	Identifica-se como projeto em Justiça Social	Consta – voltado para desenvolver um campo global robusto e baseado em evidências em torno de paralegais comunitários, capacitação legal e serviços de justiça primária. Primeiro e único grupo internacional dedicado a esta abordagem.
	8	Identifica-se como projeto em HD	NC. Entretanto, faz uso de tecnologias digitais para ampliar seu alcance e impacto, tais como capacitação, mapeamento digital, e tecnologia da comunicação.
	9	Forma de financiamento	Doações de fundações, organizações filantrópicas, agências governamentais, doações individuais e parcerias com outras organizações não governamentais e instituições multilaterais.
Conteúdo do projeto	10	Histórico	Em 2003, Vivek Maru, CEO da Namati, co-fundou o Timap for Justice, um programa paralegal comunitário na Serra Leoa, após uma guerra civil brutal. Com menos de 100 advogados no país, a maioria em Freetown, o Timap trouxe justiça para comunidades através de paralegais, resolvendo desde casos de violência doméstica até problemas comunitários. O sucesso do Timap for Justice foi reconhecido internacionalmente como um modelo inovador. Em 2012, a Namati foi fundada para expandir esse modelo globalmente, e se destaca por desenvolver um campo global robusto e baseado em evidências em torno de paralegais comunitários, capacitando legalmente comunidades e fornecendo serviços de justiça primária, sendo pioneira nessa abordagem.
	11	Objetivo	Se dedica a colocar o poder da lei nas mãos das pessoas.
	12	Missão	Promovemos a Justiça Social e ambiental construindo um movimento de pessoas que conhecem, usam e moldam a lei.
	13	Visão	Busca um mundo onde as comunidades tenham o conhecimento, os recursos e o poder para reivindicar e garantir justiça para si mesmas, contribuindo assim para a construção de sociedades mais justas e equitativas.
	14	Eventos	NC.
	15	Programas/ações desenvolvidos	Empoderamento legal – enfrentamento da corrupção e dos desequilíbrios acentuados de poder através da rede de justiça popular. Trabalho com as comunidades e as justças de bases - protegem as terras comunitárias, fazem cumprir a legislação ambiental e garantem direitos básicos à saúde e à cidadania. Justiça fundiária e ambiental - Programa de Proteção de Terras Comunitárias - apoia as comunidades na utilização de leis fundiárias nacionais para proteger as suas terras consuetudinárias e indígenas. Justiça de Cidadania - Direitos de Cidadania: treina líderes comunitários de grupos historicamente apátridas que continuam a lutar contra uma cidadania ineficaz. Auxiliam as pessoas a adquirir e usar documentos de identidade e também a acompanhar cada caso para monitorar a implementação das leis nesta área.
16	Idioma	Inglês.	

	17	Forma de recuperação da informação	Consta - busca simples por título, autor ou palavra-chave, bem como, busca avançada por combinação de termos, tipo de documento, categorias e região.
Relação da Justiça Social e suas esferas	18	Tema abordado	Lutar para proteger os direitos básicos
	19	Escopo da Justiça Social	Justiça informacional – busca promover a igualdade de acesso à justiça e aos direitos legais para comunidades marginalizadas e desfavorecidas através de informações.
	20	Esfera complementar, caso houver	Justiça ecológica – atua capacitando comunidades para entender e defender seus direitos legais em relação ao meio ambiente, além de enfrentar os desafios ambientais, como a degradação do meio ambiente, desmatamento, poluição da água e do ar, e acesso inadequado aos recursos naturais.
	21	Envolvimento da comunidade	Consta - abordagem centrada na comunidade.
Acesso à informação	22	Forma de acesso	Materiais na íntegra e/ou link de acesso.
	23	Modalidade de acesso	Acesso aberto.
	24	Quantidade de itens disponíveis	NC.
	25	Tipo de fonte de informação	Livros, artigos, fotografias, vídeos, textos, resumos de políticas, ensaios, entrevistas, notícias, histórias.
	26	Informa Manual de uso ou instruções do projeto	NC.
	27	Informa termos de uso	NC.
	28	Apresenta requisitos mínimos para acesso ao conteúdo	NC.
	29	Apresenta Política de Acessibilidade	Consta – desde acessibilidade física nas instalações, para que sejam acessíveis para pessoas com deficiência, incluindo rampas de acesso, portas largas o suficiente para cadeiras de rodas, banheiros adaptados e estacionamento acessível, quanto acessibilidade digital e diferentes formas de assegurar que o conteúdo digital produzidos sejam acessíveis para pessoas com deficiência visual ou auditiva.
	30	Apresenta tradução em Língua de Sinais	NC.
	31	Informação de como referenciar	NC.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

5 - Colored Conventions Project

FICHA DE ANÁLISE DE PROJETOS EM JUSTIÇA SOCIAL E HUMANIDADES DIGITAIS			
Perfilamento do projeto	1	Data de início	2012
	2	Título do projeto	<i>Colored Conventions Project</i>
	3	Link de acesso	https://coloredconventions.org/
	4	Instituição de vínculo	Universidade Estadual da Pensilvânia
	5	Localização (Cidade, país)	Pensilvânia, Estados Unidos da América
	6	Principal responsável	Gabrielle Foreman e Jim Casey
	7	Identifica-se como projeto em Justiça Social	Consta - O projeto propõe atender o ativismo da Justiça Social em estudos e pesquisas.
	8	Identifica-se como projeto em HD	Consta - Se identifica nas informações de doação que o projeto é de humanidades digitais.
	9	Forma de financiamento	Universidade Estadual da Pensilvânia, National Endowment for the Humanities (NEH), Mellon Foundation e através de doações públicas e privadas.
Conteúdo do projeto	10	Histórico	A ideia do projeto surgiu durante as aulas de pós-graduação, onde o foco era trazer à tona a história das convenções de pessoas negras do século XIX através de meios digitais.
	11	Objetivo	Digitalizar a história de décadas da organização negra do século XIX.
	12	Missão	Recuperar, preservar e compartilhar a história das convenções de pessoas negras do século XIX.
	13	Visão	Promover através da história afro-americana as realizações e lutas das comunidades negras durante o século XIX.
	14	Eventos	Promovem eventos programados como workshops, simpósios e chamadas para expor novos projetos. Como por exemplo, o simpósio híbrido "The Making of a Social Movement" focado na arte retórica e dinâmica das Convenções de Coloridos e na América negra do século XIX.
	15	Programas/ações desenvolvidos	Propõe programas e ações com professores e instituições de ensino em toda a América do Norte para integrar o estudo das convenções negras nos currículos educacionais.
	16	Idioma	Inglês
	17	Forma de recuperação da informação	Busca avançada por combinação de termos.
Relação da Justiça Social e suas esferas	18	Tema abordado	História da organização negra do século XIX
	19	Escopo da Justiça Social	Justiça racial - Recupera e compartilha a história negligenciada das convenções de pessoas negras do século XIX.
	20	Esfera complementar, caso houver	Justiça informacional - Permite que mais pessoas conheçam e estudem sobre as convenções de pessoas negras do século XIX ao dar acesso a documentos históricos.
	21	Envolvimento da comunidade	Através de eventos como workshops e encontros a comunidade está presente no projeto, além da possibilidade de doar para que os estudantes deem continuidade ao projeto.
Acesso à informação	22	Forma de acesso	O projeto disponibiliza os documentos na íntegra sempre que possível.
	23	Modalidade de acesso	Acesso aberto
	24	Quantidade de itens disponíveis	NC.
	25	Tipo de fonte de informação	Atas, procedimentos, artigos de jornais, discursos, cartas, transcrições e imagens.

	26	Informa Manual de uso ou instruções do projeto	Consta, o projeto possui uma seção “como usar este site”.
	27	Informa termos de uso	NC.
	28	Apresenta requisitos mínimos para acesso ao conteúdo	NC.
	29	Apresenta Política de Acessibilidade	NC.
	30	Apresenta tradução em Língua de Sinais	NC.
	31	Informação de como referenciar	NC.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

6 - Mapping Prejudice

FICHA DE ANÁLISE DE PROJETOS EM JUSTIÇA SOCIAL E HUMANIDADES DIGITAIS			
Perfilamento do projeto	1	Data de início	2016
	2	Título do projeto	<i>Mapping Prejudice</i>
	3	Link de acesso	https://mappingprejudice.umn.edu/
	4	Instituição de vínculo	Universidade de Minnesota
	5	Localização (Cidade, país)	Minneapolis, Estados Unidos da América
	6	Principal responsável	NC – Não tem um principal responsável, mas sim uma equipe multidisciplinar de pesquisadores e voluntários
	7	Identifica-se como projeto em Justiça Social	Consta – Ao abordar questões de discriminação racial, segregação e desigualdade no estado de Minnesota
	8	Identifica-se como projeto em HD	Consta – Descrevem que utilizam de ferramentas das Humanidades Digitais para desenvolver suas metodologias, como por exemplo, mapas digitais.
	9	Forma de financiamento	Centro de Assuntos Urbanos e Regionais, do Consórcio de Universidades da Área Metropolitana de Washington, Doação da Biblioteca de Mapas Borchert, Fundação Andrew W. Mellon, Associação Americana de Título de Terra, Associação de corretores de imóveis da área de Minneapolis, entre outras instituições e doadores públicos e privados.
Conteúdo do projeto	10	Histórico	Iniciou em 2016 como um experimento, usando ferramentas de Humanidades Digitais para mapear restrições raciais em escrituras de propriedade. Os mapas resultantes destacaram as disparidades raciais no estado de Minnesota.
	11	Objetivo	Uma equipe de historiadores, geógrafos, bibliotecários, humanistas digitais e ativistas comunitários que buscam expor o racismo estrutural
	12	Missão	Identificar e mapear pactos raciais, cláusulas que foram inseridas em títulos de propriedade para impedir que pessoas que não eram brancas comprassem ou ocupassem casas.
	13	Visão	Busca ampliar a consciência sobre o racismo estrutural ao documentar e visualizar as restrições raciais presentes nas escrituras de propriedade.
	14	Eventos	O projeto convida a participar de eventos programados de transcrição virtual, como por exemplo, “Sessão de transcrição de mapeamento de preconceito - comemorando Clarence Wigington”.
	15	Programas/ações desenvolvidos	Programas como: Community Data Collection Initiative, para mobilizar voluntários e membros da comunidade para coletar e transcrever dados históricos de escrituras de propriedade, a fim de identificar e mapear restrições raciais. E o Educational Outreach Program, que tem como objetivo criar workshops, materiais didáticos e programas de treinamento para educadores com intuito de conscientização sobre a história da segregação racial.
	16	Idioma	Inglês
	17	Forma de recuperação da informação	Busca simples por título, autor ou palavra-chave
Relação da Justiça Social e suas esferas	18	Tema abordado	Racismo estrutural e segregação residencial em Minneapolis, Minnesota.
	19	Escopo da Justiça Social	Justiça racial - Busca transformar a compreensão pública e promover ações para combater o racismo estrutural e suas consequências.
	20	Esfera complementar, caso houver	Justiça informacional - Torna acessível informações sobre práticas discriminatórias passadas, permitindo uma compreensão mais profunda das raízes das desigualdades em Minnesota.

	21	Envolvimento da comunidade	Através de crowdsourcing, workshops e parcerias locais para transcrever e mapear cláusulas raciais restritivas
Acesso à informação	22	Forma de acesso	Documento na íntegra
	23	Modalidade de acesso	Acesso aberto
	24	Quantidade de itens disponíveis	42 mil convênios mapeados
	25	Tipo de fonte de informação	Documentos legais e imobiliários históricos
	26	Informa Manual de uso ou instruções do projeto	Possui um manual de uso e instruções detalhadas para voluntários
	27	Informa termos de uso	NC.
	28	Apresenta requisitos mínimos para acesso ao conteúdo	NC.
	29	Apresenta Política de Acessibilidade	NC.
	30	Apresenta tradução em Língua de Sinais	NC.
	31	Informação de como referenciar	NC.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

7 - Environmental Data & Governance Initiative (EDGI)

FICHA DE ANÁLISE DE PROJETOS EM JUSTIÇA SOCIAL E HUMANIDADES DIGITAIS			
Perfilamento do projeto	1	Data de início	2016
	2	Título do projeto	<i>Environmental Data & Governance Initiative (EDGI)</i>
	3	Link de acesso	https://envirodatagov.org
	4	Instituição de vínculo	<i>Northeastern University</i>
	5	Localização (Cidade, país)	San Francisco, Califórnia, Estados Unidos
	6	Principal responsável	Gretchen Gehrke - cofundadora e líder do programa
	7	Identifica-se como projeto em Justiça Social	Consta - trabalha na interseção entre justiça ambiental e justiça de dados, buscando promover a justiça e a equidade no acesso e uso de dados ambientais.
	8	Identifica-se como projeto em HD	Consta - utiliza abordagens das Humanidades Digitais para promover a justiça ambiental e social, trabalhando com dados e informações ambientais para capacitar comunidades marginalizadas. O projeto enfatiza a importância de construir ferramentas digitais e infraestruturas de dados que ajudem essas comunidades a monitorar e responder a questões ambientais que afetam suas vidas, combinando aspectos de Justiça Social com metodologias e tecnologias digitais.
	9	Forma de financiamento	Através de fundações como a Fundação David e Lucile Packard e da National Science Foundation; de agências como a Environmental Protection Agency (EPA); Doações Individuais; Amazon Web Services; PageFreezer; Sentinela, entre outros.
Conteúdo do projeto	10	Histórico	É uma rede colaborativa de pesquisa de diversos profissionais que promove a elaboração de políticas baseadas em evidências e a ciência de interesse público em prol do Direito Ambiental de Saber. Visa monitorar, documentar, analisar e relatar mudanças nas informações ambientais públicas e nas políticas ambientais e de informação federais.
	11	Objetivo	Criar práticas organizacionais que sigam os seguintes valores: Acessibilidade; Anti-Fascismo, Anti-Racismo, Anti-Opressão; Saúde Ambiental e Humana; Interseccionalidade; Justiça; Produção Participativa de Conhecimento; Responsividade e Proatividade.
	12	Missão	Proteger e promover o Direito Ambiental de Saber
	13	Visão	Defendem que todas as pessoas devem ter acesso a informações ambientais críticas e poder de decisão para proteger suas vidas e ecossistemas. Advogam pela equidade no acesso a essas informações, especialmente para comunidades minoritárias, para que possam buscar justiça e responsabilização por danos ambientais bem como a melhoria de direito ao conhecimento ambiental através de ferramentas e dados adaptados às necessidades específicas de cada comunidade.
	14	Eventos	NC.
	15	Programas/ações desenvolvidos	Um APE popular – site que disponibiliza a todos informações relevantes sobre a importância da Agência de Proteção Ambiental (EPA) responsável pela implementação de leis que verifiquem questões relacionadas a poluição do ar, de água suja e de resíduos perigosos, entre outros. Vigilância da fiscalização ambiental - trabalha com o público para analisar e apresentar dados da EPA sobre violações de leis ambientais, inspeções de instalações poluidoras e ações de fiscalização por parte da EPA. Repositório FOIA- Toxic Docs – disponibiliza milhares de documentos governamentais internos sobre o meio ambiente obtidos

			por grupos de interesse público por meio da Lei de Liberdade de Informação.
	16	Idioma	Inglês e Espanhol
	17	Forma de recuperação da informação	Busca simples por título, autor ou palavra-chave; Busca avançada por combinação de termos, arquivos completos ou por recorte temporal.
Relação da Justiça Social e suas esferas	18	Tema abordado	Documenta e analisa questões de governança ambiental.
	19	Escopo da Justiça Social	Justiça ecológica – busca a transparência e acesso a dados ambientais, essenciais para comunidades tomarem decisões informadas sobre questões ambientais
	20	Esfera complementar, caso houver	Justiça informacional – visa promover a equidade no acesso à informação e fortalece a participação pública nos processos de governança ambiental.
	21	Envolvimento da comunidade	Consta - trabalha diretamente com comunidades locais para monitorar e gerenciar dados ambientais, especialmente em áreas onde essas comunidades são desproporcionalmente afetadas por problemas ambientais.
Acesso à informação	22	Forma de acesso	Documentos disponibilizados na íntegra.
	23	Modalidade de acesso	Acesso aberto
	24	Quantidade de itens disponíveis	NC.
	25	Tipo de fonte de informação	Publicações acadêmicas, relatórios técnicos, ferramentas e catálogos de dados ambientais.
	26	Informa Manual de uso ou instruções do projeto	NC.
	27	Informa termos de uso	NC.
	28	Apresenta requisitos mínimos para acesso ao conteúdo	NC.
	29	Apresenta Política de Acessibilidade	Consta - apresenta diretrizes para tornar o site e outros recursos digitais compatíveis com tecnologias assistivas, leitores de tela, além de fornecer formatos alternativos para pessoas com deficiências visuais ou auditivas.
	30	Apresenta tradução em Língua de Sinais	NC.
	31	Informação de como referenciar	NC.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

8 - Digital Transgender Archive

FICHA DE ANÁLISE DE PROJETOS EM JUSTIÇA SOCIAL E HUMANIDADES DIGITAIS			
Perfilamento do projeto	1	Data de início	2016
	2	Título do projeto	<i>Digital Transgender Archive</i>
	3	Link de acesso	https://www.digitaltransgenderarchive.net/
	4	Instituição de vínculo	<i>Northeastern University</i>
	5	Localização (Cidade, país)	Boston, Estados Unidos da América
	6	Principal responsável	K.J. Rawson e Michelle Moravec
	7	Identifica-se como projeto em Justiça Social	Consta - Ao preservar a história transgênero, promove acesso à informação e apóia a comunidade trans, contribuindo o combate à marginalização.
	8	Identifica-se como projeto em HD	Consta - utiliza tecnologia digital para preservar, organizar e disponibilizar materiais relacionados à história transgênero.
	9	Forma de financiamento	College of the Holy Cross, Northeastern University e American Council of Learned Societies.
Conteúdo do projeto	10	Histórico	Iniciado em 2016, ao perceber que os desafios na pesquisa da história dos transgêneros eram representativos de barreiras sistemáticas, foi desenvolvido um plano para resolver o projeto.
	11	Objetivo	Aumentar a acessibilidade da história dos transgêneros, disponibilizando materiais históricos digitalizados, e informações sobre acervos arquivísticos em todo o mundo.
	12	Missão	Preservar a história transgênero e torná-la acessível para estudiosos, ativistas e o público em geral.
	13	Visão	Se tornar uma referência global na preservação e acesso à história transgênero.
	14	Eventos	NC.
	15	Programas/ações desenvolvidos	NC.
	16	Idioma	Inglês
	17	Forma de recuperação da informação	Busca simples por título, autor ou palavra-chave.
Relação da Justiça Social e suas esferas	18	Tema abordado	História e à experiência da comunidade transgênero
	19	Escopo da Justiça Social	Justiça gênero - documenta as experiências da comunidade transgênero, contribuindo para a visibilidade e respeito das diversas identidades de gênero
	20	Esfera complementar, caso houver	Justiça informacional - disponibiliza acesso a materiais históricos e culturais relacionados à comunidade transgênero, combatendo a exclusão do histórico das identidades de gênero.
	21	Envolvimento da comunidade	NC.
Acesso à informação	22	Forma de acesso	Em maioria documento na íntegra, porém pode haver casos em que o acesso ao documento completo não seja viável devido a restrições de direitos autorais, preocupações de privacidade, entre outras questões.
	23	Modalidade de acesso	Acesso aberto
	24	Quantidade de itens disponíveis	NC.
	25	Tipo de fonte de informação	Documentos históricos, fotografias, vídeos, áudios, artigos acadêmicos, obras de arte, periódicos, registros pessoais, cartas, panfletos.
	26	Informa Manual de uso ou	Fornece um guia para iniciantes para navegar no site com dicas e termos de pesquisa.

		instruções do projeto	
	27	Informa termos de uso	NC.
	28	Apresenta requisitos mínimos para acesso ao conteúdo	NC.
	29	Apresenta Política de Acessibilidade	Consta – O projeto se esforça para garantir a acessibilidade de seu conteúdo, usando PDFs com OCR para materiais textuais, fornecendo transcrições para materiais auditivos e descrições básicas para materiais visuais.
	30	Apresenta tradução em Língua de Sinais	NC.
	31	Informação de como referenciar	NC.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

9 - IDA B. WELLS Just Data Lab

FICHA DE ANÁLISE DE PROJETOS EM JUSTIÇA SOCIAL E HUMANIDADES DIGITAIS			
Perfilamento do projeto	1	Data de início	2018
	2	Título do projeto	<i>IDA B. WELLS Just Data Lab</i>
	3	Link de acesso	https://www.thejustdatalab.com/about
	4	Instituição de vínculo	Universidade de Princeton
	5	Localização (Cidade, país)	Princeton, NJ
	6	Principal responsável	Ruha Benjamin - Fundadora
	7	Identifica-se como projeto em Justiça Social	Consta - Iniciativas tecnológicas e de Justiça Social
	8	Identifica-se como projeto em HD	Consta - Faz parte do Centro de Humanidades Digitais de Princeton (CDH), que apoia projetos que utilizam métodos e ferramentas digitais para explorar questões humanísticas
	9	Forma de financiamento	Os principais patrocinadores incluem o Escritório de Tecnologia da Informação de Princeton, o Centro de Humanidades Digitais, o Centro Lewis de Artes e o Departamento de Estudos Afro-Americanos.
Conteúdo do projeto	10	Histórico	O Ida B. Wells Just Data Lab foi fundado em 2018 pela professora Ruha Benjamin, do Departamento de Estudos Afro-Americanos da Universidade de Princeton.
	11	Objetivo	Objetivo repensar e reequipar a relação entre histórias e estatísticas, poder e tecnologia, dados e justiça. Além de criar um conjunto de recursos disponíveis gratuitamente que possam ser usados para estimular pesquisas, ensino e organização contínuas.
	12	Missão	Reunir estudantes, educadores, ativistas e artistas para desenvolver uma abordagem crítica e criativa sobre a concepção, produção e circulação de dados
	13	Visão	Aspira um mundo onde a análise de dados seja uma ferramenta poderosa na luta contra a injustiça e na promoção da igualdade.
	14	Eventos	Consta – Lista de eventos passados e futuros disponíveis no site.
	15	Programas/ações desenvolvidos	Um Guia Popular para IA - um guia abrangente para iniciantes para entender a IA e outras tecnologias baseadas em dados; Liga da Justiça Algorítmica - visa destacar o viés algorítmico por meio da mídia, da arte e da ciência. Projetos de Mídia Aliada - uma organização sem fins lucrativos comprometida em apoiar o setor de mídia de comunicação na criação de um “mundo mais justo, criativo e colaborativo” que esteja comprometido com a Justiça Social. Center for Media Justice - construir um movimento poderoso por uma mídia e um mundo digital mais justo e participativo – com igualdade racial e direitos humanos para todos. ColorCoded - espaço de aprendizagem tecnológica que centra pessoas historicamente excluídas no co-ensino, co-criação e co-propriedade de novas tecnologias, e outros.
	16	Idioma	Inglês
	17	Forma de recuperação da informação	Apresenta as informações dispostas por pastas de projetos.
	18	Tema abordado	Se concentra em questões relacionadas à análise de dados, ciência de dados e suas aplicações em diversas áreas.

Relação da Justiça Social e suas esferas	19	Escopo da Justiça Social	Justiça Informacional - Faz a utilização responsável de dados para promover a transparência e a prestação de contas em questões sociais.
	20	Esfera complementar, caso houver	Justiça Racial - O laboratório se concentra em investigar e expor desigualdades raciais em várias áreas da sociedade, incluindo educação, saúde, habitação, justiça criminal, entre outras.
	21	Envolvimento da comunidade	Consta – Conta com o apoio de estudantes, educadores, ativistas e artistas.
Acesso à informação	22	Forma de acesso	Lista de projetos disponibilizados na íntegra.
	23	Modalidade de acesso	Acesso aberto
	24	Quantidade de itens disponíveis	NC.
	25	Tipo de fonte de informação	Artigos, mapas, exposições de arte, entrevistas e textos.
	26	Informa Manual de uso ou instruções do projeto	NC.
	27	Informa termos de uso	NC.
	28	Apresenta requisitos mínimos para acesso ao conteúdo	NC.
	29	Apresenta Política de Acessibilidade	Apresenta diretrizes e recursos digitais compatíveis com tecnologias assistivas, leitores de tela
	30	Apresenta tradução em Língua de Sinais	NC.
	31	Informação de como referenciar	NC.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

10 - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis – ABGLT

FICHA DE ANÁLISE DE PROJETOS EM JUSTIÇA SOCIAL E HUMANIDADES DIGITAIS			
Perfilamento do projeto	1	Data de início	1995
	2	Título do projeto	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis – ABGLT
	3	Link de acesso	https://www.abglt.org/
	4	Instituição de vínculo	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
	5	Localização (Cidade, país)	São Paulo -SP
	6	Principal responsável	Heliana Hemeterio - Presidenta
	7	Identifica-se como projeto em Justiça Social	Consta - ABGLT ganhou status consultivo junto ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas, sendo a primeira organização LGBT nas Américas a receber.
	8	Identifica-se como projeto em HD	NC – Entretanto, utiliza de ferramentas digitais para atingir seus objetivos, a saber - Desenvolvimento de uma plataforma online para arquivamento e acesso a recursos históricos e jurídicos relacionados aos direitos LGBTQIA+; Uso de análise de dados para mapear a violência e discriminação contra a comunidade LGBTQIA+; Campanhas de educação e conscientização através de mídias digitais.
	9	Forma de financiamento	Doações de indivíduos, apoio de organizações não-governamentais nacionais e internacionais, subsídios governamentais, parcerias com empresas privadas, e financiamentos de projetos específicos por meio de editais e fundações.
Conteúdo do projeto	10	Histórico	Fundada em 31 de janeiro de 1995 por 31 entidades durante o VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas em Curitiba. A criação da ABGLT representou um marco para o movimento LGBT no Brasil, ao estabelecer uma rede nacional de representação capaz de levar reivindicações ao Governo Federal e à sociedade, além de organizar entidades de base em todo o país. Desenvolveu o projeto SOMOS para enfrentar a epidemia de HIV/AIDS, ampliando sua atuação para 270 grupos em 220 municípios.
	11	Objetivo	Visa ser um instrumento de expressão da luta pela conquista de direitos humanos plenos para todas as pessoas, incluindo aqueles relacionados à orientação sexual e identidade de gênero. Defende os direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Além disso, combate todas as formas de preconceito e discriminação contra esses indivíduos, independentemente de sua natureza social, política, jurídica, religiosa, cultural ou econômica.
	12	Missão	Promover ações que garantam a cidadania e os direitos humanos de pessoas LGBT. Contribuir para a construção de uma sociedade democrática sem discriminação, coerção ou violência. Assegurar respeito à orientação sexual e identidade de gênero de todos.
	13	Visão	A visão da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis – ABGLT é construir uma sociedade democrática e inclusiva onde todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual e identidade de gênero, possam exercer plenamente seus direitos humanos, vivendo sem discriminação, coerção ou violência.
	14	Eventos	NC
	15	Programas/ações desenvolvidos	Programa Brasil de Todas as Cores – promove a inclusão social e a cidadania plena da população LGBTQIA+ no Brasil através do enfrentamento à discriminação e a violência contra essa comunidade e garantir seus direitos fundamentais. Manual de Operações Valéria Rodrigues - Proteção e Atendimento a Travestis e Transexuais.

			Do Luto à Luta – Enfrentamento a violência contra defensores de direitos humanos LGBTI+ no Brasil. Guia de orientação sobre alistamento militar de pessoas travestis, mulheres transexuais e homens trans - guia de orientação abrangente e sensível às questões de gênero.
	16	Idioma	Português e Inglês
	17	Forma de recuperação da informação	NC.
Relação da Justiça Social e suas esferas	18	Tema abordado	População LGBTQIA+;
	19	Escopo da Justiça Social	Justiça gênero
	20	Esfera complementar, caso houver	Justiça informacional
	21	Envolvimento da comunidade	Consta - grupos locais, ativistas, e membros da comunidade LGBT em todo o Brasil.
Acesso à informação	22	Forma de acesso	Documentos apresentados na íntegra, dispostos na biblioteca ou através de link de acesso.
	23	Modalidade de acesso	Acesso aberto
	24	Quantidade de itens disponíveis	NC.
	25	Tipo de fonte de informação	Cartilhas, artigos, manuais, relatórios, dossiês, guias, protocolos, entre outros.
	26	Informa Manual de uso ou instruções do projeto	NC.
	27	Informa termos de uso	NC.
	28	Apresenta requisitos mínimos para acesso ao conteúdo	NC.
	29	Apresenta Política de Acessibilidade	Desenvolvimento de sites e plataformas digitais compatíveis com leitores de tela e outras tecnologias assistivas.
	30	Apresenta tradução em Língua de Sinais	Consta - Disponibilidade de tradução em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e legendas em vídeos para pessoas surdas e/ou com deficiência auditiva.
	31	Informação de como referenciar	NC.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

11 - Museu da pessoa

FICHA DE ANÁLISE DE PROJETOS EM JUSTIÇA SOCIAL E HUMANIDADES DIGITAIS			
Perfilamento do projeto	1	Data de início	1991
	2	Título do projeto	Museu da Pessoa
	3	Link de acesso	https://museudapessoa.org/
	4	Instituição de vínculo	NC – o Museu da Pessoa é uma organização independente.
	5	Localização (Cidade, país)	São Paulo, Brasil.
	6	Principal responsável	Karen Worcman e Célio Turino - Fundadores
	7	Identifica-se como projeto em Justiça Social	Consta – Ao oportunizar a diversidade de histórias de vida para promover inclusão e compreensão entre grupos diversos.
	8	Identifica-se como projeto em HD	Consta – Ao disponibilizar um amplo portfólio que reúne diferentes iniciativas de registro, preservação e disseminação de histórias de vida por intermédio da tecnologia.
	9	Forma de financiamento	Patrocínios de empresas privadas, parcerias com instituições governamentais e doações individuais de pessoas.
Conteúdo do projeto	10	Histórico	O Museu da Pessoa iniciou em 1991 como um projeto de pesquisa, evoluindo para uma plataforma digital que preserva e compartilha histórias de vida, e já foram 16 prêmios recebidos nas áreas de memória empresarial, inclusão digital e educação.
	11	Objetivo	Documentar, preservar e compartilhar histórias de vida e experiências humanas, promovendo a valorização da diversidade.
	12	Missão	Transformar a história de toda e qualquer pessoa em patrimônio da humanidade
	13	Visão	Ser um museu em cada mão
	14	Eventos	Disponibiliza eventos, como, por exemplo, as exposições "Vidas em Cordel", "Memórias da Pandemia" e "Ditadura: Cotidiano e Heranças", entre outras.
	15	Programas/ações desenvolvidos	Disponibiliza cursos, como, por exemplo, o curso “EAD Tecnologia Social da Memória!”.
	16	Idioma	Português
17	Forma de recuperação da informação	Busca simples por termos e palavra-chave.	
Relação da Justiça Social e suas esferas	18	Tema abordado	Diversidade, preservação e compartilhamento de histórias de vida
	19	Escopo da Justiça Social	Justiça informacional – ao retratar e disponibilizar acesso a partir da coleta e preservação a diversidade de histórias de vida promovendo o acesso à informação.
	20	Esfera complementar, caso houver	NC
	21	Envolvimento da comunidade	A comunidade faz parte do projeto, pois são seus membros que compartilham suas histórias, as quais o Museu da Pessoa transforma em coleções. Além disso, a comunidade contribui com doações, apoiando a continuidade e o crescimento do museu.
Acesso à informação	22	Forma de acesso	Documento na íntegra.
	23	Modalidade de acesso	Acesso aberto
	24	Quantidade de itens disponíveis	O projeto inclui mais de 60 mil fotos e documentos, mais de 16 mil horas de conteúdo audiovisual, mais de 500 projetos, mais de 100 exposições físicas e virtuais e mais de 90 publicações.
	25	Tipo de fonte de informação	Vídeos, áudios, textos e imagens.

	26	Informa Manual de uso ou instruções do projeto	NC
	27	Informa termos de uso	Consta - disponibiliza Termos de Uso para garantir um ambiente respeitoso; os usuários são responsáveis pelo conteúdo enviado e seu cumprimento.
	28	Apresenta requisitos mínimos para acesso ao conteúdo	NC
	29	Apresenta Política de Acessibilidade	Consta - visa manter um ambiente saudável; o projeto pode restringir áreas e serviços conforme necessário, respeitando as diretrizes sugeridas pelo WCAG 2.2 e recursos como avatar de Libras e design para usuários com deficiência visual, auditiva e física.
	30	Apresenta tradução em Língua de Sinais	Consta – A plataforma disponibiliza tradução em libras.
	31	Informação de como referenciar	NC

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

12 - Dicionário de Favelas Marielle Franco

FICHA DE ANÁLISE DE PROJETOS EM JUSTIÇA SOCIAL E HUMANIDADES DIGITAIS			
Perfilamento do projeto	1	Data de início	2019
	2	Título do projeto	Dicionário de Favelas Marielle Franco
	3	Link de acesso	https://wikifavelas.com.br/index.php/Dicion%C3%A1rio_de_Favelas_Marielle_Franco
	4	Instituição de vínculo	ICICT-Fiocruz
	5	Localização (Cidade, país)	Rio de Janeiro, Brasil
	6	Principal responsável	Sonia Fleury
	7	Identifica-se como projeto em Justiça Social	Consta – documenta e amplifica as vozes das comunidades marginalizadas promovendo a igualdade de oportunidades.
	8	Identifica-se como projeto em HD	Consta - utiliza tecnologia para catalogar e preservar a cultura, história e experiências das comunidades faveladas.
	9	Forma de financiamento	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).
Conteúdo do projeto	10	Histórico	Sua formulação teve início em 2016, com a colaboração de líderes comunitários e instituições acadêmicas. E foi lançado em 2019, no Instituto de Comunicação e Informação Científica em Saúde (ICICT-Fiocruz).
	11	Objetivo	Favorecer a preservação da memória e identidades coletivas dos moradores e moradoras das favelas e periferias do Brasil (e do mundo), como parte do compromisso com a expansão da cidadania e do direito à cidade.
	12	Missão	NC.
	13	Visão	NC.
	14	Eventos	NC.
	15	Programas/ações desenvolvidos	NC.
	16	Idioma	Português
17	Forma de recuperação da informação	Busca simples por título, autor ou palavra-chave.	
Relação da Justiça Social e suas esferas	18	Tema abordado	Coleta e construção coletiva do conhecimento existente sobre as favelas e periferias de todo o Brasil
	19	Escopo da Justiça Social	Justiça informacional - acesso ao conhecimento sobre as favelas, permitindo contribuições abertas e colaborativas, promovendo inclusão a moradores ao compartilharem suas próprias histórias.
	20	Esfera complementar, caso houver	NC.
	21	Envolvimento da comunidade	Colaboração de líderes comunitários e instituições acadêmicas permitindo contribuições abertas de moradores de favelas.
Acesso à informação	22	Forma de acesso	Documento na íntegra.
	23	Modalidade de acesso	Acesso aberto
	24	Quantidade de itens disponíveis	NC.
	25	Tipo de fonte de informação	Textos, poemas, imagens, vídeos, filmes e etc.
	26	Informa Manual de uso ou	Consta – O projeto disponibiliza informações, guia rápido, regras para quem deseja contribuir e navegar no projeto.

		instruções do projeto	
	27	Informa termos de uso	NC.
	28	Apresenta requisitos mínimos para acesso ao conteúdo	NC.
	29	Apresenta Política de Acessibilidade	NC.
	30	Apresenta tradução em Língua de Sinais	NC.
	31	Informação de como referenciar	NC.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

13 - Biblioteca do Ailton Krenak – BAK

FICHA DE ANÁLISE DE PROJETOS EM JUSTIÇA SOCIAL E HUMANIDADES DIGITAIS			
Perfilamento do projeto	1	Data de início	2021
	2	Título do projeto	Biblioteca do Ailton Krenak – BAK
	3	Link de acesso	https://selvagemciclo.com.br/bak-biblioteca/
	4	Instituição de vínculo	Comunidade Selvagem
	5	Localização (Cidade, país)	NC, Brasil
	6	Principal responsável	Bruna Freire - Coordenadora
	7	Identifica-se como projeto em Justiça Social	Consta – visa promover a equidade, a diversidade e o respeito pelos povos indígenas brasileiros.
	8	Identifica-se como projeto em HD	NC. Entretanto, combina o uso de tecnologia digital, a promoção da colaboração e participação, e a interdisciplinaridade na disponibilização e preservação dos saberes indígenas.
	9	Forma de financiamento	NC.
Conteúdo do projeto	10	Histórico	Organizada, atualizada e aprimorada por cerca de 19 voluntários, a biblioteca conta com a colaboração de usuários que podem contribuir com diversos materiais de Ailton Krenak. Ao longo do tempo, o projeto expandiu seu acervo e ampliou as comunicações com o público, tornando-se uma importante fonte de informação e educação para a descolonização de saberes e a promoção da Justiça Social.
	11	Objetivo	Preservar, disseminar e promover o conhecimento sobre questões indígenas e ambientais, especialmente através das falas e pensamentos de Ailton Krenak, um importante líder indígena brasileiro.
	12	Missão	Catalogar as falas de Ailton Krenak, organizar estudos e cultivar sonhos que são inspirados por suas palavras. Além disso, busca promover encontros temáticos, produzir materiais de estudo a partir das falas de Krenak e disponibilizar recursos para rápida consulta sobre temas específicos.
	13	Visão	Se tornar um espaço de referência para o estudo e a reflexão sobre questões indígenas e ambientais, contribuindo para uma maior conscientização e engajamento da sociedade em relação a esses temas.
	14	Eventos	NC.
	15	Programas/ações desenvolvidos	Ex: Projeto Comida na Mesa, Curso Enfrentando a fome, etc.
	16	Idioma	Português e Inglês
	17	Forma de recuperação da informação	Busca simples por título, autor ou palavra-chave.
Relação da Justiça Social e suas esferas	18	Tema abordado	Falas de Ailton Krenak na internet.
	19	Escopo da Justiça Social	Justiça Social – busca promover a equidade, a diversidade e o respeito pelos povos indígenas brasileiros.
	20	Esfera complementar, caso houver	Justiça informacional - visa o acesso à informação, a diversidade de perspectivas, a inclusão de saberes marginalizados e a democratização do conhecimento, contribuindo para um ambiente informacional mais equitativo, diverso e inclusivo.
	21	Envolvimento da comunidade	Consta - através de formulário, a comunidade pode contribuir indicando materiais para serem adicionados ao acervo da BAK, garantindo que o projeto seja alimentado e enriquecido pela participação ativa da comunidade interessada em questões indígenas e ambientais.

Acesso à informação	22	Forma de acesso	Documentos na íntegra.
	23	Modalidade de acesso	Acesso aberto.
	24	Quantidade de itens disponíveis	331 fontes de informação.
	25	Tipo de fonte de informação	Vídeos, podcasts, livros, matérias e artigos.
	26	Informa Manual de uso ou instruções do projeto	Consta. Conta com instruções para pesquisa de material.
	27	Informa termos de uso	NC.
	28	Apresenta requisitos mínimos para acesso ao conteúdo	NC.
	29	Apresenta Política de Acessibilidade	Adotadas práticas de design responsivo, compatíveis com leitores de tela e navegadores de tecnologias assistivas. Além disso, todos os vídeos e materiais audiovisuais produzidos pela BAK são legendados ou acompanhados por transcrições textuais, garantindo o acesso a pessoas com deficiência auditiva ou para quem prefere acessar o conteúdo por meio de texto.
	30	Apresenta tradução em Língua de Sinais	NC.
	31	Informação de como referenciar	NC.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

APÊNDICE C - FICHAS DE ANÁLISE DOS PROJETOS NO IDIOMA INGLÊS

PROJECT ANALYSIS FORM IN SOCIAL JUSTICE AND DIGITAL HUMANITIES			
Project profile	1	Start date	
	2	Project title	
	3	Access link	
	4	Institution	
	5	Location (city, country)	
	6	Main responsible	
	7	Identifies itself as a Social Justice project	
	8	Identifies as an HD project	
	9	Form of financing	
Project content	10	Historic	
	11	Goal	
	12	Mission	
	13	Vision	
	14	Events	
	15	Programs/actions developed	
	16	Language	
	17	Information retrieval method	
Relationship of Social Justice and its spheres	18	Topic covered	
	19	Scope of Social Justice	
	20	Complementary sphere, if applicable	
	21	Community involvement	
Access to information	22	Access method	
	23	Access mode	
	24	Number of items available	
	25	Type of information source	
	26	Provides user manual or project instructions	
	27	Informs terms of use	
	28	Presents minimum requirements for accessing content	
	29	Presents Accessibility Policy	
	30	Has sign language translation	
	31	Information on how to forward	